**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

**CELI MARCELINO DA SILVA**

# HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: o instituir da Fazenda de Florestal (1935-1948)

Belo Horizonte
2024

**CELI MARCELINO DA SILVA**

# HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: o instituir da Fazenda de Florestal (1935-1948)

Dissertação apresentada ao Programa de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa II – História e Historiografia da Educação Profissional.
Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Belo Horizonte
2024

Silva, Celi Marcelino da
S586h História das instituições escolares: o instituir da Fazenda de Florestal (1935-1948) / Celi Marcelino da Silva. – 2024.
192 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientador: Irlen Antônio Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Fazenda (Florestal, MG) – 1935-1948 – Teses. 2. Educação – Legislação – Florestal (MG) – Teses. 3. Instituições – História – Florestal (MG) – Teses. 4. Ensino profissional – História – Florestal (MG) – Teses. I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 371.4259815

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6ª 1592 / Cefet/MG

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n°. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

CELI MARCELINO DA SILVA

# HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: o instituir da Fazenda de Florestal (1935-1948)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 23 de agosto de 2024, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Isis Pimentel de Castro
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Leonardo dos Santos Neves
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

*Aos desapropriados da Vila Florestal e aos primeiros alunos que cursaram o ensino primário na Fazenda-Escola Florestal*

## AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui o meu eterno agradecimento a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a execução desta dissertação:

De antemão, a Deus, pela sabedoria e entendimento proporcionados durante todo o percurso de construção deste projeto;

Aqueles que a todo tempo me incentivaram, meus filhos Lucas e Natália e ao meu esposo Geraldo, pelo apoio incondicional;

Aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Márcia Goethe, Alexandre Ferry, Luiz Abraão, Geraldo Pedrosa, Pablo Menezes, Isis Pimentel, Vera Lúcia, Faria Filho e Rosana, também ao Marcos, muito obrigada;

Agradeço em especial o meu orientador Irlen Gonçalves, pela confiança, paciência, parceria e pelos valiosos ensinamentos;

Ao Cefet-Mg que pela segunda vez, torna-se parte de minha formação acadêmica;

À UFV-Florestal, pela oportunidade, em especial ao setor de Registro Escolar e Patrimônio, local de arquivo das fontes;

A todos os funcionários da Prefeitura de Florestal, da Biblioteca Municipal e do Cartório, pela atenção, quando na busca de informações sobre a Fazenda.

Ao Sr. Antônio Belizário e sua esposa D. Lúcia - os pais da Bel - que me receberam gentilmente em sua residência para falar da escola;

Aos meus colegas de trabalho, pelo apoio e pela compreensão, sobretudo ao Fernando e Alessandro, pelo incentivo constante.

Ao IEF e professores do curso de Física da UFV-*Campus* Florestal, por permitirem que eu me dedicasse integralmente a essa pesquisa;

Aos meus colegas de turma, em especial, Ana Paula e Mirian, minhas companheiras de disciplina;

Aos meus queridos, Aparecida, Helvécio Rafaela e Bárbara, pelas noites que permaneci em Belo Horizonte, muito obrigada pela acolhida de sempre.

Aos professores da banca, Dra. Isis Pimentel e Dr. Leonardo Neves, pela dedicação com a leitura dessa dissertação, pelas observações e modificações sugeridas;

Ao professor Marco, obrigada pelo aprendizado, pela sinceridade e delicadeza neste período final ao corrigir minha dissertação.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar um conhecimento científico de natureza histórica sobre o instituir da Fazenda Florestal, em Minas Gerais, acerca de sua especificidade como fazenda, articulado a um projeto político e econômico do Estado mineiro, entre 1935 e 1948. O período histórico da dissertação considera dois momentos institucionais da fazenda, tendo em vista um projeto de desenvolvimento econômico da agropecuária mineira, levando em conta os processos de desapropriações da Vila Florestal para formar a Estação Experimental, a partir de 1935, e, na sequência, quando recebeu a Escola Agrícola, em 1939, passando à Fazenda-Escola, formando profissionais para lidar com as atividades do campo. O conhecimento do instituir da Fazenda Florestal converge com os três objetivos específicos de tal dissertação: revelar as tensões de poder que pairavam sobre os processos de formação da fazenda pelas ações desapropriatórias das terras; desvelar as finalidades e especificidade da instituição como fazenda e, finalmente, categorizar os sujeitos que frequentaram a fazenda nos primeiros anos de seu funcionamento como escola pelas pastas dos alunos. As fontes utilizadas compreendem, principalmente, documentos que se referem à sua instituição, como escrituras públicas, estatuto, imprensa oficial de Minas Gerais e jornais difundidos à época, além das pastas dos estudantes, preservadas pela instituição. Para a composição desta dissertação, foram realizados estudos teóricos e conceituais no campo da educação profissional, assim como estudos nos campos da História da Educação e da História da Educação Profissional, construída de acordo com a proposta do Programa de Pós-graduação de Educação Tecnológica (PPGET). Como referencial teórico, utilizar-se-á das lições de Justino Pereira de Magalhães sobre o conceito instituir. A diversidade de fontes possibilitou cruzar informações de diferentes origens. Os resultados mostraram as especificidades da instituição como fazenda.



**Palavras-chave**: Fazenda Florestal. Instituir. Educação Profissional. História. Instituição.

## ABSTRACT

This dissertation aims to present a scientific knowledge of historical nature about the establishment of the Forest Farm, in Minas Gerais, about its specificity as a farm, articulated with a political and economic project of the State of Minas Gerais, between 1935 and 1948. The historical period of the dissertation considers two institutional moments of the farm, with a view to an economic development project for Minas Gerais agriculture, taking into account the expropriations processes of Vila Florestal to form the Experimental Station, starting in 1935, and, subsequently, when it received the Agricultural School, in 1939, moving on to the School Farm, training professionals to deal with field activities. The knowledge of establishing the Forest Farm converges with the three specific objectives of such dissertation: revealing the tensions of power that hovered over the processes of formation of the farm through land expropriation actions; unveil the purposes and specificity of the institution as a farm and, finally, categorize the subjects who attended the farm in the first years of its operation as a school by the students' folders. The sources used mainly comprise documents that refer to the institution, such as public deeds, statutes, the official press of Minas Gerais and newspapers distributed at the time, in addition to the students' folders preserved by the institution. To compose this dissertation, theoretical and conceptual studies were carried out in the field of professional education, as well as studies in the fields of History of Education and History of Professional Education, built in accordance with the proposal of the Postgraduate Program in Technological Education (PPGET). As a theoretical reference, we will use Justino Pereira de Magalhães' lessons on the concept of establishing. The diversity of sources made it possible to cross-reference information from different origins. The results showed the specificities of the institution as a farm.



**Keywords**: Forest Farm. Institute. Professional education. History. Institution.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exportações dos derivados do leite 1932 a 1937..... 100
Quadro 2: Produção de arroz e feijão, de 1931 a 1937 em Minas……..... 126
Quadro 3: Cultura da cana de açúcar no Brasil-década de 1930..... 127

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| ASSUICO | Associação dos Suinocultores do Centro-Oeste Mineiro |
| ALMG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAPES | Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CAPRAGENE | Programa de Melhoramento Genético de Caprinos Leiteiros |
| CEDAF | Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal |
| CEFET-MG | Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais |
| CEPEA | Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONSU | Conselho Universitário |
| EMAF | Escola Média de Agricultura de Florestal |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| FIC | Formação Inicial Continuada |
| IAMG | Instituto de Pesquisa de Minas Gerais |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PPGET | Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica |
| PUC-BH | Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SBR | Sociedade Rural Brasileira |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| UREMG | Universidade Rural do Estado de Minas Gerais |

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 11**
**1 OS PRIMEIROS SINTOMAS NA FORMAÇÃO DA FAZENDA FLORESTAL ..... 33**
**1.1 (Des) apropriando ..... 35**
1.1.1 Encurralados na Várzea de Areia ..... 49
1.1.2 Expropriados da Várzea de Areia ..... 55
**1.2 O adeus às luzes das velas, das lamparinas e dos lampiões ..... 59**
**1.3 De Capitão do Mato à cidade de Florestal ..... 64**
**1.4 Nas esferas do econômico e político, o Governo Valadares ..... 71**
**2 APRENDER PELO TRABALHO ..... 78**
**2.1 A Fazenda Modelo de Florestal ..... 79**
**2.2 Fazenda de Criação: Mugidos, grunhidos, roncos e arrulhar dos pombos. 98**
**2.3 Os preferidos ..... 99**
**2.4 As delícias do leite..... 101**
**2.5 Porquinhos e saborosos ..... 105**
**2.6 Os Pequeninos resistentes ..... 107**
**2.7 Bonitos e elegantes..... 110**
**2.8 Éramos quatro concorrentes ..... 113**
**2.9 A fazenda agrícola ..... 118**
**2.10 O Ouro Branco do Brasil: algodão ..... 119**
**2.11 Do rolo e corda aos cigarros e charutos ..... 123**
**2.12 Outras culturas ..... 126**
**2.13 Prato feito: não foi só de arroz com feijão ..... 127**
**2.14 Os aromas e sabores da fruticultura ..... 136**
**2.15 O pão de cada dia ..... 140**
**3 DENTRE MORTOS E FERIDOS, OS MENORES SE SALVARAM! ..... 145**
**3.1 Entre a lida e a escola ..... 146**
**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 168**
**AS FONTES ..... 175**
**REFERÊNCIAS..... 182**
**ANEXO 01 PRÉDIO PRINCIPAL = ESCOLA AGRÍCOLA ..... 189**

**ANEXO 02 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE FLORESTAL-MG..... 190**
**ANEXO 03 CAMPUS UFV-FLORESTAL CEDAF..... 191**
**ANEXO 04 ALUNOS MENORES DA FAZENDA-ESCOLA..... 192**

## INTRODUÇÃO

> Com o velho fiquei cismada, me apaixonei pelos menores, firmei contrato com a terra e compromissos com a história e com a Fazenda eu casei (Marcelino Celi, 2024).

A epígrafe que introduz esta dissertação traduz seguramente o movimento inquietante na elaboração da pesquisa de mestrado sobre o instituir da Fazenda Florestal na década de 1930. Ao utilizar o temo **velho**, faço referência ao recorte temporal da pesquisa e às próprias fontes primárias. Os **menores** simbolizam os primeiros alunos/meninos que frequentaram a Escola Agrícola de 1943 a 1948. A expressão **terra** se refere aos terrenos desapropriados pelo governo mineiro na Vila Florestal a partir de 1935. A palavra **história** significa à linha de pesquisa do programa de pós-graduação (PPEGT) e a **fazenda** ao objeto investigado.

Desta forma, esta dissertação se enquadra nos padrões qualitativos e tem como objeto de estudo a Fazenda Florestal, fundada como Estação Experimental e transformada em fazenda-escola, no período de 1935 a 1948, cuja intenção é relatar a pesquisa que foi desenvolvida ao longo do Mestrado. O objetivo geral da pesquisa foi a produção de um conhecimento de natureza histórica sobre a instituição da Fazenda Florestal acerca da sua fundação. Partindo do objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos: a) revelar as tensões de poder que pairavam sobre os processos de formação da fazenda pelas ações desapropriatórias das terras; b) desvelar as finalidades e especificidade da instituição como fazenda; c) categorizar os sujeitos que frequentaram a fazenda nos primeiros anos de seu funcionamento como escola pela análise descritiva das pastas dos alunos.

Na análise documental que se desenvolveu, levou-se em conta, como base principal, a condição da instituição como Fazenda-escola[1], articulada a uma política econômica de Estado no fomento da agricultura e pecuária em Minas Gerais, no período estabelecido. Versieux (2010) e Alves (2014), em suas produções trazem

1 ANEXO 01. Imagem do Edifício da Fazenda-Escola de Florestal, 1939, pág. 189.

uma discussão mais acurada sobre a inserção de Minas Gerais na modernidade capitalista, buscando dialogar com os principais acontecimentos e condições que levaram à formação da Fazenda Florestal.

A configuração temporal da pesquisa tomou como marco inicial o ano de 1935, ano-data em que foi identificada a primeira aquisição de terras pelo governo mineiro para formar a Fazenda Experimental, representada pelos processos desapropriatórios de imóveis na Vila Florestal, desapropriações que se estenderam e se concretizaram até o ano de 1941.

Contudo, a data limite foi definida pelo ano de 1948, período em que a Fazenda Florestal, regulamentada pelo decreto nº 2.740, de 26 de maio de 1948[2], passa a atender outro tipo de público, saindo do modelo Fazenda-Escola e passando à Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF), encerrando o ensino primário e oferecendo o ensino secundário, certificando técnicos agrícolas.

Portanto, no período que compreende o recorte temporal da presente dissertação, essa instituição, criada como política econômica de governo em 1935 funcionou também como Escola Agrícola, a partir de 1939, oferecendo cursos rápidos e práticos para fazendeiros e trabalhadores campesinos; e, no ano de 1943, passou a oferecer o ensino primário, com ênfase agrícola para menores em situação de vulnerabilidade social, em moldes de internato.

A inspiração para esse objeto de pesquisa nasceu no decorrer do processo seletivo para o mestrado, em 2022, quando precisei escolher uma linha de pesquisa dentro do Programa de Pós-graduação (PPGET), o qual eu havia me inscrito e desenvolver um pré-projeto de pesquisa era um dos requisitos para participar da seletiva. Excepcionalmente minha história com o Cefet-Mg se repete, pois concluí o curso técnico em química na instituição em 2000. Parte de minha formação superior vem de licenciatura em química, mas me graduei de fato em Tecnologia em Gestão Ambiental, parte presencial pela UFV-Florestal e parte EAD pela Unicesumar da

2 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 2740, de 26 de maio de 1948**. urn: lex: br; minas gerais: estadual: decreto: 1948- 05-26;2740. Publicação Original: 1948-05-27. Diário do Executivo. 27/05/1948. P.1_col 1. Vide Referência.

cidade de Maringá (Paraná). Sou servidora da UFV-Florestal, desde 2013, como assistente de laboratório de física, mas atuo na área educacional desde o ano de 2005, como técnica de laboratório de química.

Um dos precedentes que me levou à escolha da Fazenda-Florestal como objeto de estudo, foi a divergência entre a data de fundação da Fazenda e da Escola Agrícola, percebida durante momentos comemorativos e eventos promovidos pela instituição. A partir daí eu escrevi o pré-projeto dentro da linha de pesquisa sobre a História e Historiografia da educação, sendo selecionada pelo professor Irlen Gonçalves, trazendo a trajetória da instituição.

No entanto, outros motivos que me levaram a escolhê-la, além do sentimento de apreço, foi o baixo número de conhecimento produzido sobre sua condição instituinte e também por acreditar, que como servidora, o acesso às fontes primárias seria facilitado. Pelo levantamento bibliográfico, no geral as histórias sobre instituições escolares nascem á partir da estrutura já edificada.

Dentro dessas circunstâncias, foram marcantes os momentos comemorativos em que os dirigentes aludiram à instituição de forma saudosista, assinalando com firmeza a data de sua inauguração como Escola Agrícola a partir de 1939. Mas e a Fazenda? Seria mesmo a data de sua fundação? Não teria uma história que antecedesse tal acontecimento? Como seriam os primeiro alunos? Porque os cursos que dão ênfase à agricultura e à pecuária são orgulhos da instituição, os mais bem falados e desejados pelos aspirantes aos cursos técnicos e superiores?

Assim, o projeto de pesquisa se ergueu com base na seguinte problemática: de que maneira se deu o instituir da Fazenda de Florestal na década de 1930?

De início, foi possível estabelecer algumas propostas de análise para direcionar esta dissertação: pesquisas apontam que a Escola Agrícola foi inaugurada em 26 de abril de 1939 pelo governador Benedito Valadares, destinada à “exploração econômica, possuindo todos os requisitos e aperfeiçoamentos técnicos necessários ao seu caráter de fazenda-padrão”, estando “organizado nos moldes de

um estabelecimento agropecuário" (O Imparcial, 1939, p.03, ed.1208). [3]

Situa-se, à guisa disso, que a Fazenda Florestal já existia desde 1936, pois foi localizada uma previsão orçamentária para este ano, e que a Fazenda Modelo era um projeto econômico do Benedito Valadares e Israel Pinheiro e integrava o ensino agrícola, bem como à "diversificação da agricultura, à propaganda" e ao desenvolvimento de várias atividades econômicas do Estado mineiro (O Imparcial, 1938).

Neste contexto, a cidade de Florestal não foi escolhida ao acaso, havia na região a presença de figuras dominantes. Benedito Valadares, o governador do Estado era natural do munícipio. Já havia sido representante político na região, como vereador e prefeito. Em 1938 era seu irmão Francisco Valadares que ocupava a cadeira mais importante no munícipio, inclusive a vaga de primeiro diretor da Fazenda Experimental fundada em 1935, quem ocupou foi o seu outro irmão - Rui Saraiva.

Portanto, a cidade de Florestal era e continua sendo dona de muitos predicados, um deles é a localizada no centro oeste mineiro a 63,3 km da capital Belo Horizonte. Em relação à cidade de Viçosa, UFV sede, dista em 278 km, quase a mesma distância que separa o *Campus* UFV-Florestal, do *Campus* UFV-Rio Paranaíba, que é 270,8 km, conforme mapa da cidade de Florestal, Minas Gerais, exposto, anexo 02, pág. 190.

Atualmente, o Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF) – antiga Escola Agrícola – é responsável pelo departamento de ensino

---

3 O IMPARCIAL: O Jornal de nome O Imparcial (RJ) – 1935 a 1939. Produzido no estado do Rio de Janeiro, o acervo conta com outras edições a partir de 1910 a 1940. Material: Periódico ou jornal. Idioma Português. Localização: Publicações Seriadas - PR-SPR 00008. Publicação: Rio de Janeiro. [s.n.], 1910-. Periodicidade: Diária. Nota geral: Formato standard. Nota de forma física adicional. Disponível:<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107670_03&Pesq=comiss%c3%a3o%20do%20 tabelamento & pagfis=225> Alguns fascículos também disponíveis em microfilme, através da Biblioteca Nacional (Brasil). Nota de reprodução. Também disponível em microfilme. Nota de fonte de aquisição. Depósito legal. BR-RjBN. Tipo de Publicação Seriada. Jornal. Notas locais, 7. Registro bibliográfico não revisado. Título forma física adicional: O Imparcial. Disponível digitalmente em: Hemeroteca Nacional Brasileira.<http://hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/imparcial/107670>

técnico profissional, concentrando seis cursos técnicos, dentre os quais, merece destaque o de Técnico em Agropecuária, em atendimento à área rural. São também oferecidos dez cursos superiores, incluindo alguns de pós-graduação, como mestrado e doutorado, em que destaco o curso de Engenharia Agronômica, que é ministrado desde o ano de 1975.

Com a democratização do ensino profissional, a instituição aderiu a vários programas educativos, que, além dos cursos técnicos, oferecem também cursos profissionalizantes: Mediotec, Pronatec, Ensino à Distância, Novos Caminhos, Formação Inicial e Continuada (FIC), entre outras modalidades. Outros programas foram surgindo: Trilhas do Futuro, em 2021, que, em parceria com o Estado de Minas Gerais, criou mais três cursos técnicos: o de Meio Ambiente, o de Sistemas da Informação e o curso de Edificações.

Seguindo nesse mesmo caminho, em atendimento às demandas do mercado energético do Brasil, e, em parceria com o Ministério da Educação, houve – e ainda há – o incentivo de investimentos em energias renováveis, pelo curso presencial de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis, ministrando-se aulas práticas de instalação de painéis fotovoltaicos (Pessoa, 2021).

No registro de imóveis da instituição, pôde ser constatado que esta é denominada como **Fazenda da Estiva e Outros** e foi formada pela junção de vários terrenos que já existiam na Vila Florestal, pertencentes a diferentes proprietários, que, depois de vendidos ao Estado e reunidos, dão nome à fazenda consolidada pelos seus cursos de cunho rural, pela qualidade de seu ensino e pela sua extensão territorial.

Percebe-se que, mesmo com o ensino remodelado, a educação profissional agrícola permanece, e, neste longo trajeto institucional, o que me interessa de fato é a história do instituir da Fazenda de Florestal-MG em seus primeiros anos de criação.

De acordo com a documentação encontrada na própria instituição, observa-se

que, no ano de 1943, a Fazenda-Escola passou a abrigar menores pobres[4] nos moldes de internato, com a oferta de ensino primário e profissional, que, subordinado ao Departamento de Ensino Técnico da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, formava profissionais para lidar com as atividades do campo, o que remete à ideia dos Patronatos Agrícolas da década de 1920.

Em 1948, a instituição, regulamentada pelo decreto nº 2.740, de 26 de maio de 1948[5], como pontuado acima, passa a atender outro tipo de público, saindo do modelo Fazenda-Escola à inserção de Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF), ofertando o ensino secundário, certificando técnicos agrícolas, sob o mandato do governador Milton Soares Campos, que tinha como Secretário de Agricultura Américo René Gianetti, que deu sequência em suas atividades no mesmo ano.

Cabe frisar que a referida instituição foi incorporada à Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) em 1955, que tinha como sede a cidade de Viçosa-MG. De acordo com seu estatuto, as finalidades da Escola Média de Agricultura de Florestal eram o ensino, a pesquisa, a extensão e a produção agrícola (Estatuto da EMAF, 1948), sendo essa última finalidade uma continuidade da Fazenda Florestal e da Escola Agrícola.

Fundiu-se à Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 1969. No entanto, a Escola Agrícola passou a se chamar Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF) apenas em 1981, e, mesmo com 84 anos de existência destaca-se pelo ensino rural, para níveis técnico e superior, além de continuar mantendo estreitas relações com o homem do campo, pelos projetos de extensão e pela oferta de cursos rápidos e práticos, com foco em atividades agropecuárias (Pessoa, 2021).

Pela resolução nº 7/2006, do Conselho Universitário (CONSU) da instituição, criou-se o Campus Universitário com a oferta de dois cursos superiores: Tecnólogo

---

4 MENORES pobres: menores de idade em condições de vulnerabilidade socioeconômicas.

5 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto nº 2740, de 26 de maio de 1948**. urn: lex: br; minas gerais: estadual: decreto: 1948- 05-26;2740. Publicação Original: 1948-05-27. Diário do Executivo. 27/05/1948. p.1_col 1. Vide Referência.

em Gestão Ambiental e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, posteriormente substituído pelo Curso de Ciência da Computação.

Pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, foi instituída a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contemplando o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, retomando o crescimento do ensino superior público. Com isso, o campus passou a oferecer dez (10) cursos superiores, dentre os quais ressalto cinco licenciaturas: Biologia, Educação Física, Física, Matemática e Química.

Dessa forma, esta dissertação se coloca no subcampo específico da educação, adotando como área de concentração a Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET/CEFET-MG), representado pela combinação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia na linha II, pesquisa da História e Historiografia da Educação, e reconhecida pelas pesquisas sobre a História das Instituições Educativas.

Na busca constante pelas fontes, foi identificada, selecionada e organizada uma série de documentos, entre os quais destaco aqueles que fizeram parte dessa produção: o jornal O Imparcial, produzido no Rio de Janeiro, no período de 1935 a 1939, a Imprensa Oficial de Minas Gerais (Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e os Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais entre 1937 a 1942), os documentos contábeis sobre a construção da estrada que liga a **fazenda-usina**, presentes na Pasta da Agricultura datada de 1939 e o Estatuto da Fazenda-Escola de Florestal de 1939, disponíveis para consulta no Arquivo Público Mineiro, as pastas de alunos[6] menores de idade que frequentaram a Escola Agrícola entre 1943 a 1948, as escrituras de imóveis desapropriados pelo governo mineiro a partir

6 PASTAS dos Alunos: Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola. Arquivados na CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

de 1935 a 1941.

Assim, as fontes documentais foram vasculhadas em diferentes locais, em arquivos físicos e digitais, principalmente de cunho público, como: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil **(**FGV CPDOC), Arquivo Público Mineiro, DOCREADER web, Biblioteca Municipal da cidade de Florestal, Arquivo digital da Universidade Federal de Viçosa. Esta sondagem possibilitou a reunião de registros variados sobre a história e a trajetória da instituição.

A localização e o mapeamento das fontes primárias ocorreram mediante visitas em vários setores da UFV-Florestal[7], finalmente encontradas em uma pequena parte, no Arquivo do Registro Escolar do Ensino Médio e outra, no Setor de Patrimônio; porém a documentação está incompleta. O acervo documental do campus está em processo de organização e as pastas dos alunos foram as únicas fontes preservadas pela instituição no período investigado.

Parte da documentação que antecede o ano de 1948 foi perdida, mal conservada e possivelmente descartada. Não foi encontrado na biblioteca do campus nenhum tipo de memória da instituição neste recorte. Infelizmente, esses "registros históricos, se perderam, testemunhos usados pelo historiador para aproximar e tornar inteligível seu objeto de estudo", motivo pelo qual persisti (Lombardi, 2003, p. 11).

Arquivados dentro das pastas dos alunos, encontram-se os seguintes documentos: algumas fotografias de alunos do tipo 3/4, ordens de internação, cartas de familiares, provas/exames de admissão dos alunos, fichas de matrícula, atestados de pobreza emitidos por órgãos competentes, ofícios de desligamentos e de admissões dos alunos, transferências escolares, cartões de vacina, certificados militares, certidões de nascimento e alguns certificados de conclusão de cursos; inclusive, uma caderneta de banco foi usada como documento de identificação de aluno.

---

7 VEJA: Anexo 03, pág. 191. Imagem do *Campus* UFV-Florestal.

Dentro de um determinado limite, presumindo espaço, ambiente, pessoal, talvez intencionalidade, os documentos encontrados estão em bom estado de conservação. Estão armazenados em armários de aço, organizados em ordem alfabética, separados por pastas. E de acordo com informações obtidas, após serem catalogados e digitalizados pelo setor de arquivo, serão todos organizados e armazenados, obedecendo às normas técnicas vigentes de arquivamento de documentos.

Quanto às escrituras dos imóveis, estas poderão ser consultadas no Cartório local, o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal e no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Pará de Minas. Contudo, encontrei algumas cópias no Setor de Patrimônio da própria instituição, que me foram disponibilizadas gentilmente para consulta. O setor de patrimônio é um local que, muitas vezes, é utilizado ou conhecido como lugar de descarte ou guarda de móveis; infelizmente, por via de regra, tornou-se lugar de refugo e de materiais enjeitados do campus.

Diante da carência das fontes primárias e de um acervo completo e devidamente organizado, as fontes digitais foram cruciais no desenvolvimento desta dissertação, tanto que lancei mão da Imprensa Oficial dos anos 1930 e 1940, disponibilizados pelo site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Mas privilegiei também outros meios de comunicação, por exemplo, o Jornal Imparcial do Estado do Rio de Janeiro, como fonte farta no que se refere à política econômica das décadas de 1930 e de 1940.

A sede pela água da fonte me levou, presencialmente, ao Arquivo Público Mineiro, onde foi possível consultar o Estatuto da Fazenda-Escola (1939) e a Pasta da Contabilidade do objeto em questão.

Ao abrir a Pasta da Agricultura, no Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, aquela dispunha de informações referenciando a estrada da fazenda à Usina das Lajes, no período de 1935 a 1971, juntamente a um rico acervo documental de fontes primárias, eis como: notas diversas, recibos de pagamentos de operários, dias de carroça ou dias de serviço de transporte, serviços de engenharia, medidas de taludes, lista de operários, entre notas de outros serviços

subordinados à Pasta da Agricultura, referente ao Estado de Minas.

Foram também visitados o Museu Público de Pará de Minas, o Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal, a Prefeitura de Florestal, a Biblioteca Municipal de Florestal e a Biblioteca da própria instituição, sendo encontrada apenas uma cópia da Revista da Produção de n.º 16, na Biblioteca Municipal, volume importante, pois, cobriu o evento de inauguração da Fazenda-Escola no ano de 1939.

Foram encontradas, no Museu de Pará de Minas, algumas fotos do presidente Getúlio Vargas ao lado do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares; e, na instituição, ainda restam alguns retratos que remetem à época da Fazenda-Escola de Florestal, a maioria sem identificação.

Vale mencionar também que, na vendinha da cidade, existem alguns objetos antigos, como móveis, ferramentas agrícolas, fotografias em quadro (de alunos, professores, diretores), etc. No entanto, estão amontoados, jogados, provavelmente silenciados pelo próprio tempo.

Assim, a história das instituições educativas no Brasil se manifesta por meio da produção de conhecimento científico, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, fazendo parte de muitos programas de pós-graduação no país. E é uma afirmação justificada pelo levantamento bibliográfico realizado sobre a temática.

Neste processo de investigação, eu optei, em princípio, pelo descritor, Educação Rural. E nesse contexto, foram encontradas inquirições em diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Ciências da Humanidade, Meio Ambiente e Economia, mas com predominância na área Educacional, notadamente, nos programas de pós-graduação.

Como forma de seleção, dei preferência por dissertações de mestrado e teses de doutorado, que foram separadas por área de conhecimento, todavia, incluí também um artigo de Versieux (2012), que versa diretamente com o meu objeto de estudo, A Fazenda-Escola de Florestal: apontamentos sobre a inserção de Minas Gerais na modernidade capitalista.

Pela plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

(BDTD), o descritor, Educação Rural apareceu em oitenta e seis (86) dissertações e em dezenove (19) teses, o que assinalou para outros descritores[8] que eu poderia utilizar, como: educação no campo, educação rural, ensino rural, ensino agrário, educação, educação ambiental, educação do campo, ensino agrícola, entre outros.

Ao utilizar o descritor, Educação Rural, no Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 2010 e 2022, foram encontradas 627 perquisições. Deste total, selecionei duas, que fazem referência direta ao objeto em estudo: as Dissertações de Mestrado de Versieux (2010) e de Alves (2014).

Logo, a dissertação de Bruno Geraldo Alves (2014) e o artigo de Daniela Pereira Versieux (2012) se tornaram as principais fontes secundárias sobre a fazenda, pois, além de problematizar as histórias de instituições escolares, versam diretamente sobre o objeto escolhido. Além do mais, essas pesquisas abordam o ensino agrícola em Minas Gerais dentro de um ideário de modernização do Estado mineiro, como parte de um projeto de desenvolvimento concretizado pelo governo, no período de 1939 a 1955, que, em parte, inclui o meu recorte temporal.

As narrativas propostas por estes autores estabelecem os nexos entre a política de formação do trabalhador rural e o processo de desenvolvimento de Minas Gerais. Para Alves (2014) e Versieux (2012) a Fazenda de Florestal, que, no momento, é meu objeto de estudo, foi criada nos padrões de Fazenda Modelar.

Em um primeiro momento, Versieux se emprenhou para conhecer a instituição da Fazenda-Escola de Florestal-MG, mas, a dificuldade de acesso às fontes documentais, em 2010, impossibilitou-a de desenvolver sua pesquisa de mestrado sobre o tema. Já Alves, em 2014, decidiu aprofundar seus conhecimentos sobre a Escola Média de Agricultura de Florestal, que foi o segundo momento de

8 CONCEPÇOES sobre os termos agrícola, regional e rural: Na produção historiográfica da História da Educação encontramos várias acepções para o ensino escolar da população campesina. Assim, os processos de ensino em localidades rurais receberam acepções assertivas de Educação Rural, Ensino Rural, Educação do Campo, Ensino Agrícola e Ruralismo Pedagógico. O que percebemos é que os usos, ora sinonímicos, ora com usos genéricos, constituíram-se em alguns dos entraves com os quais tivemos que tratar e que a própria produção acadêmica não nos mostrou elucidativa. Tal problemática se valida na produção de Ariadne Ecar (2017), a qual afirma que nos primeiros anos da introdução da república os termos agrícola, regional e rural eram tratados como se tivessem o mesmo significado.

atuação da instituição como escola, ministrando ensino secundário, com a formação de técnicos agrícolas.

Ademais, a dissertação de Versieux (2010), que discorre sobre *"*A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914)", embora se distancie pelo recorte temporal, compareceu devido às similitudes de projeto de governo e de modelo de ensino.

Na sequência, procurei estabelecer critérios para selecionar as pesquisas que mais se aproximavam do meu objeto de estudo e apurar em que medida essas perquisições se distanciaram do meu objeto. Com isso, foram identificadas inúmeras compreensões sobre a modalidade Escola-Fazenda. Entretanto, estes modelos educativos se deram a partir da segunda metade do século XX. Em virtude disso, manifestei predileção pelas análises que se ajustassem mais ao meu recorte temporal, evidentemente não ignorando as Escolas-Fazenda.

Lombardi (2003) traz uma discussão bem acurada sobre a história e historiografia da educação no Brasil. Em certo momento, o autor aponta que "a produção historiográfica brasileira dos anos de 1930 a meados da década de 1970, ainda guardam lamentável atualidade, quer diga respeito à produção histórica e historiográfica, quer à pesquisa educacional brasileira" e salienta que "cabe e é necessária a pesquisa historiográfica que analise a produção sobre as instituições educacionais" (Lombardi, 2003, p. 09).

Buscou-se então explorar o Repositório Institucional da própria UFV, o qual resultou em 353 perquirições. Contudo, estas vieram com predominância de especulações na área agrária, de nível superior ou graduação. Para complementar, foram visitados os repositórios institucionais de teses e dissertações da UFMG, PUC-BH, UFU e CEFET-MG, nos quais, coincidiu-se encontrar estudos que já haviam sido selecionados anteriormente.

Tendo em vista disso, localizadas apenas duas pesquisas que referenciam diretamente à história da Fazenda Florestal, selecionei alguns trabalhos que contemplam diferentes aspectos sobre o ensino agrícola, notadamente em Minas

Gerais, completando e/ou ampliando o diálogo com o objeto, do mesmo modo em que proporciona uma compreensão mais rigorosa sobre a Fazenda Florestal.

A proposta inicial era produzir uma história sobre a trajetória da Fazenda-Escola de Florestal-MG, mas, na primeira conversa com o meu orientador Irlen Gonçalves, optamos por conhecer o instituir da Fazenda de Florestal-MG, estudo este que poderá contribuir de forma mais proveitosa para o campo da História da Educação Profissional no Brasil.

No entanto, a primeira iniciativa de escrever sobre a história da Fazenda Florestal foi localizada no ano de 2010, partindo de Versieux (2012), trazendo alguns "apontamentos sobre a inserção de Minas Gerais na modernidade capitalista". Porém, devido às dificuldades de acesso às fontes, assentou-se a decisão de analisar a criação das fazendas-modelo em Minas Gerais, na dissertação de mestrado supracitada.

Outra versão mais recente sobre a história da Fazenda Florestal é a dissertação de mestrado de Alves (2014), em que o autor insere a instituição dentro do Ideário de Modernização e do projeto para ensino agrícola em Minas Gerais, optando por parte da trajetória desta instituição quando esta se inicia como Fazenda-Escola e passa à Escola Média de Agricultura no período de 1939 a 1955.

Ambos os pesquisadores utilizaram como fonte principal a Revista da Produção[9], periódico que trazia todas as informações da política econômica e do Governo Benedito Valadares, direcionada principalmente aos proprietários de terras e fazendeiros. Os discursos políticos ganharam destaque nesta revista, assim como todos os acontecimentos que circundaram a Fazenda Florestal a partir de 1937.

Para lidar com os primeiros sintomas de formação da Fazenda Florestal e com as forças de poder que bailava sobre os processos desapropriatórios, eu me

9 REVISTA da Produção: Esta revista foi editada e veiculada pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais e circulou entre os anos de 1937 e 1942. Fez parte do projeto de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais enquanto meio de divulgação da política de Benedito Valadares e Israel Pinheiro. Voltada para um público diversificado, mas de certa erudição, seus artigos eram de interesse das classes produtoras mineiras, particularmente os proprietários de terras e fazendas, organicamente vinculados à produção agrícola e pecuária do Estado de Minas Gerais, bem como os industriais do setor de extração mineral e de outros setores menos significativos da economia mineira.

inspirei na pesquisa de Gentil de Oliveira (2012), quando este desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre a “A análise documental do projeto interdisciplinar: dimensões da sustentabilidade da Fazenda Modelo da UFMG”, situada em Pedro Leopoldo-MG, que tinha como objetivo a experimentação da criação de gado leiteiro, atendendo ao fomento da indústria de laticínios.

De acordo com Gentil de Oliveira (2012), as desapropriações abrangiam “seis áreas distintas, sendo que cinco destas, mesmo os proprietários não concordando em primeiro momento, deram plena quitação, com a avaliação oficial procedida em novembro de 1948” e os proprietários que tinham interesse no Sítio Nhô Antônio, não concordaram com a decisão entrando com recurso “por julgarem baixos os preços arbitrados” (Gentil de Oliveira, 2012, p. 05).

Já a proposta de Elizabeth Dias Munaier Lages (2011) traz certo conhecimento sobre as escolas rurais na década de 1930, havendo como missão “oferecer aos seus educandos possibilidades de desenvolvimento social e pessoal” tendo a infância e a adolescência o apoio da família rural, de forma que toda a comunidade fosse influenciada pela escola rural, pela prática e pelo desenvolvimento de hábitos saudáveis, “fossem eles, recreativos, sociais, higiênicos, de economia ou culturais” (Lages, 2011, p. 98).

Sua tese de doutorado, intitulada “A Construção do diálogo com a Educação Rural no Brasil" foi desenvolvida a partir dos textos e propostas de Helena Antipoff e Paulo Freire, e nos ajuda a compreender como a Educação Nova influenciou as produções acadêmicas no Brasil aos olhos de Freire e Antipoff.

Nesse diapasão, em contrapartida, Larissa Assis Pinho (2009) apresentou uma proposta diferenciada a respeito da educação para a população rural, pelos cursos de aperfeiçoamento para os professores rurais na Fazenda do Rosário em Minas Gerais, chamada de pedagogia rural, representada “por um conjunto de proposições e reflexões acerca da metodologia de ensino e de práticas escolares e educativas a serem desenvolvidas nas escolas primárias rurais” (Pinho, 2009, p. 08).

Decerto, a proposta era urbanizar o campo pela instalação da escola rural, e o professor o ente civilizador, pelas influências que exerciam sobre essa população

como educador rural, já que, em sua dissertação de mestrado, *"*Civilizar o Campo": educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores de escolas rurais Fazenda do Rosário (Minas Gerais 1947-1956), Pinho (2009) esclarece sobre o discurso de civilizar a população campesina pelo ensino nas escolas rurais.

Todavia, a autora questionou a vida nas cidades pela seguinte interrogação: "Se mudar para a cidade também era deparar-se com precárias condições de vida, porque não continuar na vida já acostumada ao meio rural?".

É nessa perspectiva que ela depreende que havia "um discurso de valorização do meio rural em detrimento do meio urbano", e ainda observou "que o meio rural assume uma característica bucólica, de valorização do contato com a natureza e dos modos simples de vida no campo" e concorda que "o problema da migração campo-cidade não era só econômico, mas também social e político", devendo ser tratado com igual importância (Pinho, 2009, p. 34 e 35).

E mais, Pinho (2009) considera como processo inevitável os movimentos migratórios e "a lógica do Plano de Recuperação Econômica[10]", envolvendo "programas de assistência técnica e social aos pequenos produtores", podendo diminuir o êxodo rural e, como medida, o trabalho de extensão rural, integrando a "uma política de desenvolvimento econômico e tecnológico à uma política social de modernização rural" (Pinho, 2009, p. 34 e 35).

E salienta que:

> O Plano indica a necessidade de formação de técnicos, de mão de obra especializada e de aprendizagem profissional do trabalhador rural para as novas demandas da agricultura: a utilização de tratores e máquinas, o uso de fertilizantes, reflorestamento, entre outras (Grifos Nossos).

Lívia Carolina Vieira (2016), com sua tese de doutorado em História da Educação Agrícola no Sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho

10 PLANOS de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de Minas Gerais, mesmo apresentado no final do período pesquisado (1947) contribuem para o entendimento sobre as intenções do governo mineiro em fundar a Fazenda-Escola Florestal.

(1948-1985) colabora na compreensão dos objetivos e sentidos das instituições de ensino agrícola no Sul de Minas Gerais e sua relação com a produção agrícola nacional, tendo como objetivo principal analisar o processo de criação e formação oferecida aos alunos.

Cabe salientar que converge, em parte, com o meu objeto em estudo pela documentação analisada, e “aponta para a ligação da escola com a necessidade de formação do trabalhador rural e de modernização do campo” por meio da modalidade de ensino Escola-Fazenda, que transformou a produção nacional e o ensino agrícola brasileiro (Vieira, 2016, p. 08).

A tese de doutorado de Ana Carolina Almeida Bergamaschi (2017) *“*Modernizar o Campo pelo Ensino Agrícola*”*: a organização da Escola Agrícola de Barbacena-MG no período (1933-1964) ampara o período histórico desta dissertação, além de contribuir com o modelo de formação de instrutores agrícolas e no processo de estruturação da Escola Agrícola de Barbacena.

Bergamaschi (2017), ao estudar a organização da Escola Agrícola de Barbacena, no início da década de 1930, até os anos 1960, considerou que o projeto de modernização do campo tinha como objetivo:

> A formação dos homens preciosos: as ciências aplicadas à agricultura e a função do ensino agrícola, [...] pela organização das comunidades urbanas e para que a organização do trabalho rural pudesse ser pensada a partir da vida moderna. Ainda ressalta que o ensino agrícola passou a ter lugar fundamental na propalada necessidade de diversificação da produção e na contenção da chamada crise da agricultura (Bergamaschi, 2017, p. 56 e 77).

Complementando, Aristela Aristides Lima (2021) contribui com o modelo pedagógico de escola-fazenda. Em sua tese de doutorado “Aprender a fazer e fazer para aprender”: configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986), Lima considera que esse novo modelo pedagógico vem configurado no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, e vinha articular o projeto de desenvolvimento do meio rural, traduzido pelas escolas-fazenda.

Sobre o ensino profissional agrícola no período estudado, ela explica que a

política educacional foi pensada a partir de “ideias, projetos, ações e articulações internacionais” firmadas por convênios entre o Ministério da Educação e órgãos estrangeiros desde 1966, resultando em “desenvolvimento e expansão do ensino profissional agrícola” (Lima, 2021, p. 27).

Dessa forma, o governo federal investiu na formação de técnicos e na qualificação de professores acerca do “princípio aprender a fazer e fazer para aprender”, levando o ensino agrícola para “uma reestruturação curricular em torno da integração ensino, trabalho e produção” (Lima, 2021, p. 27).

A dissertação de mestrado de Maria Gontijo Castro (2015), “Ensino, Pesquisa e Extensão: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa”, favorecem com a trajetória institucional da UFV, pelo trio ensino, pesquisa e extensão, como parte da própria história da Fazenda Florestal, período de transição e fusão da Escola Média de Agricultura de Florestal e Escola Superior de Agricultura de Viçosa, as duas incorporadas à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em 05/12/1955.

Seguindo nesse nicho, Ernani Barbosa Paes (2017) desenvolve um trabalho sobre “A Identidade do Esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira (1926-1948)”, pela análise das práticas pedagógicas e pelas condutas exercidas pela própria instituição acerca dos valores morais, cívicos e de higiene, as quais coincidiram com o meu objeto de estudo.

Em sua dissertação de mestrado, ele assegura que “existia entre as elites letradas do país” e que formados pela conservadora Universidade Coimbra incutiram “a ideia de que o contato com a natureza promoveria a correção moral dos homens”, enxergando na sociedade mineira uma herdeira de costumes vivenciados em séculos anteriores, e evidencia a desvalorização social do trabalhador campesino em relação a outros estratos sociais (Paes, 2017, p. 20-23).

Ademais, Tânia Cristina da Silveira (2008), em sua dissertação de mestrado, conta a História da Escola Rural de Santa Tereza, na cidade de Uberlândia (MG), no período de 1934 a 1953, a qual me inspirou pela contextualização do ensino rural quanto à ênfase local, estadual e nacional, e na apreensão de alguns aspectos

sobre a cultura escolar.

Silveira (2008) compreende que o crescimento e/ou desenvolvimento das escolas rurais no município de Uberlândia estiveram relacionados aos interesses políticos que preconizavam o meio rural como lugar de “atraso e de incivilidade”, e esta escola municipal cumpriu o papel de apenas alfabetizar, mas não descuidaram dos princípios morais e valores patrióticos, aspectos igualmente observados na Fazenda-Escola de Florestal.

Quanto à conjuntura da história local e regional do objeto em estudo, estabeleci explorar o projeto histórico desenvolvido por Eliana Vasconcelos Vieira Nogueira *et al* (1995), quando realizou uma pesquisa sobre o município de Florestal-MG. Seu trabalho contou com diferentes fontes documentais, além das entrevistas e das histórias orais concebidas pelos moradores/trabalhadores da região, bem como o auxílio dos professores e dos alunos da Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende, em sua investigação.

Seu relatório foi fonte essencial, quanto às características sociais, econômicas, políticas e educacionais quando envolvidas com a constituição e o desenvolvimento da Fazenda Florestal.

Assim, a presente dissertação projeta a história da constituição da Fazenda Florestal, concentrando-se nas categorias “materialidade, representação e apropriação”, que se inicia pelos processos desapropriatórios, desenrolando-se pelo projeto político e econômico do Governo mineiro até atingir seu público alvo, pelo cruzamento das fontes primárias.

Dessa forma, promove um diálogo com os ex-proprietários, que se alarga pela parte estrutural e pela identificação dos sujeitos envolvidos, buscando enfatizar principalmente o universo local, mas que, por alguns momentos, o diálogo se expandiu para a esfera regional e nacional.

Historicizar a Fazenda Florestal passou pela dimensão de “compreender e explicar os processos de sua formação, como condição instituinte, de manutenção e de organização [...], analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos, na relação com a realidade material” (Magalhães, 2004, p. 58).

Pela categoria de materialidade foi possível argumentar sobre as condições materiais, os espaços (estruturas/arquitetura), o modo de produção, a realidade em processo/desenvolvimento processual, funcionamento/organização/regulamentos, objetivos/funções, meios/suportes, históricos.

A categoria representação me permitiu esboçar a informação - memória/arquivo/artefatos, agentes, fatores móbeis, condicionantes. A identidade, a diferenciação, os públicos, os objetivos, a avaliação, a projeção e as histórias de vida se utilizaram da categoria apropriação.

Diante de tais expectativas, busquei estabelecer uma conexão mais acurada com a década de 1930, no que tange às relações do Estado com o ensino agrícola. Neste sentido, priorizei Celeste Filho (2019), que estudou as obras de Renato Fleury[11] também na década de 1930, trazendo uma compreensão sobre os processos de escolarização desse período.

De acordo com sua pesquisa, Celeste Filho (2019) afirma que Fleury produziu diversos materiais escolares, evidenciando a importância da educação agrícola aliada às necessidades do homem do campo, tanto que, em 1935, lançou a cartilha "Na roça", uma "cartilha rural para alfabetização rápida", indicada na época para ser utilizada nos processos de escolarização das escolas das zonas rurais, com 133 edições produzidas (Celeste Filho, 2019, p. 03).

Com intuito de ressaltar os "aspectos econômicos, cívicos, morais, técnicos e culturais", estabelecidos estrategicamente produzindo a cartilha "Na roça", pela proposta de um plano de ensino para escolas rurais, com vistas à modernização do campo, apropriei-me de alguns poemas de Fleury, citando alguns deles neste texto.

---

11 OBRAS de Fleury: A contribuição de Renato Fleury para a educação no Brasil se associa, entre outras atuações profissionais, a sua extensa produção em diversas áreas do conhecimento, com destaque para: artigos publicados em colunas de jornais que circularam em diversos Estados do Brasil; livros de literatura infanto-juvenil, especialmente os livros que integravam a coleção Biblioteca Infantil; e livros que integravam séries de leitura para o curso primário. Além disso, sua contribuição para os movimentos político-educacionais que ocorriam naquele momento histórico e sua atuação em cargos considerados importantes contribuíram para seu reconhecimento por seus contemporâneos. Subsequente a sua formação, Renato Fleury passou a ministrar aulas em escolas isoladas rurais. (Messenberg, 2015, p. 7-8).

Concordando com Chamon *et al* (2012), eu tentei entender a [des] organização do pós-escravidão, sobretudo no Estado de Minas Gerais, pois não era de interesse das elites fomentar a participação das classes trabalhadoras na esfera política do Brasil pós-colonial, muito menos se beneficiarem dos lucros de atividades econômicas.

Aliás, o que se percebe, de fato, é o discurso de manter o trabalhador submetido à outra compreensão de trabalho, libertando-o da maldição escravista, conformando a ação política e econômica dos setores dominantes do Estado, e, do mesmo modo, as reações das classes trabalhadoras (Chamon e Goodwin Jr, 2012).

Quanto ao ensino para crianças na época, André Azevedo Fonseca (2007), quando pesquisou “As origens do desenvolvimento em Minas Gerais", apresenta as concepções do ensino primário e as suas relações com o trabalho, pelos estabelecimentos de aprendizagem agrícola, e explica que:

> O ensino agrícola foi concebido como uma forma de adestrar a força de trabalho e fixar o trabalhador rural ao solo, sendo o João Pinheiro o principal idealizador dessa política, defendendo que o Estado tinha uma missão pedagógica, de educar a população para o progresso, de forma que empreendeu um esforço no sentido de expandir o ensino primário e de criar estabelecimentos de aprendizagem agrícola, retratada em fazendas-modelo e campos de experiência e demonstração, que se somavam ao serviço de instrutores ambulantes na divulgação de novas técnicas e do uso da mecanização (Fonseca, 2007, p. 221).

Diante do exposto, procurei apontar vários testemunhos do processo de instituir da Fazenda Florestal, de forma a apresentar alguns de seus aspectos como fazenda-modelo e como fazenda-escola; mas também como um projeto político e econômico de governo com investimento no setor agropecuário, utilizando o ensino agrícola como instrumento mediador e formador de mão de obra para o campo.

Assim, esta dissertação está segmentada em quatro partes: A primeira parte trata das questões introdutórias da pesquisa, das intenções, das restrições do objeto, da classificação de estudo e dos parâmetros teórico-metodológicos, finalizando com algumas condições instituinte, como a importância da escola rural

para conter o êxodo do campo, civilizando e agregando a classe trabalhadora à vida na roça.

A segunda parte, traduzida pelo primeiro capítulo, eu apresentei os primeiros testemunhos de formação da Fazenda, intitulada **Os primeiros sintomas na formação da Fazenda Florestal**, relatado pelos processos desapropriatórios de imóveis rurais na Vila Florestal a partir de 1935, trazendo evidências sobre o desenvolvimento da Fazenda e as disputas de poder que permearam tais acontecimentos.

Neste ambiente, eu procurei traçar as condições materiais, os espaços constituídos e a sua formação como fazenda pelos processos e regulamentos envolvidos, assim como apontei os agentes, os fatores e os condicionantes. Mas, para completar, eu teci algumas linhas sobre a Vila Florestal, pela abordagem de alguns aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos, possibilitados, ou melhor, desenvolvidos, pela chegada da energia elétrica na região, complementando abordei o Governo Valadares dentro de um contexto econômico e político do Estado.

O segundo capítulo, de título **Aprender pelo Trabalho**, eu procurei abordar a instituição pela sua condição como fazenda, simbolizado pelas estruturas, pelas divisões, pelos personagens, pela configuração local, pelos projetos e pelas práticas.

Escolhi como personagens principais os sujeitos que fizeram parte da criação e do desenvolvimento da fazenda e da escola, entrecruzando várias fontes. Foi um movimento de vai e vem, entre passado e presente, que privilegiou a comunidade local, reconhecendo a influência regional e nacional, propiciando conhecer o seu cotidiano.

O terceiro capítulo, intitulado **Dentre mortos e feridos, os menores se salvaram**, eu optei por uma análise mais descritiva sobre as pastas dos menores de idade, tentando retratar a fazenda como Escola, construindo uma narrativa pelas informações captadas nesses documentos, representadas pelas práticas ali desenvolvidas.

Procurei identificar o público alvo e diferenciá-los pelas suas origens, características e formação. Apropriei-me de várias informações dessas pastas para

mostrar o cotidiano da Fazenda-Escola, no período de 1943 a 1948, quando esta funcionou como internato para menores[12] em situação de pobreza. Decerto, que identifiquei todos os menores que frequentaram a Fazenda-Escola durante o período supracitado, separando-os por data de entrada na instituição.

[12] VEJA: Anexo 04, pág. 192. Imagem de alunos no período pesquisado.

# CAPÍTULO 1

## OS PRIMEIROS SINTOMAS NA FORMAÇÃO DA FAZENDA FLORESTAL[13]

> O Trabalho
> O Tônico vai à roça. Bem cedo no Pangaré. É no mato que ele almoça. Lá no rancho de sapé.
> Tem que passar a baixada. Tem que subir a colina... Vai cantando uma toada. Vai trotando na campina.
> Entra agora na picada. Por entre a mata sombria. Ouve alegre, a passarada. Saudando o nascer do dia.
> Bailam felizes, em festa. Borboletas entre flores. Que bulício na floresta. Quantos estranhos rumores.
> Araponga martelando como martelo em bigorna... Longe, longe, a quando e quando. Chora no campo a codorna.
> Bichos do mato se espantam. Ao trote da montaria. Foge a paca e se levantam. Nos carreiros, as cutias.
> Chega o Tônico ao destino; Toma da enxada, é o trabalho! A passarada ergue em hino. Por entre gotas de orvalho.
> O ar é claro e cheiroso. A terra fresca e macia. Azul é o céu luminoso. Como é lindo o novo dia!
> Tonico trabalha e sua. Contudo não se maldiz. Muitas vezes, já com lua. Volta à cabana feliz.[14]
> (Fleury, 1955, p. 27 *apud* Filho, 2019, p.13).

.

Ao pesquisar sobre as leis que tramitam no Congresso Legislativo Mineiro sobre a educação profissional, Gonçalves (2012) afirma que “as atividades de ensino e de aprendizagem do trabalhador da cidade e do campo se deram ao longo do tempo no próprio fazer da vida diária, nas oficinas e no próprio campo” (Gonçalves, 2012, p. 20).

---

13 A expressão **sintomas** utilizada no título procurou anunciar os sinais, os indícios, os presságios, ou melhor, os sentimentos que envolveram os processos desapropriatórios dos terrenos (residências) na Vila Florestal ocorridos na década de 1930-1941, para a formação da Fazenda Estadual.

14 O TRABALHO: Este poema retrata como era o modo de vida nas fazendas, o cotidiano, a cultura e o sentimento de quem vivia na roça. Produzido por Fleury, na década de 1930, este poema faz parte da cartilha “Na Roça”, material adotado pelas escolas rurais com intenção de valorizar a vida e as coisas do campo na década de 1930.

Pela análise da literatura que se executou sobre as escolas rurais, compreende-se que a República brasileira se empenhou bastante para escolarizar tais atividades em seus anos iniciais, sendo necessário criar institutos técnicos, campos de demonstração, escolas-fazendas, escolas e institutos agrícolas, para formação de mão de obra. E, em adição, promoveu aulas itinerantes nos locais de trabalho, ministradas pelos professores dedicados (Versieux, 2013 *apud* Gonçalves, 2012).

No entanto, a Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV) se achava mergulhada em grave crise financeira no período de inauguração da Escola Agrícola em Florestal, assim como, de 1942 a 1945, **o número de unidades escolares baixou, em vez de elevar-se** e a precariedade caracterizava os prédios escolares de Minas Gerais: pela insuficiência, pelas condições estruturais, sanitárias e de educação, constatado pela mensagem do governador Milton Campos, em 1947 (Campos, 1947, p. 57-158 *apud* Neves, 2015, p. 85).

Assim, para formar a Fazenda Florestal, que mais tarde se tornou escola, as primeiras desapropriações de terras na Vila Florestal se deram no ano de 1935, postergando-se até o início da década de 1940, período em que o governo mineiro aperfeiçoou os métodos da produção, pelo incentivo de novas culturas no Estado, fomentando a agricultura e a pecuária. Assim, com o intuito de aumentar a produção e atender às demandas produtivas na época, “foram criados e [...] instalados seis núcleos regionais de fomento: João Evangelista, Ubá, Pouso Alegre, Carmo da Mata, Lavras e Santa Bárbara” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 44). [15]

E é neste contexto que o primeiro capítulo vem com a proposta de apresentar as primeiras iniciativas do Governo mineiro em fundar uma **fazenda** no centro-oeste mineiro. Desta forma, em meados da década de 1930, utilizando-se de processos desapropriatórios, o Governo de Minas Gerais iniciou o seu projeto, pela criação de uma Estação Experimental na Vila Florestal.

---

15 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1937. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937, v. 1. p. 44.*Vide* Ref.

Para tanto, foram tomadas como fontes primárias para a presente dissertação, as escrituras públicas dos imóveis desapropriados, denominados: Próximo à cidade, Bosque da Amizade, Fazenda Estiva, Mata das Almas, Fazendas, Natividade, Boa Esperança e Jardim, Fazenda Natividade, Pernambuco, Várzea de Areia, Grota do Gavião e Várzea da Areia, a partir de 1935 a 1943; a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais no período de 1935 a 1948; os Relatórios do Ministério da Agricultura de 1930 a 1960 e o Jornal Imparcial, produzido no Rio de Janeiro no período de 1935 a 1939, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, on-line.

## 1.1 (Des) apropriando

Segundo Magalhães (2004), “a história da escola não é necessariamente a história melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço” (p. 124). [...] são profundas as implicações e as inscrições nas dinâmicas regionais e locais, quando abordada por “quadros políticos e orgânico-funcionais, não deixa de abrir-se, reconhecer e avaliar o peso das especificidades regionais e locais e de revelar uma atenção crescente às instituições educativas, na sua contextualidade e na sua dinâmica integrada” (Magalhães, 2004, p. 124).

Contudo, Magalhães (2004) sugere que uma abordagem de uma instituição educativa “se inicia a partir da base, construindo um arquivo, como informante e referente” de forma que os dados se organizem, sob uma lógica orgânico-funcional, com vistas a obter o mais elevado índice de fidelidade, pragmatismo e significância na representação da instituição referida (Magalhães, 2004, p. 72).

Desta forma, para [re] construir esta história, foi decidido deslindar alguns aspectos de sua materialidade, pressupondo seu tempo e espaço, assim como as suas continuidades e descontinuidades, fundamentados, em princípio, pelas interações, pelas tensões e, talvez, pelas disputas de poder que condicionaram as ações e/ou projetos do Governo, quando no prelúdio da constituição da fazenda. Ademais, será reverenciada a cidade e alguns feitos de Benedito Valadares.

Gentil de Oliveira (2012), quando aborda as dimensões da sustentabilidade da Fazenda-Modelo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Pedro Leopoldo (MG) descreve detalhadamente os caminhos tomados pelo governo na formação da fazenda na década de 1920, que vinha com o propósito de contribuir com o crescimento da pecuária no Estado.

De acordo com o autor, foi o primeiro estabelecimento de indústria pastoril criado no Brasil, intitulado Granja Pastoril Riachuelo, destinada à experimentação da criação de gado leiteiro, "a fim de atender ao fomento da indústria de laticínios, então incipiente em torno da capital do Estado" (Gentil de Oliveira, 2012, p. 01).

Semelhante ao que veremos sobre a Fazenda Florestal, as disputas de poder são claramente evidenciadas pela narrativa do autor, havendo, sobretudo muita resistência quanto aos processos de desapropriações; e a regularização dos terrenos foi um fato recente se comparado à Fazenda Florestal. O que se insere, nesse processo, é que há semelhanças quanto aos objetivos na aquisição dos terrenos e às finalidades de criação da fazenda, existindo uma equivalência quanto às fontes utilizadas.

Seguindo nessa via, desejando provocar uma reflexão mais desvelada acerca dos caminhos tomados pelo Governo na implantação da Fazenda Florestal, a análise que se propõe utilizou-se do termo **desapropriando**, chamando a atenção para o seu significado de desapossar e, ao mesmo tempo, tomar posse; e, por outro lado, fazendo questão de apontar os antecessores da Fazenda Florestal.

Uma das primeiras iniciativas do governo de Benedito Valadares, para desenvolver a produção animal no Estado, partiu de uma nova orientação dada à pecuária, na época, pelo Ministério da Agricultura, que seria "estabelecida em Florestal uma Estação Experimental", que tinha por finalidade criar reprodutores de raças finas e fazer experiências de cruzamento para obtenção de dados precisos sobre a produção de animais que resistissem às condições ambientais do Estado.

Assim, foram adquiridos de início novilhos Syr e Guzerate, cruzados com touros de raça, tais como o Holandês, o Suíço, o Poled Angus e o Charolês (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394).

Para o estudo da produção das forragens no Estado, foram estabelecidos grandes campos de área de cinquenta alqueires, estudos que mediram a porcentagem de produção, assim como resultados de utilização e resistência das pastagens (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394). [16]

Deste modo, para as novas “culturas que se processam no Estado”, era preciso investir em boas sementes. Estas foram adquiridas de institutos científico e estrangeiro, de reputação mundial [...], que, por vezes, estiveram em ostensivo “trabalho de produção” [...] pelos “campos experimentais de Florestal, pela Colônia Padre José Bento, pela Escola Padre Sacramento e pelo Horto Florestal”, levando, a saber, que, no ano de 1937, a Fazenda Florestal estava em plena atividade (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 44). [17]

Os objetivos do governo em aumentar a produção era consequência dos movimentos de exportação, pois o que ele pretendia de fato era colocar em prática um “plano econômico para o Estado”, investindo na agricultura e na pecuária, e utilizou métodos desapropriatórios para a aquisição de novas terras, que, em Florestal, deu-se início no ano 1935.

Pelo que se pôde ser apurado, as primeiras propriedades adquiridas pelo governo mineiro, na Vila Florestal, deram-se nas localidades denominadas Fazendas Boa Esperança, Natividade e Jardim, aproximando-se de quatrocentos e noventa e um hectares de terrenos desapropriados naquele ano, deixando desalojadas vinte e nove famílias (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos 1982, Liv. 06, fl. 03). [18]

Entre casas e casinhas de moradia, só nesta escritura, foram averiguadas um total de doze, mas contemplando outras benfeitorias; ainda foi possível deslindar os dois paióis e um moinho de fubá, também tapumes, inclusive arame, e mais um

16 O IMPARCIAL (RJ), 1936, p. 04, ed. 394.

17 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1937. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937, v. 1. p. 44. *Vide* Ref.

18 CARTÓRIO do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas. Certidão de Escritura pública. Livro de notas nº 06, fls. 03. Registro em 09 de Julho de 1935. Certidão de 11 de Maio de 1982. *Vide* Ref.

milheiro de telhas e duas chácaras de café, sendo que, uma estava toda cercada por arame.

Quanto à qualidade das terras, em sua maioria, eram de cultura; apenas um alqueire era de terra de campo, segundo os vendedores. Inclusive, consta nas escrituras que – o governo permitiu – após ter sido pago em moeda corrente, todos os "outorgantes vendedores fizessem as colheitas dos atuais frutos pendentes, nas propriedades ora transferidas ao Estado" (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos 1982, Liv. 06, fl. 03).

Mas, com o intuito de dar corpo a esta composição, é oportuno apresentar os primeiros alcançados pelas ações do governo, como forma de provocar uma reflexão mais aprofundada sobre o processo de instituição da Fazenda Florestal, reverenciando e, concomitantemente, identificando/apontando os primeiros que a ela antecedem.

Pelo sim, pelo não, os terrenos que foram desapropriados são: do José Ribeiro e da Maria Rosalina; do Antônio Procópio e da Maria José; do Miguel Cândido e da Maria Olina; do viúvo Serafim Ribeiro; do Ezequiel Fraga e da Leonor Alves; do João Martins e da Nodigi Ferreira; também do Belisário Caetano e da Adelina Alves; do Geraldino Alves, junto ao da Maria José; do Vicente Alves, com o da Maria Firmina; do Pedro de Assis e da Dona Claudelina; do casal Geralda Alves e do esposo, João Evangelista; e ainda as terras da Christina Maria e de seu marido José Camilo; solteiro, estava o Antônio Alves, também desempossado das terras.

Representados pelo procurador Orlando Racine, aponta-se ainda o Divino Alves e a Alzira Lima; o Antônio José e a Dona Jesuína; o José Alves Fraga e a mulher, Geralda Maria; ainda a Dona Alzira Araújo com seu esposo, José Alves; a Laurinda Marciana e o José Romão Dias.

Finalizando, têm-se o Antônio Viçoso e a Maria Flauzina; o José Cecílio e a Maria Bárbara; a Benedita de Jesus e o esposo, Ottoni Alves; acompanhado dos solteiros: Maria José Rodrigues da Silva e os irmãos Geraldo e Francisco, de sobrenome Alves de Freitas. Todos eles residiam na localidade chamada **Pernambuco** (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos 1982, Liv. 06, fl. 03).

É possível que, após essa aquisição, o governo tenha se aproveitado de algumas instalações de forma a dar início ao seu projeto de constituição da Fazenda Experimental, mesmo tendo admitido que fosse construído de acordo com técnica moderna, estábulos, silos e banheiros carrapaticidas, que dispunham de instalações de grande capacidade para atender às suas finalidades (O Imparcial, 1936, p. 04).

Entretanto, a Fazenda Natividade se confrontava com a Fazenda Pernambuco; por um lado, era problema para os donos, para o outro, alvo de interesse do Estado, que se apropriou de mais terrenos na região, o que os obrigava a deixar suas propriedades.

Entre os ex-donos: o Domingos Ribeiro e a Maria Silvina; o Raimundo dos Santos e a Maria das Dores; o Divino Alves e a mulher, Alzina Maria; o José Almires com a esposa, Jovina Ferreira; mais o José Ribeiro e sua esposa, Rosalina; também o Roberto Barbosa, com a Dona Maria Izabel. Estiveram os dois últimos representados pelo procurador Japhet Almeida. [19]

Contudo, a Vila Florestal continuou sendo desapropriada pelo Estado, no ano de 1936, nas localidades denominadas Mata das Almas e Bosque da Amizade, em que o governo, usando de suas atribuições, “abre crédito especial de trinta contos de réis 30.000$000, à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho para a compra de terrenos limítrofes à Fazenda Florestal (ALMG, 1938, p. 15). [20]

De acordo com registros datados de 1936, este processo de compra e venda de terras, no Bosque da Amizade, foi lavrado na casa do Senhor Administrador da Fazenda Experimental, tendo como vendedores os fazendeiros Antônio José Rios e Maria Jesuína, os quais concordaram em vender ao Estado de Minas Gerais uma casa de morar, com seis compartimentos, sendo quatro assoalhados e dois térreos, já construídos há mais de 20 anos (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas, 1975, Liv. 11, fls. 5 a 49).

---

19 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 11, fls. 45 a 49. Registro em: 29 de Julho de 1935. Certidão de: 20 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

20 ALMG. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1936. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1938, p. 15. Imprensa Oficial. *Vide* Ref.

Quanto aos terrenos, foram cinco alqueires mais ou menos [21], constando de: terras de culturas, mato e uma parte de campo, logo ao redor da casa acima, fazendo divisa com a ponte velha rumo ao vale, margeando pela direita com o ribeirão, quando subia, ia até à estrada de automóvel, que ligava Pará de Minas à Capital.

Fechando as divisas, confrontava por duas vezes com a Fazenda Experimental de Florestal [...] e quando seguia pela estrada de automóvel, em direção ao centro do povoado, alcançava as divisas com João Camillo Pereira, pelo brejo e pelo ribeirão, encontrando com a Fazenda do Estado novamente (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas, 1975, Liv. 11, fls. 5 a 49).

Na Fazenda Mata das Almas, com escritura também lavrada no mesmo ano[22], o Sr. José Antônio e a Dona Francisca Rita, na condição de lavradores, dispuseram de sua casa de morar, que, coberta por telhas, tinha oito cômodos térreos, sendo construída de madeira, encontrando-se em regular estado de conservação, mais uma casa de despejo e um moinho com sua respectiva aguada, os quais eram circundados por duas glebas de terras de cultura (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas, 1982, Liv. 07, fls.71).

A primeira gleba “estava onerada com passagem um rego d'água para servidão de Miguel Cândido da Silveira; já a segunda, estava beneficiada por servidão de água potável”, contra as terras do mesmo Miguel.

Mas, além dessas questões, essas duas glebas, localizadas na Fazenda Mata das Almas, também confrontavam duas vezes com a Fazenda: em primeiro, “ia à porteira da entrada da Vargem da Areia” – voltando à esquerda, era acompanhada pelas divisas da Fazenda do Estado; em segundo, partindo do início da divisa, “daí até a árvore de açoita-cavalo”, esbarrava com as terras do Miguel e, outra vez, com

21 MAIS OU MENOS: expressão utilizada nas escrituras de terrenos nas décadas de 1930 a 1940, referenciando às medidas dos terrenos, medida próxima, não exata.
22 1936.

as terras da Fazenda Experimental (Cartório do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas, 1982, Liv. 07, fls.71). [23]

De acordo com a Lei nº 162, de 1936[24], o governo "fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1937", estabelecendo previsão de crédito para a cobrança de taxas dos estabelecimentos agrícolas, como "taxas de serviços de Estado", incluindo a Fazenda Florestal, que, além das propriedades já adquiridas na Vila, "autoriza o poder executivo a adquirir, por compra, mais terrenos limítrofes à Fazenda Florestal", fixando alguns contos de réis, pela Lei nº 93, de 1936. (ALMG, 1938, p. 17). [25]

Relativos ao ano de 1938, três processos de aquisição de terras pelo governo mineiro, na Vila Florestal, foram realizados, sendo dois na Fazenda Mata das Almas e um na Fazenda da Estiva, o que comprovou que os projetos de expansão dos limites da Fazenda foram consolidando-se, pois foram desapropriados cerca de quatro milhões de metros quadrados em extensão territorial.

Portanto, usando das suas atribuições, o governo de Minas Gerais, pelo Decreto-Lei nº 105, "declara de utilidade pública a desapropriação de benfeitorias e terrenos contíguos à Fazenda Florestal" (Estado de Minas Gerais, 1938, Art's. 1°- 4°, on-line) [26], no município de Pará de Minas (MG), em que reconheceu urgência nas operações. Para "ampliação da área do domínio estadual destinada à Fazenda de Florestal," o governo tomou posse de terrenos contíguos a ela:

> a) propriedades pertencentes ao Sr. Antônio Procópio de Souza;
> b) terrenos e benfeitorias do Sr. Francisco Procópio de Souza com uma área de seis alqueires aproximadamente;

---

23 CARTÓRIO Judicial, Notas e Protestos do 3º Ofício de Pará de Minas. Certidão de Escritura Pública. Livro nº 07. Fls. 71. Registro em: 02 de Dezembro de 1936. Certidão de: 12 de Maio de 1982. *Vide* Ref.

24 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1936. Lei nº 162, de 13 de Novembro de 1936. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1938. p. 158. *Vide* Ref.

25 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1936. Lei nº 93 de 02 de Outubro de 1936. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1938, p. 17. *Vide* Ref.

26 ESTADO de Minas Gerais. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Decreto-Lei nº 105, 30 de Maio de 1938, p. 538. *Vide* Ref.

> e) terrenos e benfeitorias do Sr. José Gregório da Silva com a área aproximada de 1.112 alqueires;
> d) terrenos e benfeitorias do Sr. Acácio Moreira da Silveira com uma área de seis alqueires aproximadamente;
> e) terrenos e benfeitorias, do Sr. João Matias de Faria com uma área de quatro alqueires aproximadamente;
> f) uma área de 35 alqueires e respectivas benfeitorias nas margens direita e esquerda do ribeirão de Florestal, parte das propriedades do Sr. Miguel Cândido da Silveira.
> g) terrenos e benfeitorias do Sr. José Cecílio Moreira com uma área aproximada de 2 112 alqueires;
> h) uma área de 50 alqueires e benfeitorias nas proximidades da represa da usina elétrica dos terrenos pertencentes ao Sr. Francisco Moreira Barbosa. (Estado de Minas Gerais, 1940, p. 538).

E o Antônio e o Francisco, os dois de sobrenome Procópio, venderam seus terrenos para o Estado; o José Gregório e o Acácio também; o João Matias, o Miguel Cândido e o José Cecílio, então cederam. Mas o governo queria a fazenda do Francisco Barbosa, pois, muito próximo dali, ficava a represa da Usina das Lajes. Dada às circunstâncias, pode-se dizer que esta Fazenda era a "menina dos olhos"[27] do Estado, pois as terras do Francisco Moreira também foram desapropriadas (Cartório do Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 13. Fls. 90 a 92). [28]

Fazenda da Estiva é o nome que instituiu a Fazenda do Governo: possui servidão na estrada que vem de um lugar chamado Facão, até sair na estrada de automóvel que liga as cidades de Florestal e Pará de Minas.

> Confrontava com a Usina hidrelétrica do município, com o Martinho Alves Diniz, com a Prefeitura; dividindo com a Fazenda Experimental em dois pontos: "entre a estaca 60, no espigão, cravado por um marco de pedra" e na "estaca 73" que acompanha a cerca de arame (Cartório do Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 13, fls. 90 a 92). [29]

---

27 MENINA DOS OLHOS: substantivo feminino, expressão popular utilizada para indicar algo predileto.

28 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 13, fls. 90 a 92. Registro em: 25 de Junho de 1938. Certidão de: 13 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* ref.

29 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 13, fls. 90 a 92. Registro em: 29 de Julho de 1938. Certidão de: 13 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* ref.

Além do valioso terreno, outros bens foram cedidos ao Estado, a “casa de morada coberta de telhas e uma coberta de telhas sem paredes; perto da dita casa maior, uma casa de morar, situada abaixo da estrada de automóvel” [...], “havido por compra de José Procópio de Souza e outros, anteriormente ao ano de 1929”, porém, a qualidade de suas terras não foi categorizada (Cartório do Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 13, fls. 90 a 92).

Ao explorar a Fazenda Mata das Almas, faz-se por bem salientar que o Estado desapropriou os bens de nove famílias, só neste lugar, dentro de uma área de dois milhões, seiscentos e setenta mil metros quadrados.

Dentre as muitas benfeitorias, o Estado tomou posse de quatro casas de morar: sendo duas cobertas de telhas e com oito compartimentos; uma casa de despejo e mais sete casinhas de morar; de chácaras de café foram três; moinhos de fubá com aguada contou-se um total de quatro; paióis foram dois. Consta até mesmo “30 hectares de terreno, para o campo de aviação” (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 13, fls. 76 a 85). [30]

Cabe pontuar que a qualidade das terras era variada: na Mata das Almas, em um lugar chamado Quilombo, setenta e cinco (75) hectares eram de terras de cultura de 1ª qualidade; na Grota das Lages, onde havia uma chacarinha de café, havia terras de 1ª e de 2ª qualidades; também terras de cultura, descritas como de “média qualidade” (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 13, fls. 76 a 85).

Com o intuito de concretizar o projeto de expansão dos limites da Fazenda Florestal, o governo mineiro concedeu plenos poderes ao seu representante legal, como forma de adquirir terrenos que confrontavam com a Fazenda Experimental, instruído e amparado pelo Secretário da Agricultura do Estado.

Todavia, no intuito de compensar as despesas que a Fazenda teria com as obras de formação da Fazenda, o governo abriu um crédito especial para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, objetivando a construção de pavilhões e o

30 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 13, fls. 76 a 85. Registro em: 03 de Junho de 1938. Certidão de: 17 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* ref.

serviço de Fomento do Fumo e construção do edifício sede. E mais: para as despesas com o edifício do paiol, com a estrumeira e com os muros de arrimo, a construção dos bebedouros para os animais, os currais e outros serviços, com acompanhamento e fiscalização do engenheiro responsável, o Sr. Paulo Auler (Estado de Minas Gerais, 1940, p. 556-557). [31]

Também foi verificado gastos com despesas anteriores, pois, pelo Decreto nº 149, o governo abriu crédito especial para pagamento à Rodrigues, Pinto e Cia, pelos serviços no Hotel dos Fazendeiros, terraplenagem e obras de abastecimento d'água, na Fazenda-Escola e pela construção das duas casas de professores, do estábulo e outros edifícios, tendo por responsável o Sr. Jacó Lopes de Castro (Estado de Minas Gerais, 1940, p. 632).

Outros pagamentos também foram regularizados, como as despesas com o pessoal efetivo: os encarregados da administração, da secção pecuária, da secção agrícola e o escriturário, mais o pagamento dos assalariados, que tinha um quadro variável, da 1ª à 4ª divisão. Dentre as diversas despesas, destaca-se o “fomento à agricultura e à pecuária”, pelas despesas com o Hotel dos Fazendeiros e compra de produtos locais, como o milho em palha, mandioca e batata (Estado de Minas Gerais, 1941, p. 540). [32]

Há alguns quilômetros dali, enquanto o governo estava empolgado em fincar pelas terras da Fazenda, outras escolas do Estado passavam por sérias crises financeiras, resultando na falta de pagamentos de funcionários e professores. Para tentar resolver o problema, os servidores da ESAV formaram uma comissão, “apresentando um estudo memorial a ser levado ao governador do Estado [...] solicitando daquela autoridade melhor assistência àquela escola, a fim de que ela

31 ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1938, v.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 556-557. *Vide* ref.

32 ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1939, v.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1941, p. 540. *Vide* ref.

possa preencher as suas finalidades" (UFV, Atas da Congregação Geral, 1939, Liv. 05, p. 21 a 32). [33]

O mais interessante é que, nesse documento apresentado, contém um trecho em que a maioria concorda que o "referido memorial seja levado após a inauguração da escola de Florestal, em Pará de Minas", [...] que também "resolveu que fosse passado em nome da Congregação, um radiograma felicitando o Senhor Governador do Estado, pela inauguração da escola de Florestal, por ocasião da respectiva solenidade" (UFV, Atas da Congregação Geral, 1939, Liv. 05, p. 21 a 32).

O fato é que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, houve uma insatisfação dos professores mineiros com relação aos salários, ao atraso nos pagamentos e à redução dos vencimentos, com um corte de 30%, em 1931, para cobrir as despesas do governo com o "movimento revolucionário". E ainda, os salários ficaram congelados até a década de 1940 (Passos, 2016, p. 311), além de os professores ainda seguirem desvalorizados.

Mesmo diante dessas divergências, o ano de 1939 se tornou marcante para aquela região, sobremodo com a inauguração de uma Escola Agrícola, em que o governador do Estado, por meio de suas atribuições, além de "organizar os quadros do funcionalismo público civil do Estado, contou com outras disposições", por exemplo, passando a Fazenda de Florestal a se denominar Fazenda Escola de Florestal. (Estado de Minas Gerais, 1941, p. 51-53). [34]

Diante de tanta energia, as desapropriações se mantiveram e, desta vez, concentraram-se na localidade denominada Várzea de Areia (Grota do Beco) daquele distrito, em que foi "declarado ser de utilidade pública a desapropriação de

33 UFV. Universidade Federal de Viçosa. Atas da Congregação Geral, Livro 05. Atas das Reuniões da Congregação Geral da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. **Arquivo Central e Histórico.** Viçosa, 21 de Junho de 1938. Ata de 8 de Abril de 1939, p. 21 a 32. *Vide* Ref.

34 ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1939, v.1. p. 51-53. Imprensa Oficial, 1941. *Vide* Ref.

terrenos limítrofes a Fazenda-Escola de Florestal", [35] qualificados como terrenos de cultura média e terrenos de pastagens. (Estado de Minas Gerais, 1942, p. 131).

É importante ressaltar que mais uma área de cento e vinte e um hectares foi adquirida pelo Estado mineiro, contando um total de mais cinco famílias a deixarem as suas residências, insistindo o governo, novamente, que seria para construir "um campo de aviação".[36] Porém, esse processo teve por finalidade a ampliação da área do domínio estadual, que se limitava com a Fazenda-Escola de Florestal, no município de Pará de Minas (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 14, fls. 95 a 99).

Como consequência, os ex-donos dos bens desapropriados precisaram deixar, além do sentimento, suas casas de morada: uma casa de quatro cômodos, que era assoalhada; a outra, que era de seis cômodos, tendo um sem assoalho e a terceira casa possuía oito cômodos térreos.

Quanto às casinhas, estas eram duas, uma com oito cômodos térreos e outra, com quatro. As cercas de arame também entraram na conta: três hectares de arame cercavam pequenas plantações, sendo que, dez e meio hectares cercavam os terrenos de pastagem e dois e meio hectares cercavam um cafezal.

Dentre tantos imóveis desapropriados deste local, constam, neste registro, os terrenos do Sr. Francisco Joaquim Martins e Albertina Angélica de Jesus; do Sr. José Marques de Souza e da Maria da Conceição; do Sr. Antônio Procópio e da Dona Maria José; também da Arminda Flauzina; de herança, do Sr. Antônio José Procópio e da Ana Maria de Jesus (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 14, fls. 95 a 99). [37]

---

35 BRASIL. Imprensa Oficial, 1942. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 08 de Abril de 1939, p. 131. *Vide* Ref.

36 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 14, fls. 95 a 99. Registro em: 29 de Julho de 1939. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

37 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 14, fls. 95 a 99. Registro em: 29 de Julho de 1939. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* ref.

Mas, para consolidar mais uma conquista, no ano de 1940, o governo precisou desembolsar uma quantia indenizatória de não menos que meia centena de réis, que ele declarava como “urgente da desapropriação”, pois, alguns terrenos já constavam com “medição procedida”. Então, o governo desapropriou alguns terrenos contíguos à Fazenda (Estado de Minas Gerais, 1942, p. 131-132). [38]

Abaixo, as disposições topográficas:

> a) uma área de nove alq. e 32.240 m2, pertencente ao Sr. João Antunes Pereira;
> b) uma área de três alq. e 38.640 m2, pertencente ao Sr. José Duque;
> c) uma área de cinco alq. e 20.560 m2, pertencente ao Sr. João Pimenta;
> d) uma área de doze alq. e 30.880 m2, pertencente ao Sr. Antônio Pinto Estado de Minas Gerais, 1942, p. 131-132).

Havia também as despesas com o “Hotel dos Fazendeiros" e a compra de produtos locais, somados aos móveis, às máquinas e aos aparelhos, como material permanente; ainda os combustíveis, lubrificantes e acessórios, forragem, ferragem e pastos, incluindo medicamentos. Estavam inclusos ainda as despesas com ensino agrícola e material didático, expediente, utensílios, vestuário e alimentação, além das despesas com “pessoal fixo e variável”. Somaram-se a estes o material de consumo, todos para fomento à agricultura e à pecuária (Estado de Minas Gerais, 1942, p. 366-368). [39]

Ainda assim, a aquisição de terrenos continuava naquela região, resultando na desapropriação de terrenos nas Fazendas Natividade, Boa Esperança e Jardim, em que os vendedores Pedro de Assis e sua mulher Claudelina Santos e os viúvos José Lino e a Maria Cesária negociaram com o governo “uma casa de morada, construída de adobe, de sete cômodos, sendo um, assoalho e os demais enterrados, e com cobertura de telhas; já os terrenos eram de campo e cultura,

38 ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942. Decreto-Lei Federal nº 723 de 08 de Abril de 1939, p. 131.
39 ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1940. Belo Horizonte, 1940. Imprensa Oficial, 1942, p. 366-368. *Vide* Ref.

situando-se na Fazenda Natividade" (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1969, Liv. 15, fls. 45 a 48). [40]

A respeito da Fazenda Boa Esperança, o José Lino Pacheco era "possuidor de cinquenta hectares de terrenos de cultura e de campo", confrontando com a ponta do valo velho, beirando a rodovia, descendo até o Córrego Pai Simão; dividia com Belisário, com o Andrade e também com o Domingos; à esquerda, encontrava o grotão, dividindo então com a Fazenda-Escola de Florestal.

Mas, para contribuir com o projeto de expansão das terras da escola, o Sr. Luiz Saraiva e esposa, Sultana Saliba, resolveram vender ao Estado, no ano de 1941, uma pequena propriedade com área de quase dez mil metros quadrados, desta vez, "Um sítio nas proximidades desta vila, constando de uma casa de morar, de construção antiga, coberta de telhas comuns, contendo cinco cômodos" (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 92 a 94). [41]

Nesta mesma localidade, próxima à cidade, foram também adquiridos pelo Estado os terrenos da Emília Maria; do José Gonçalves Rios; do Gervásio Gonçalves Rios e a esposa, Joselina Maria; do Manoel Gonçalves Rios e sua esposa, Raimunda Maria; do Camilo Gonçalves Rios e esposa, Onesina Dutra. Do mesmo modo, os do Joaquim Gonçalves Rios e esposa, Maria José; do Geraldo Gonçalves Rios e esposa, Maria Alexandrina (Cartório de Registro Civil Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 07 a 95).[42] Detalhe: eram todos residentes no mesmo distrito.

É importante declarar que, nesta escritura, estes terrenos constam como parte "de herança de Gervásio Gonçalves Rios, marido, pai e sogro, deles vendedores", sendo uma área pertencente "aos herdeiros de Lourival Gonçalves Rios e também uma parte na casa, onde reside o Sr. Gervásio". Todos os

---

40 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 45 a 48. Registro em: 11 de Fevereiro de 1939. Certidão de: 17 de dezembro de 1969. Florestal (MG). *Vide* Ref.

41 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 92 a 94. Registro em: 14 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

42 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 07 a 95. Registro em: 04 de Março de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

outorgantes descritos tinham parte na casa do Sr. Gervásio, mas, a Emília Maria de Jesus, casada com Francisco Martins de Morais, tinha direito à metade desta mesma casa, e que, por este motivo, possuía uma quota de terras menor (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 01 a 03). [43]

Reforça-se ainda que outras áreas também fossem desapropriadas pelo Estado, no ano de 1941, em um lugar chamado Pernambuco. Propriedades que pertenciam ao Sr. Galdino José da Cunha, Olímpio de Souza Lopes e Norvina Maria de Jesus, Domingos Ribeiro de Oliveira e Maria Silvina de Oliveira, Sebastião Gonçalves Dias e Maria Raimunda de Faria (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 01 a 03). [44]

Eles cederam ao Estado, a partir de registros legais, mais de cento e vinte mil metros quadrados em extensão de terrenos de cultura de média qualidade. Além dos terrenos que venderam ao Estado, vendeu também “certa quantidade de lenha para tirar”, lenha esta que pertencia à Dona Maria Raimunda e ao seu esposo Sebastião (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 01 a 03).

Outro fator importante é que o terreno do Sr. Olímpio e da D. Norvina confrontava com José Francisco de Assis, com Antônio e Sebastião, que assinavam Gonçalves Rios. Nesse quadro, “dividia com um lacrimal, que atravessava a estrada de automóvel, Belo Horizonte-Pará de Minas, e subia por este mesmo lacrimal”. Considerando mais ainda intrigante, é que estes terrenos estavam em alguns pontos ligados, fator interessante para serem desapropriados pelo Estado (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 01 a 03). [45]

### 1.1.1 Encurralados na Várzea de Areia

43 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 01 a 03. Registro em: 18 de Fevereiro de 1941. Certidão de: Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

44 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 01 a 03. Registro em: 18 de Fevereiro de 1941. Certidão de: Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

45 CARTÓRTIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 01 a 03. Registro em: 18 de Fevereiro de 1941. Certidão de: Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

É pertinente pontuar que o Estado não parou por aí: a Dona Maria Faustina e seu esposo José Duque também deixaram suas terras, na Várzea de Areia, para atender aos apelos do governo, pois o seu terreno “confrontava por todos os lados com terras pertencentes ao Estado de Minas Gerais” (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 20 a 21). [46]

Os proprietários Dona Maria e seu esposo venderam, além do terreno de “cultura de média qualidade,” as suas moradias: uma morada coberta de telhas, de construção antiga, com nove compartimentos; um moinho de fubá e aguada; e mais: um engenho de pau para moer cana; um paiol; uma coberta de telhas, sem paredes; um pequeno mangueiro de porcos, sendo o terreno todo fechado por arame farpado, benfeitorias e iniciativas realizadas pelos antigos proprietários (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 20 a 21). [47]

Nesta ocasião, outros terrenos foram adquiridos pelo Estado, no mesmo local, em especial os terrenos do “Antônio Procópio de Souza e sua mulher Maria José de Jesus; do Joaquim Lataliza e sua mulher, Maria Francisca da Piedade; e do Vicente de Paula”, o mesmo que era conhecido pelo nome do pai, o Vicente Adriano. Ele disse ser “dono de dezenove litros de terras e uma casinha herdada de seu pai, Adriano Moreira” (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 10 a 14). [48]

O Sr. Joaquim, marido da Maria Francisca, declarou ter direito “de herdar bens que ficaram por falecimento de seu pai, Joaquim Lataliza de França”, sendo único herdeiro de oitenta litros de terras ou de “um e meio alqueire de terras de

---

46 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de escritura pública. Livro 16, fls. 20 a 21 v. Registro em: 03 de Maio de 1941. Certidão de: 03 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

47 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 20 a 21. Registro em: 03 de Maio de 1941. Certidão de: 03 de Junho de 1975. Florestal (MG). Vide Ref.

48 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 10 a 14. Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG). Vide Ref.

cultura e de uma casinha de morada, com quatro compartimentos" (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 10 a 14).

Já o Sr. Antônio Procópio e a sua mulher Maria José disseram vender ao Estado "vinte e cinco alqueires de terras de cultura, havidos de herança e compra de divisas; duas casas de morada, coberta de telhas e dois moinhos de fubá com as respectivas aguadas", todos situados na Vargem de Areia (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 10 14). [49]

Pelos registros escriturais, a propriedade do Senhor Antônio Pinto de Barros e da sua esposa D. Maria Rita Dutra, mais a propriedade da D. Maria Pinto de Barros, também foram objetos de desapropriação pelo Estado no ano de 1940; terrenos estes localizados em lugar denominado Grota do Gavião, Vargem de Areia, "havidos por compra, por herança e por adjudicação". Ao Estado, além de "duas glebas de terrenos de cultura, de média qualidade, venderam uma casa velha de morar coberta de telhas" (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 78 a 80). [50]

Seja dito de passagem que este terreno se confronta com as terras do Estado em vários pontos fronteiriços; dividia também com "Francisco Feliciano, em dois pontos, cruzava com três lacrimais e dividia com as águas do Facão". Neste ponto, também dividia com José Almires dos Santos. Além do mais, confrontava com João Antunes Pereira, com o Amadeu Marra e voltava a dividir com a Fazenda do Estado, pelos terrenos adquiridos do Sr. João Procópio e do João Alves (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 78 a 80). [51]

Os terrenos de Francisco e de sua esposa Albertina, aludidos no ano de 1939, foram reconhecidos legalmente como vendidos ao Estado, em 08 de maio de

---

49 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 10 a 14. Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG). Vide Ref.

50 CARTÓŔIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 78 a 80. Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). Vide Ref.

51 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 78 a 80. Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

1940. Os outorgantes eram residentes da Vila e disseram ao representante deste translado que eram “possuidores de oitenta e sete hectares de terreno de cultura e meloso” na Vargem de Areia. Também declararam possuidores de “seis casas de morada, sendo uma para despejo; um moinho de fubá com respectiva aguada”, diga-se, de passagem, construída pelos próprios vendedores (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 14, fls. 95 a 99). [52]

O dito terreno era contíguo à Fazenda-Escola em três pontos: dividia-se com José Pedro, com o Antônio Pinto, com o Sr. Antônio Procópio e depois com o João Moreira, até encontrar com o Aristides Saliba.

Dentro deste círculo, cruzava com três lacrimais: o espigão à esquerda era o divisor de águas entre o Córrego Vargem de Areia e o Facão, e o segundo espigão descia até a estrada velha e ia ao encontro do Córrego que vinha da Mata das Almas, fechando o círculo com o Estado.

E o governo, mesmo de posse de tais propriedades, registrou mais um contrato, pela aquisição de mais um imóvel, na dita Vargem de Areia. Desta vez, desapropriando terras do Sr. José Pedro da Silva e de sua mulher Vicentina Veríssima Vieira; também das <u>três Marias</u> (Grifo Nosso): a Maria Madalena de Jesus; a Maria Francisca e a Maria Zimbra de Jesus, todos residentes no mesmo distrito (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 3 a 5). [53]

De acordo com as testemunhas presentes, eram “filhos, genros e irmãos dos finados, Pedro Luiz da Silva; Maria das Dores de Jesus e da Maria Castorina”, que concordaram em vender e por serem os seus únicos herdeiros, cabendo, a cada um, a quarta parte do preço pago pelo Estado em moeda corrente da época.

Pelo espólio que fora transferido para o governo, eram “duas glebas de terras de cultura de média qualidade, uma casa velha, já em ruínas e mais duas casinhas cobertas de telhas”, mas, o que já não era novidade é que as duas glebas faziam

---

52 CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 14, fls. 95 a 99. Registro em: 27 de Dezembro de 1939. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

53 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 03 a 05. Registro em: 22 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

divisas com a Fazenda do Estado, a bendita Fazenda Florestal (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 3 a 5). [54]

As divisas do terreno se iniciavam próximo a um lacrimal, “por um pequeno açude, na confrontação com João Antunes” limitava-se com o José Duque, pelo Córrego da Vargem da Areia e voltava a “confrontar com o Estado, pela Grota principal até à cabeceira,” na Grotinha, voltava ao João Antunes, até encontrar a Grota principal, que deu início à essa descrição, ponto que, mais tarde passou a constar com o nome de “Francisca”. (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 16, fls. 3 a 5). [55]

Frente a esse cenário, o governo do Estado de Minas continuou a desapropriar! E desta vez foram desempossados o Sr. Elídio Nunes Sobrinho e sua mulher Deversina Maria de Jesus, que, por bem, deixaram suas terras, havidos por compra feita de <u>três outras Marias</u> (Grifo Nosso): “a Maria Joaquina, a Maria José das Chagas e a Maria Pereira”; uma parte também, do Camilo Pereira da Silva. Imóvel reconhecido pelas terras de regular qualidade, que confrontava com terrenos do Estado, vendido por João Alves Pimenta, que venderam, ainda, a quantidade de lenha existente no local chamado de Pernambuco (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 84 a 86). [56]

Com este feito, e do outro lado, o governo já havia desapropriado a fazenda de João Alves Pimenta e de sua esposa Alvina Maria e o terreno de Maria da Conceição de Jesus, pois eles cederam ao Estado toda a propriedade localizada no mesmo Pernambuco.

Eram três glebas de terreno de cultura de média qualidade, que tinha uma casinha de morar e lenha para queimar, lá na Vargem de Areia, onde passava o

---

54 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 03 a 05. Registro em: 22 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

55 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 03 a 05. Registro em: 22 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

56 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 84 a 86. Registro em: 17 de Dezembro de 1940. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

córrego, que servia de divisa com o terreno do Antônio Procópio e da Maria Conceição, adquiridos pelo Estado, também cortado por uma estrada de carro (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 73 a 76). [57]

A segunda gleba se dividia com o Estado, com a estrada de automóvel Pará de Minas-Belo Horizonte; confrontava com o Amadeu Marra e o Galdino José, e encontrava o Elídio Nunes, e se localizava no “Pernambuco”. A terceira gleba, na mesma localidade, confrontava-se também com Elídio Nunes até encontrar a Fazenda, seguia até o Aristides Saliba, até alcançar a estrada de automóvel, rumo a Belo Horizonte, voltando ao mesmo sentido: Elídio Nunes (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 73 a 76).

Três glebas que confrontavam – e eram de interesse do Estado – terras adquiridas por “compra feita a Divina Matilde do Espírito Santo e dos outros herdeiros do finado José Maria”, sendo também por compra a Joaquim Alves Pimenta e por herança, da finada Maria Pulcina, que, por fim, foram as três juntas parar nas mãos do Estado (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 73 a 76).

A predita Maria Conceição disse fazer “cessão de seus direitos, no espólio da finada Bárbara Francisca, cujo quinhão aproximava-se dos dez mil metros quadrados, possuía uma casinha velha, na bendita, Vargem de Areia”, que, além de confrontar com a Fazenda do Estado, pelo afluente do Córrego, pela cerca, com o José Duque, encontrava com o Antônio Barros, na descida, limitava com o João Pimenta até à travessia de uma estrada de carro e voltava ao Córrego, onde, novamente, encontra com as terras do Estado (Cartório de Registro Civil de Florestal, 1975, Liv. 15, fls. 73 a 76). [58]

Curiosamente, pelos dados que puderam ser apurados é possível que o governo tenha tentado formar um círculo nos terrenos em volta da Várzea de Areia,

---

57 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 73 a 76. Registro em: 30 de Outubro de 1940. Certidão de: 05 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

58 CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 73 a 76. Registro em: 30 de Outubro de 1940. Certidão de: 05 de Junho de 1975. Florestal (MG). *Vide* Ref.

pela compra de várias propriedades particulares que ali existiam. Assim, muitos desses proprietários não tiveram outra opção, a não ser a de vendê-las ao Estado, pelo fato de se sentirem, muitas vezes, acuados e encurralados pela pressão que o Estado fazia.

### 1.1.2 Expropriados da Várzea de Areia

Seguindo pelas mesmas imbricações, é precípuo destacar que, como resultado das supracitadas desapropriações, algumas famílias ficaram frustradas; talvez pelo fato de não aceitarem/concordarem com a oferta feita pelo governo na compra das terras, ou também por terem que deixar para trás “uma história da vida inteira”. Nessa vertente, vale a pena sublinhar que o governo não obteve apenas sucesso com as desapropriações, pois tiveram famílias que contestaram, inclusive pelas vias legais.

Para expressar esse descontentamento, os proprietários da “Vargem de Areia e proximidades de Florestal”, aqui tratados como **os expropriados**, encetaram demandas contra o Estado, com o objetivo de conseguir melhorias de indenização, pois não concordavam com a avaliação primitiva feita pelo Estado. Para isso, eles contrataram outro avaliador, que procedeu com uma nova análise, contrapondo os resultados considerados pelo Estado, o que apresentou divergências com o primeiro avaliador.

O fato que causou a diferença no valor total das avaliações foi um pouco curioso, devido “os 800 metros cúbicos de lenha, que estavam muito próximos da sede de Florestal e a outra parte estarem mais afastada” que, para os expropriados, era de total relevância (Ato de Arbitramento, 1941). Para o Estado, era insignificante.

Isto posto foi pedido ao encarregado da Fazenda um levantamento de todos os bens desapropriados na Vila, assim como todos os detalhes da avaliação primitiva, “levando-se em conta de valores representados por benfeitorias, só a parte

aproveitável, existente nas propriedades desapropriadas, ou seja, ativo positivo–realizável" (Ato de Arbitramento, 1941). [59]

Por isso, em resposta ao pedido do Secretário da Agricultura, Sr. Israel Pinheiro, o encarregado da Divisão Administrativa da Fazenda – Rui Saraiva - providenciou informações e esclarecimentos a respeito da "avaliação primitiva", que, de acordo com ele, foram embasados em dados "antecedentes e bem aceitos". E mais, "que nas avaliações e exames dos aludidos terrenos, ou os peritos não se basearam em dados plausíveis, ou, talvez, tenham agido com parcialidade, em favor dos expropriados". (Saraiva, 1941).[60]

O encarregado ainda justificou que era importante prevalecer a avaliação primitiva, pois todos os ex-donos dos terrenos desapropriados concordaram, ficaram "satisfeitos - sem exceção -", com os valores que receberam do governo. Que foram "idênticos e equitativos", de forma a ser muito estranho a atitude dos proprietários, a de serem os únicos a contestarem o Estado (Saraiva 1941).

Ademais, "assumir um tratamento diferente com esses reclamantes era ato de total injustiça, o qual contrariava os interesses do Estado; e mais, dever-se-ia evitar situações idênticas, pelo grande número de terrenos que já foram desapropriados". (Saraiva, 1941).

Para resolver estas pendências, um terceiro laudo foi apresentado: "em cumprimento determinado pelo Juiz de Direito, dos feitos da Fazenda Pública", de forma a elucidar o ocorrido e colocar fim àquela situação de embaraço. Então, foi com base nas escrituras de compra e venda dos terrenos que dividiram com a Fazenda, feito pelo próprio Estado, que ficou comprovado que cada metro quadrado

---

59 MINAS Gerais. 3ª Vara Cível e Privativo dos Feitos da Fazenda Estadual. Serviço do Contencioso e de Consultas Jurídicas do Estado de Minas Gerais. "Autos de desapropriação dos bens pertencentes [...] Vila Florestal" versus Estado de Minas Gerais. **Juiz: Telêmaco Autran Dourado**, Belo Horizonte. Ato Final de Arbitramento. Vila Florestal, município de Pará de Minas, 13-ago-1941. **Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal**.

60 SARAIVA. Rui. Desapropriações da Agricultura. Secretário de Agricultura. Fazenda-Escola Florestal, 1941. Correspondência do Administrador da Fazenda-Escola de Florestal em resposta ao Secretário da Agricultura sobre os detalhes das desapropriações na Vila Florestal entre 1935 a 1943. **Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal.**

de terreno foi adquirido pelo mesmo valor ofertado, ou seja, os mesmos ($31) trinta e um réis, o custo do metro quadrado (Ato de Arbitramento, 1941).

Fizeram parte desse processo uma gleba de terras, na Vargem de Areia, com 234.240 m2, que confrontava em três pontos com o Estado e, em dois pontos, com as terras do José Pedro da Silva e uma gleba no Guarda-Mor, de 283.800 m2 que dividia com as terras da Emília Maria e com o Amadeu Marra e, em duas faces, com o Estado de Minas Gerais, também com a sede da Vila Florestal, terreno este qualificado como "terreno de cultura com ótima aguada, que servia apenas aos expropriados" (Ato de Arbitramento, 1941).

Quanto às benfeitorias, ficaram para o Estado "dois capões de madeira em pé, para lenha, um na Vargem de Areia e outro no Guarda-Mor; um cafezal velho que produzia em média 40 arrobas anuais; um mandiocal plantado, que ocupava uma área de 15 litros de terreno; uma casa, um paiol e um moinho, em mau estado de conservação; mais uma casa e benfeitorias também mal conservadas" (Ato de Arbitramento, 1941).

Após tantas turbulências, os expropriados da Vargem de Areia aceitaram o preço da primitiva avaliação, que logo foi comunicado ao Secretário da Agricultura, pelo advogado Geral do Estado. Todavia, houve hesitação, e o Estado pagou aos expropriados da Vargem de Areia, o que era de direito – contudo, apenas no ano de 1943, possivelmente pelas burocracias existentes no setor judiciário.

A justificativa para este episódio foi de expressiva relevância, pois parte da família dos expropriados, que já havia seguido para outro município distante da Vila, "com recursos diminutos e dificuldades inumeráveis para a locomoção de todos". Outra parte da família estava em Florestal, passando "verdadeiras privações para se segurarem naquela situação de instabilidade", à espera de uma definição do governo, para poder se juntar aos seus com dignidade (Ato de Arbitramento, 1941).

Outra questão igualmente importante, é que o representante legal dos expropriados vinha sofrendo constantes assédios das partes. Por este motivo, solicitou, por ofício, em nome de seus constituintes, interferência do Chefe do Serviço Contencioso do Estado de Minas Gerais, junto ao Secretário de Agricultura,

para que, com urgência, intercedesse em prol do pagamento das devidas desapropriações, “feita, pelo Estado, na Fazenda Florestal”, conforme já tinha ciência (Ato de Arbitramento, 1941).

Em resposta, o então Secretário da Agricultura, Israel Pinheiro, enviou sua decisão ao encarregado da Fazenda, Ruy Saraiva, pedindo que “informasse ao proprietário do terreno ou talvez, melhor, ao advogado: que não era devido por mais, do que a primitiva avaliação podendo transigir para liquidação, no máximo, mais dois contos de réis (2)” (Ildeu Alves, 1941). [61]

Assim, o final do processo foi certificado pelo Cartório do escrivão Joaquim de Souza Gomes, em Belo Horizonte, e a sentença proferida em Março de 1942. Desta vez, o laudo emitido não deu confrontações, ficando o valor do contrato de “Cr$33.404,20 (trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte centavos)”, moeda corrente adotada pelo Brasil na época (Cartório de Registro de Pará de Minas, 1942, Liv. 3-L, nº 8.062). [62]

Diante desses relatos, é possível concluir que o Estado desapropriou e se apropriou de vários imóveis na Vila Florestal, em meados da década de 1930 e início de 1940. E tudo isso fez parte de um processo econômico, que tinha por finalidade fomentar a agricultura e pecuária por meio de processos considerados modernos para época, o que, por um lado, contribuiu com o desenvolvimento da economia, e, por outro, atendeu também aos anseios dos fazendeiros, que careciam de mão de obra para trabalhar nas lavouras.

Outra questão importante, e faz por bem salientar, que esta pesquisa não objetivou definir as extensões da Fazenda nem mesmo julgar as atitudes do governo

---

61 ILDEU Alves. Ofício nº 324. Ofício de encaminhamento do pedido de interferência do Ildeu Alves ao secretário da Agricultura. Secretário da Agricultura, Israel Pinheiro. Belo Horizonte. 16 de Setembro de 1941. **Representante legal dos expropriados da Vila Florestal. Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal.**

62 CARTÓRIO de Registro de Imóveis de Pará de Minas. **Certidão de Transcrição de teor**. Estado de Minas Gerais, circunscrição: Florestal. Denominação Vargem da Areia e proximidades de Florestal. Nº 8.062, livro 3-L, Registro em 20 de Novembro de 1942. *Vide* Ref.

e o valor pago pelas terras; a ideia é apontar alguns detalhes apurados pela análise das escrituras.

Interessa aqui “integrá-la nas circunstâncias históricas locais, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência”, [...] pela alusão de seus antecessores. Além do que, as divisas da Fazenda podem ser outras atualmente, seja por contratos realizados com outras corporações, ou também por outros meios de cessão (Magalhães, 2004, p. 133-134).

## 1.2 O adeus às luzes das velas, das lamparinas e dos lampiões.

> Dizem que em certas horas do dia, a energia era tão fraca que um palito de fósforo iluminava mais que ela. Aconteciam quedas bruscas que até chegavam a queimar aparelhos eletrodomésticos (Autoria desconhecida)

As primeiras práticas no setor de energia elétrica no Brasil se deram ainda no período do Império, mas a sua aplicabilidade se consumou, de fato, na República, pelos serviços de tração elétrica e iluminação. As políticas econômicas de governo, na década de 1930, não se concentraram apenas em fomentar o setor agropecuário, pois se estendeu também a outros setores, como o da divisão elétrica, havendo, portanto, em tal período, apenas duas empresas que controlavam esse setor no país, a saber: Light e Amforp, principalmente nas capitais e nos grandes centros (Brandi 2022, on-line). [63]

Como iniciativa, o governo criou o Código das Águas em 1934, o que permitiu regulamentar e ter maior controle sobre essas atividades, principalmente sobre as empresas privadas, passando então a fazer parte das políticas do governo federal.

---

63 BRANDI Paulo. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciou carreira profissional no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). É pesquisador da Memória da Eletricidade desde 1987. Coordenou diversos trabalhos publicados pela instituição, entre os quais, Eletrificação rural no Brasil: uma visão histórica. Vide referência.

Em Minas Gerais, foi no mandato do governador do Estado, o Benedito Valadares, que “o Estado ingressa efetivamente na geração de eletricidade, construindo pequenas usinas para atender a demandas específicas (como a da Cidade Industrial de Contagem), que representou um dos grandes êxitos de Minas Gerais no rumo da sua industrialização” (Faria 2005, p. 207-208).

“Na década de 1940 a Secretaria de Agricultura, coordenou uma primeira tentativa de planejamento energético para Minas pautadas pela ideia de superar o obstáculo que a escassez de energia opunha à industrialização estadual” (Faria, 2005, p. 08).

A Vila Florestal, na década de 1930, foi uma das privilegiadas com a chegada da luz elétrica na região, mas, com o aumento da população e o aparecimento das cidades, a epígrafe mencionada lá no início traduz bem o que estaria por vir.

Para falar da chegada da energia elétrica na Vila Florestal, foi convidada Eliana Vasconcelos Vieira Nogueira *et al* (1995) para auxiliar a presente dissertação, pois ela desenvolveu um Projeto de Estágio Curricular sobre o município de Florestal, pelo Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Católica de Minas Gerais – Salinas, Minas Gerais, supervisionado pela Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende (Florestal-MG).

As atividades foram desenvolvidas na área de Educação buscando avaliar as habilidades pedagógicas e as técnicas didáticas de Nogueira, consistindo em um Projeto que contemplou conteúdos de Português, Redação, Literatura, Geografia e História, envolvendo alunos do ensino fundamental II, no período de 07/08/95 a 13/10/95.

As fontes utilizadas por Nogueira *et al* (1995) se basearam em 22 investigações, entrevistas, visitas a museus e à Secretaria da Educação Municipal, perpassando também por confecção de mapas, construção de maquetes, coleta de objetos e peças antigas, como fotos, troféus e taças, possibilitando um grande envolvimento da própria comunidade. Também contou com documentos contabilizados pela Pasta da Agricultura de 1939, preservada pelo Arquivo Público Mineiro, assim como, com a disponibilidade de dados dos Relatórios produzidos pelo

Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, quando capital do Brasil, sobre os Estudos dos Solos da Fazenda Escola de Florestal, 1930-1960.

Fizeram parte dos projetos do governo, por exemplo, a Usina das Lajes, na Vila Florestal, uma vez que era preciso investir na construção de uma usina hidrelétrica na região, para fornecer energia às atividades da Fazenda e também favorecer alguns municípios que não usufruíam dos benefícios da eletricidade.

O fato é que foram beneficiados, com a chegada da tal luz elétrica, os distritos de Gameleira, Tavares, Maravilhas, Varginha, Cova Dantas e Valentim, a Vila Florestal e a Fazenda, estendendo-se até à cidade de Pará de Minas (Prefeitura de Florestal, 2023, on-line).

De acordo com Nogueira *et al* (1995), a usina hidrelétrica de Florestal foi construída no ano de 1936, na ex-propriedade do Senhor Martinho Alves, terreno que foi adquirido pelo governo para a sua instalação, época em que Florestal era distrito e ainda pertencia ao município de Pará de Minas. Sua inauguração data de 17 de setembro de 1938, realizada pelo prefeito de Pará de Minas, Francisco Valadares, o irmão do Benedito.

É fato justificável, pois a cidade de Florestal, além de ser banhada pelo grande Rio Paraopeba, limítrofe com o município de Esmeraldas, recebe também em seu leito, vários afluentes, como o Córrego do Cedro, o Córrego Batatal, o Córrego da Candonga e o Ribeirão das Lajes, sendo este último o mais volumoso do município (Prefeitura de Florestal, 2023, on-line).

Existem outros córregos que contribuem com o Paraopeba: Córrego da Barreada, da Fazenda Velha, do Camarão, do Mato Dentro, das Pombas, da onça, da Cachoeira de Almas, de Maravilhas ou da Gameleira, do Facão, da Areia, da Cachoeira e da Cachoeira das Chaves, completando com os ribeirões Camarões, das Lajes e do Pernambuco (Nogueira, *et al* 1995).

Estima-se que os trabalhadores Joaquim, Valdemar, Benedito, o Antônio da Mariquinha, o Raimundo do Lucas, o chefe Senhor Regino, o Getúlio, o Nelson, também o José do Nelson, o José Gonçalves, o Valter do José Rosa, o Antônio Gonçalves e o Jaci da Dolores tenham sido os primeiros funcionários da usina.

Prospecta-se, nesse quadro, que a Dona Maria do Agostinho Dutra foi a primeira moradora da “casa do lado de baixo da usina” e, em consequência de seu falecimento, o imóvel passou para o Miguel Silveira Diniz, que vendeu para o Senhor Jadeu (Nogueira, *et al* 1995).

É possível afirmar que, sem a usina hidroelétrica, o governo de Minas não conseguiria seguir com os seus projetos de expansão da Estação Experimental, visto que muitas atividades da Fazenda e da Escola dependiam de energia, seja para ativar algum equipamento ou propiciar algum tipo de conforto, extensivo aos animais e a todos que ali viviam.

Entretanto, não foram encontradas provas materiais que remetem aos projetos de criação da Usina das Lajes no município; mas foram localizados vários serviços de construção da estrada que leva à usina, pelas despesas de “dias de carroça, pelos adiantamentos e pelos serviços de pedreiros”, presentes na pasta das despesas contabilizadas no ano de 1939 (Arquivo Público Mineiro, 1939). [64]

Em face de tal panorama, pressupõe-se que as carroças transportavam todos os tipos de materiais, inclusive a grande quantidade de pedras que alicerçaram parte da usina. De acordo com Nogueira *et al* (1995), a barragem da Usina das Lajes foi construída manualmente, com pedras e concretos. Suas turbinas, de origem alemã, vieram de navio até o Rio de Janeiro; de lá, até Juatuba, e foram transportadas de trem. Porém, para completar o percurso, de Juatuba ao lugar de instalação – a Fazenda Florestal – foram utilizados caminhões, um tipo de transporte considerado um dos mais modernos da época (Grifo Nosso).

Para consolidar este projeto, o governo também investiu em estradas, facilitando itinerários que ligassem a capital a outras zonas mineiras. Fez parte deste trajeto a estrada principal que entroncam importantes ramais, tais como: Santa Quitéria/Vianópolis, Itaúna/Mateus Leme/Juatuba, Pequi/Pará de Minas, entre outros, avaliando estes três ramais como estrategicamente fundamentais, pois são

64 ALMG. **Memorando, (1939 IPS 3,1. Cx. 06. Doc. 01)**. Arquivo Público Mineiro. Inventário do Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1935-1971. *Vide* Ref.

importantes trajetos para se chegar à Fazenda Florestal (Estado de Minas Gerais, 1937).

Quanto ao prédio da usina, pressupõe-se tratar de “traços da arquitetura Art Déco”,[65] com recortes geométricos da platibanda, com cantos arredondados, com formatos geometrizados, mais as linhas retas que compõem os ornamentos estruturais, além das janelas em vidro, que são traços típicos da proposta da arquitetura Art Déco (Nogueira *et al*, 1995).

Descrevendo a parte interna, o chão possui pisos hidráulicos, ou seja, produzido por prensagem hidráulica à base de cimento, mas sem forro no teto, e o acesso é feito pela porta de madeira principal. A usina possui dois geradores que acoplam duas turbinas com capacidade de 600KW, fabricados pela Encher Weiss, do tipo Francis; o motor é duplo e de caixa fechada, possuindo também um eixo horizontal e um regulador hidráulico de velocidade (Nogueira *et al*, 1995).

O detalhe que se insere como interessante é que o painel tem estrutura de mármore, agregando todos os componentes necessários ao seu bom funcionamento. Atualmente, a Usina das Lajes faz parte do patrimônio histórico de Florestal, desde o seu tombamento, em 2005, mantendo vivas as memórias e as histórias da Vila Florestal (Prefeitura de Florestal, 2023, on-line).

Outras informações que remetem à construção da usina no município se consumaram, pois foram também localizadas as despesas totais com a estrada da usina, pelo memorando emitido pela Secretaria da Viação, que aponta os valores gastos com a construção, pelos valores totais e pelos dois empenhos que ligam “os trechos do João Guimarães e Francisco Lobato” (Arquivo Público Mineiro, 1939).

Pelo achado das “cadernetas I, II e III”, outros dados se revelaram a respeito da hidrelétrica, “pela exploração locada, pelos alinhamentos da estaca, sejam inteiras ou intermediárias; os azimutais lidos e calculados; e as deflexões”; também por indicar as águas existentes na região, pelos Córregos, Moreira e Córrego do

65 ART Déco: Art Déco foi um movimento internacional moderno que ocorreu entre os anos de 1925 até 1939. Esse estilo se manifestou nas artes visuais. O movimento Art Déco no Brasil teve maior destaque na **arquitetura**, com obras como o **Elevador Lacerda**, em Salvador, o **Viaduto do Chá**, em São Paulo, e o **Estádio do Pacaembu,** também em São Paulo.

Quilombo; o Ribeirão das Lages e o Córrego de Pai Simão, obras que ora foram supervisionadas pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (Arquivo Público Mineiro, 1939). [66]

Quanto aos dias de carroça, infere-se que foram muitos, pelas despesas de transporte de pedras e outros materiais, pelos dias de pedreiro, também pelos pagamentos aos demais trabalhadores, que emprestaram seus dias a serviço da construção da estrada da usina, os quais se encontram arquivados na Pasta da Contabilidade de 1939 (Arquivo Público Mineiro, 1939).

A prova disso é que os recibos eram enviados ao encarregado da Fazenda, o Sr. Racine Orlando Ferreira de Mello, para assinatura, feito pelo pagador Sr. Manoel Vieira: “As próprias assinaturas a rogo, feitas pelo próprio encarregado Racine, se justificam porque, terminados os serviços, os trabalhadores carroceiros se retiraram, recebendo os respectivos saldos” (Arquivo Público Mineiro, 1936).

Para complementar, o engenheiro-chefe da construção de estradas, o Sr. Odilon Dias, também apresentou, em 1936, as despesas com pessoal, com transporte e as despesas gerais. Mas outras despesas foram apreciadas com materiais e ferramentas: cimento, latas vazias, baldes, machados, martelo, caixas de espoletas, carros de pedra, metros de carvão, tudo isso foi comprado para ser utilizado na construção da estrada da Fazenda Florestal-usina (Arquivo Público Mineiro, 1939).

O fato é que as despesas que foram constatadas na construção da estrada da Fazenda Florestal à usina podem causar dúvidas, seja pelo tipo de material utilizado ou talvez pela própria descrição dos documentos. O certo é que estes últimos eram os recursos disponíveis que tornaram possível a execução das obras, mas também vêm simbolizar o tipo de trabalho exercido pelos trabalhadores da época.

### 1.3 De Capitão do Mato à cidade de Florestal

66 ALMG. **Memorando, (1939 IPS 3,1. Cx. 06. Doc. 01)**. Arquivo Público Mineiro. Inventário do Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1935-1971. *Vide* Ref.

Para Neto e Carvalho (2016), a vida social urbana é moldada por um novo padrão que engendra costumes e mentalidades diversos:

> As cidades significam um novo padrão de sociabilidade, permitem novas relações políticas e econômicas, além de moldarem novos costumes, novas sensibilidades e novas mentalidades (Neto e Carvalho, 2016, p. 16).

Consubstancia-se que, pela intensa movimentação dos bandeirantes paulistas, no século XVIII, em busca de ouro na região do centro oeste mineiro, o Rio Paraopeba serviu de guia. Suas margens foram onde os desbravadores deixaram suas marcas, pelos caminhos trilhados e também pela formação dos povoados até chegarem às minas de Pitangui; contudo, informações indicam que Florestal explorou alguns minerais, como o cristal de rocha e o ouro (Prefeitura de Florestal, 2023, on-line).

Convocando Nogueira *et al* (1995) novamente, como plena convicção de que seu relatório poderá auxiliar a mostrada dissertação na construção da história do município, além de mobilizar outras fontes já citadas anteriormente, é abrangente esclarecer que, pela história de Florestal, as primeiras fazendas do município foram movimentadas por escravos, como todas as outras fazendas da época colonial.

Nesse contexto, os principais recursos econômicos vinham das atividades dos grandes engenhos de cana, em que se produziam o açúcar, a rapadura e a cachaça; porém, elas desenvolviam outras atividades, como a engorda de porcos, o plantio de algodão e o cultivo de diversos cereais. .

Em relação à cidade de Florestal, esta foi denominada de Guarda-Mor Salles, em homenagem ao seu primeiro morador e também fundador, quando ainda um povoado. Prospecta-se que Salles foi um dos oficiais do governo, que chegou às terras da região pelo caminho à esquerda do Rio Paraopeba, fixando a primeira moradia na localidade, ao lado do Ribeirão das Lages, residência já demolida no ano de 1941.

Esclarecendo que Guarda-Mor é título antigo dado aos oficiais do governo que lideravam vinte outros oficiais, popularmente, – capitão do mato - sendo também donatários de capitanias.

A chegada do guarda-mor Salles como capitão do mato ao vilarejo data de 1845, quando veio à procura de escravos fugitivos na região. Motivo que levou o governo do Estado mineiro a lhe doar morada; ademais, era de grande valia que os donatários zelassem por terras ainda não exploradas. Fato certo é que ele não deixou descendente, e, quanto às terras, não se têm informações, se vendeu ou repassou a algum dos primeiros moradores (Nogueira *et al*, 1995).

Outro dado relevante, relatado por Nogueira *et al* (1995), foi a grande presença de quilombos na localidade que deixaram forte descendência da população negra, igualmente, presente na Cachoeira de Almas, Ribeirão do Ouro, constatada pelas grandes extensões de muros de pedras, construídas pelos escravos em fazendas mais antigas.

Portanto, faz parte da formação do povo florestalense indivíduos de origem mestiça, originados da mistura entre o indígena, o branco e o negro, além de estrangeiros da Síria e do Japão, que se juntaram aos primeiros moradores que chegaram à Vila, “os ousados e valentes”, (Nogueira *et al,* 1995), assim conhecidos, reverenciados logo abaixo, sendo provável que ainda resida algum familiar no município.

> Guarda-Mor Salles, Elias Lopes, Joaquim Francisco Lopes (o Joaquim do Padre), Antônio Pedro, Francisco Luiz da Silva (Chico Marinheiro), a numerosa família Gonçalves Rios, Serafim Ribeiro, a família Francisco Rodrigues, João Pereira (Nego do Sr. Camilo) que foi o último morador da casa construída por Guarda-Mor Salles, a família dos Caladinhos, a família do Sr. Antônio Delfino, Eliseu, Alfredo Andrade, Jovelino Faria e seus irmãos, Cristiano Ferreira de Melo, Fontenelle Alves Ferreira de Melo, Sérgio, pai de José Fuzarca (Prefeitura de Florestal, 2023, on-line).

Pela Lei n° 556 (ALMG, 1911, art. 2°, Inc. LXIV),[67] a Vila foi elevada a distrito em 1911 e passou a se chamar Florestal, pelo fato de ser localizada em uma vasta região de mata, conhecida como cinturão verde (UFV, 2024, on-line). Possui vegetação de transição entre o Cerrado, que ocorre em espaços isolados em várias localidades, porém, em menores proporções. Em alguns pontos, há uma variação de densidade, pois algumas copas de árvores se tocam e “os ramos se entrelaçam, enquanto em outros trechos as árvores distam entre si, de três a sete metros” (Nogueira *et al*, 1995).

Já as Matas Naturais parecem bem resistentes, que têm por composição os pequenos arbustos baixos e espaçados, resultado das constantes “queimadas, foice e machado”, fatos que levam a compreender a alusão como “grande produtor de madeira de lei” (Nogueira *et al,* 1995).

O Jacarandá do campo e o Angico são árvores que são aproveitadas economicamente, mas constam de baixo número. Ainda há o chamado Mato ou Campo Sujo, não possuindo estrato arbóreo, mas que sobressai uma cobertura graminosa, dando espaço às mesmas árvores do cerrado, em geral com forma arbustiva (Nogueira *et al*, 1995).

Vale dizer, em tese, que Florestal já fez parte de outros municípios, como Mateus Leme, anexando-se, posteriormente, à Pará de Minas, quando deixou o título de povoado. Ergueu-se como cidade em 30 de dezembro de 1962, pela Lei nº 2.764 [68], da Lei Municipal da Câmara de Pará de Minas, território de quem dependia.

Fato que se justifica pela sua localização, pois sua distância até a capital é de 68 km, aproximadamente, situado às margens do rio Paraopeba, pela esquerda, permeando Esmeraldas pelo norte e pelo leste, tendo as águas do Córrego Candonga como divisor. Ao sul e a oeste, divide-se com o município de Pará de

---

67 ALMG. Lei n° 556, de 30 de Agosto de 1911. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado e contém outras disposições. Pelo Art. 2º, Inciso LXIV - De Florestal, no povoado do Guarda-Mor, município do Pará, com território desmembrado de Mateus Leme, no mesmo município. *Vide* ref.

68 FLORESTAL. Leis Municipais (MG). Formação Administrativa. Lei n° 2764, de 30 de dezembro de 1962. Lei municipal que eleva o Distrito de Florestal à cidade. *In:* **Lei n° 885**. Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico. *Vide* Ref.

Minas, pelo Córrego das Contendas e com Mateus Leme e Juatuba, margeando pelo lado leste.

Florestal possui onze comunidades rurais: Cachoeira das Almas e Camarões do lado oeste; a Gameleira e Ribeirão do Ouro levam a noroeste; ao norte, encontram-se o Facão e o Marinheiro; já no sudeste, é possível chegar à Tapera e à comunidade Natividade. Ainda tem a Fazenda Velha e a Mata, do lado sul. Para ir ao Ribeirão das Lajes, é só seguir em direção ao nordeste (UFV, 2024, on-line).

Como era distrito de Pará de Minas, pode-se dizer que a chegada da ferrovia, Ramal do Pará, também foi marcante para Florestal, pois se “caminhos foram abertos para a exportação, para a entrada e chegada de pessoas e de notícias”, de alguma forma o distrito foi influenciado, evidenciada pela construção da estrada de automóvel que ligava Pará de Minas à capital, que, em meados da década de 1930 já era transitada (Prefeitura de Pará de Minas, 2023, on-line).

Atualmente, é apenas um marco na memória dos antigos florestalenses, ficando ao lado ou paralela, esquecida e descaracterizada, pelo menos é o que se nota ao percorrer/transitar a rodovia LMG 818, ladeando o município de Juatuba, até atingir à BR 262.

Falar sobre a cidade é falar também sobre a usina, porque, além dos benefícios da energia elétrica, ela contribuiu com seu reservatório de água para a recreação dos habitantes de Florestal, até mesmo para a pesca de subsistência de seus moradores, inclusive, encontravam-se no rio “os peixes cujas espécies são, Corvina, Dourado, Surubim e a Piranha” (Nogueira *et al*, 1995).

A usina da Lages possui edificação imponente, com características industriais, e provavelmente começou a ser construída no ano de 1936, e funcionou até 1983, ano em que foi desativada, por causa do baixo volume de água, que era insuficiente para tocar suas turbinas e abastecer toda a região, resultando em um ambiente inapropriado e sufocado pelo assoreamento e pela forte presença de matéria orgânica oriunda da cidade. [69]

69 PREFEITURA de Florestal, 2023, on-line.

Florestal é uma cidade mineira relativamente jovem, tendo se emancipado como tal apenas na década de 1960. Informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram uma área de 194,9 km (IBGE, 2022, on-line).

Quanto ao florestalenses, diga-se de passagem, são quase todos parentes, fora a população flutuante, constituída por alunos temporários e funcionários da universidade, que optaram por fixar moradia na região. Geograficamente, “a cidade se localiza a oeste do Estado mineiro e suas coordenadas são: Latitude de -19º 53’ 20.04” S e longitude - 44º e 25’ 58.08” W, possuindo uma altitude, de 748, 76 m, aproximadamente (IBGE, 2022, on-line).

O Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022, on-line) divulgou ser 8.045 o número de habitantes da cidade de Florestal, que, comparado a 2010, teve um acréscimo de 21,31%; bastante considerável se for tomado como base os dados estaduais, que cresceu 4,8%, e com o próprio país (Brasil), que aumentou em 6,45%.

Florestal é uma cidade também conhecida pela sua economia, pois, da cana, fazia-se o açúcar, a rapadura e a cachaça; a carne vinha da engorda de porcos. Outros alimentos, como frutas e cereais, plantavam-se diversos; já o algodão era o fio que aquecia e fazia dormir, e sua produção fornecia os grandes centros, levada nos lombos dos burros e carros de bois, tipos de transporte mais comum na época.

Amparada pelo relatório de Nogueira *et al* (1995), apresenta alguns aspectos econômicos do município de Florestal:

> Agricultura: o clima e o solo dão condições para que se desenvolvam em Florestal, as plantações de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e café. Quanto à horticultura, muitos habitantes desfrutam de horta própria para subsistência, mas outros plantam para abastecer mercados, verduras, frutas e legumes destacando: tomate, cenoura, pepino, beterraba, alho, pimentão, abóbora, entre outros. Abrindo espaço à fruticultura, produz laranja e tangerina e frutas nativas, como manga, abacate, jabuticaba, goiaba e mamão. A floricultura também é realidade na região, há produtores de flores e mudas, assim como há comércio para revenda. Quanto a parte de criações, cria-se suínos para carne; bovinos para corte e leite e equinos; a avicultura sustenta a criação de frangos para abate e a produção de ovos (Grifos Nossos).

Quanto ao seu desenvolvimento econômico, pressupõe-se que o governo de Benedito Valadares visava, para a região, a uma “política de desenvolvimento econômico [...], que priorizasse (Grifo Nosso) a produção agrícola sob o pressuposto de que Minas Gerais poderia se tornar o celeiro do Brasil”, baseando-se na “política do governo de João Pinheiro”, uma vez que a cultura agrícola era a base da economia do Estado (Gonçalves, 2019, p. 243).

Em face de tais atribuições, o governo mineiro encomendou um estudo de solos para a região, na década de 1930, porque precisava conhecer as “possibilidades de produção, do ponto de vista pedológico”, visto que os solos de Florestal eram chamados no Estado terras de meia cultura [...], por repousarem “sobre rochas do complexo cristalino”. Ademais, era influenciado pelo “clima temperado seco”, que resultou em colheitas de números médios (Brasil, 1930-1960, p. 126). [70]

Pelos estudos, foram analisados, cinco perfis de solos na Fazenda Florestal, considerando-se alguns aspectos: a classificação mecânica, o balanço hídrico, a acidez e a fertilidade. Foi constatado que os solos possuem “boa circulação de água [...] nos anos em que a precipitação pluviométrica se apresenta normal”; [...] “são solos que necessitam de cal, por vezes bem elevadas”, principalmente para a cultura de alfafa. Pela análise mecânica, os solos são “na maioria, barros argilosos”, e, quanto à sua fertilidade, [...] “ainda será o ácido fosfórico quem regerá a produção” (Brasil, 1930-1960, p. 126).

Para integrar os estudos dos solos anteriormente mencionados, o governo mineiro, no ano de 1940, encomendou uma análise mais completa de vários perfis de solo na região, dando destaque ao grande volume de solos analisados na Fazenda Escola de Florestal, realizado pelo Instituto de Química Agrícola: “Foram estudados cerca de 70 perfis e completado o estudo de mais de 25, não concluídos em 1939, o que dá o total de 95 perfis examinados ou revistos em 1940, merecendo

70 BRASIL. Estudos dos solos da Fazenda Escola de Florestal. Relatórios do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1930-1960, p. 126. *Vide* ref.

destaque pelo seu vulto, os referentes à Fazenda Escola de Florestal" (Brasil, 1930-1960, p. 126).

As tentativas do Governo em promover o desenvolvimento de tal localidade, pelo fomento à agricultura e pecuária, deram resultados, pois atualmente a pecuária leiteira e de corte, assim como a criação de aves, a produção de ovos e de hortifrutigranjeiros são as principais atividades econômicas do município, responsáveis pela geração de empregos em pequenas indústrias e microempresas, concedendo ainda espaço para a fruticultura (Prefeitura de Florestal, 2022, on-line).

Outro fator importante que contribuiu para o alargamento da cidade foi a visibilidade de Benedito Valadares, iniciando a sua carreira política como vereador de Pará de Minas; chegando, mais tarde, a governador do Estado. Foi eleito senador e deputado, cargos que contribuíram para o fortalecimento de suas influências na região.

Em consonância com Gonçalves (2019), compreende-se que a Vila Florestal:

> [...] era um lugar representativo de uma oligarquia dominante cujo objetivo era o interesse em organizar a administração pública e fomentar o engrandecimento mineiro por meio do desenvolvimento econômico e social para atingir a modernidade vislumbrada tendo em vista, as ideias de progresso, de ciência e de civilização (Gonçalves, 2019, p. 230).

## 1.4 Nas esferas do econômico e político, o governo de Valadares

> Na varanda daquela casa branca de Pará de Minas, discursou o Valadares: é natural que você e muita gente, no Rio e fora de Minas, tenham de mim esta impressão. Sou político novo na vida nacional. Mas, aqui em Minas, me conhecem melhor. Não me improvisei político em 1930. Comecei antes. [...] Filho de lavradores, continuei trabalhando a terra, mesmo depois de formado. Ainda, como advogado continuei junto de meu povo simples do campo. E trabalhando com ele. [...] Educado em uma escola rude do trabalho, conhecendo as necessidades do interior, sei que é preciso fazer para reerguer a economia mineira. [71]

71 ENTREVISTA: Este relato faz parte de uma entrevista do Benedito Valadares ao Jornal Imparcial do Rio de Janeiro, momento em que como governador do Estado de Minas, desnuda a má impressão

Em conversas com moradores de Florestal, é perceptível o sentimento de apreço pelo Valadares, especialmente por ele ter instituído a Fazenda-Escola. Nascido no município, em 04 de dezembro de 1892, Benedito Valadares faleceu em março de 1973, no Estado do Rio de Janeiro.

O ciclo de estudos iniciais do ex-político se deu em Pará de Minas, indo para a capital para cursar o ensino secundário. Na sequência, diplomou-se em odontologia. Seguiu para o Rio de Janeiro para cursar Direito na Universidade do Brasil (Ulteriormente UFRJ), voltando à terra Natal para exercer a advocacia. Integrando um grupo de docentes, lecionou para alunos do ensino secundário.

Sua farta vida política rendeu muitas benfeitorias para o Estado de Minas Gerais, pois foi criador da Feira Permanente de Amostras, do Banco Mineiro da Produção e responsável por instituir, no Brasil, o Crédito Agrícola; bem como a Companhia de Armazéns Gerais da produção mineira. Ele fundou o Instituto Químico e Biológico e criou a Fazenda-Escola de Florestal, além de fábricas e outras escolas, como a Escola Superior de Veterinária (O Imparcial, 1930-1940).

Valadares também foi responsável por instalar usinas centrais e hidrelétricas; dentre elas, a de Florestal em 1936. Preocupou-se com o transporte rodoviário, construindo linhas-tronco-rodoviárias, sobretudo as que ligam Belo Horizonte ao Triângulo Mineiro, favorecendo a passagem para o Florestal. Investiu na Rede Mineira de Aviação, assim como na informação, pela instalação da Rádio Inconfidência. Beneficiou não só a educação, como também assistiu a saúde, a segurança pública (O Imparcial, 1937).

Ocupou diversos cargos políticos, tais como: vereador e prefeito de Pará de Minas; foi deputado federal, interventor e governador do Estado mineiro, chegando a senador da República. Tão logo completou 30 anos, casou-se com a Dona Odete Maldonado Pinto, que passou a carregar o sobrenome de Valadares. O motivo de ressaltá-lo é fomentado pelos seus feitos políticos e econômicos ao Estado de Minas

---

que muitos carregavam sobre ele no meio político. Transcrita pelo Maciel Filho (1936), em visita à residência do governador na cidade de Pará de Minas.

Gerais, em especial pela instituição da Fazenda de Florestal no Centro-Oeste mineiro (O Imparcial, 1937).

Para entender os motivos que levaram o governo a insistir em mais uma fazenda-modelo, no fim da década de 1930, foi feito um nado raso no movimento das exportações de 1924 a 1936 do Estado, utilizando como fonte principal a Imprensa Oficial da década de 1920 à década de 1940. Deste modo, o presente relatório, ao se referir à política de economia do Estado de Minas Gerais, estará de certa feita, referindo-se ao Governo Valadares.

No ano de 1937, não foram encontrados, na Vila Florestal, registros públicos de desapropriações; entretanto, as intenções do governo em expandir os limites territoriais da Fazenda se mantiveram nos anos seguintes, já que foram registradas pelos Relatórios dos Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no ano de 1937, em várias menções à Fazenda; por exemplo, pelas obras em execução para instituição de uma Fazenda Modelo.

A ideia de criar a Fazenda pelo governo mineiro nasceu da “firmeza da nossa produção” (mineira), deduzida do “exame de exportação ou estudo estatístico”, pois este “representa justamente o excedente do consumo interno”. Minas Gerais atingiu, no ano de 1936, seu maior índice de exportações desde 1924, merecendo destaque uma variedade de produtos (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 35).

Além do café, contribuíram efetivamente nas investidas do governo em apostar em outros tipos de cultura, pois, dada às dificuldades que a Fazenda do Estado se encontrava pela baixa deste grão, “outras produções que encontram colocação segura nos mercados de consumo [...] assinalam o aumento da produção de outras mercadorias”, o que torna a “policultura mais conveniente à economia mineira” (Arquivo Público Mineiro, 1937). [72]

De acordo com este exame, nesse período, esteve em destaque, nas exportações, o “Gado a Vacum”, os tecidos, o ouro e as aves. Quanto às carnes,

72 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937. Imprensa Oficial: 1937 v. 1. Ver a partir da página. 35: Exame de exportação ou estudo estatístico realizado pelo governo mineiro com objetivo de conhecer a sua economia. *Vide* ref.

estas mantiveram certa instabilidade até 1935, visto que, em 1936, ou seja, no ano seguinte, entraram em queda (Arquivo Público Mineiro, 1937).

No que tange à venda do gado suíno, esta se introduziu como razoável em 1924, começando a decrescer e voltou a melhorar só em 1936. O leite, com seus derivados, obteve uma boa aceitação no mercado, enquanto o arroz e o feijão cresceram timidamente; a produção do fumo esteve melhor entre 1924 e 1928, e o milho despertou grande interesse em 1936, ao contrário da madeira, que nem tanto.

As águas minerais ganharam volume em 1936. Por falar em minerais, o ferro e seus artefatos obtiveram maior valor neste período, assim como os ovos obtiveram a maior alta em 1934 e 1935. Banha e linguiça ficaram em baixa, e as batatas foram quase esquecidas; enquanto o café torrado e moído se torna novidade em 1931. O tecido de seda foi sensação de 1932 a 1934, mas, em 1936, já estava em queda; o consumo de vinho não foi tão expressivo, no entanto, a produção de algodão e mamona ganhou destaque em 1936. Na contramão disso, as frutas desempenharam melhor papel do que a própria exportação do papel (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 36). [73]

Segundo dados estatísticos da exportação, o ano econômico de 1936 foi determinante para a produção e de total prosperidade:

> A pecuária floresce, sendo nosso rebanho bovino de 11 milhões de cabeças; a exportação de gado vacum e produtos derivados (leite, queijo, manteiga, couro, carnes), efetuam-se em escala ascendente; os produtos da lavoura, o algodão, a mamona, o arroz, o feijão, o milho e outros, oferecem-se como base da economia particular; a exploração dos minerais, principalmente dos minérios, cuja exportação (exceto a do ouro) encontra-se em decadência, reanima-se e tende a ocupar lugar de assinalado destaque na produção do Estado (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 33).

Este curto relato foi um esforço do Valadares para compreender a economia mineira por meio de um exame de conjunto do movimento da exportação do Estado

73 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937. Imprensa Oficial: 1937 v. 1. Ver: Movimento das exportações de 1924 a 1936, pelo Estado de Minas Gerais, p. 26. *Vide* ref.

de Minas Gerais, produto a produto, a partir do ano 1924 a 1936, que, colocado no terreno dos algarismos, influenciou positivamente na receita de impostos. Observa-se, portanto, diante deste cenário econômico, um estudo relevante para o Estado, que, juntamente com o levantamento dos dados estatísticos de exportação, levaram o governo a apostar em novas culturas.

O governo também destacou outros aspectos que refletem com segurança o desenvolvimento econômico do Estado, pelo acentuado movimento bancário, quando compara o ano de 1933 ao ano de 1936; e cita como exemplo o Banco Mineiro da Produção:

> O Banco Mineiro da Produção, embora não seja departamento do Estado, mas foi organizado sob a forma de sociedade anônima, orientam-se no sentido das diretrizes econômicas traçadas pelo governo, por ser o Estado detentor da quase totalidade de suas ações (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 38).

Para o governo, a finalidade do banco foi auxiliar à lavoura pela carteira agrícola e comercial, ficando reservados 80% do capital para as aplicações agrícolas. Outro fator relevante foram as taxas cobradas, pois este banco facultou ao cafeicultor mineiro créditos consideráveis para o custeio das safras a “prazos longos e taxas baixas” (Arquivo Público Mineiro, 1937).

O governo afirmou que para o agricultor, “é uma modalidade de operação de máxima ambição”, que “protege o produtor”, pois ele financia o produto que está depositado em armazéns. Certo é que já havia mais de vinte agências e escritórios espalhados pelo Estado ressaltando que:

> Os benefícios trazidos pelo Banco Mineiro da Produção têm sido tão consideráveis, - e com tal entusiasmo os lavradores têm recebido a instalação de novas agências e a nova forma de operações que instituiu e que o assinalam como verdadeiro precursor do crédito agrícola no Brasil - que meu governo resolveu fornecer-lhe os

> recursos necessários para a maior expansão de seus negócios (Arquivo Público Mineiro, 1937, v. 1, p. 38). [74.]

Diante desses relatos, apreende-se que o governo do Estado tinha um plano econômico prefixado, apoiado pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho em execução, de sorte que vinham atendendo às suas expectativas, tanto que veio construindo em Minas Gerais um ambiente confiável na administração do Estado e em suas iniciativas pela criação da Feira de Amostras[75], do serviço de viação aérea, de radiodifusão e dos programas expositivos.

As campanhas de fomento e o ensino agrícola tinham objetivos reais de auxiliar, desenvolver e aperfeiçoar a produção mineira, porém, entende-se que, paralelamente, formaria também mão de obra para trabalho no campo (Grifo Nosso).

Em vista dessas iniciativas, o Estado recebeu em visita o sociólogo e professor francês André Siegfried, que se mostrou impressionado com a Feira de Amostras:

> Estou admirado de encontrar em Minas Gerais a realização de tal vulto como a Feira Permanente de Amostras. Esse serviço público, basta para provar o senso administrativo e o espírito de organização de um governo. Vi em uma hora o que gastaria em algumas semanas de estudo para conhecer. A economia deste Estado tem na Feira Permanente de Amostras uma fotografia viva (Arquivo Público Mineiro, 1937, v.1, p. 39).

Outra preocupação do governo foi a instituição e o desenvolvimento da viação aérea e da rádio difusora no Estado, com finalidade de integração de todas as regiões mineiras pela “dominação do tempo e espaço” que as separavam de centros mais cultos do Brasil (Arquivo Público Mineiro, 1937).

---

74 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937. Imprensa Oficial: 1937 v. 1, p. 38-39. *Vide* ref.

75 FEIRA de Amostras: A feira de amostras foi uma das grandes realizações da Secretaria da Agricultura, dirigida por Israel Pinheiro. De forma permanente, a feira constitui demonstrações perfeitas da pujança econômica de Minas Gerais, pois representava tudo da agricultura, do subsolo, das indústrias e da vida comercial. Ao lado, foi construído um elegante restaurante onde todas as noites a alta sociedade local se reúne e um Parque de Diversões moderno como ponto de atração para crianças.

Por mais esta iniciativa, o governo acreditava que estava tirando o Estado de Minas Gerais do isolamento, apontado pelas suas montanhas, pela localização geográfica e pela distância do mar. Além do mais, procurou, nesses serviços, dar "comodidade e felicidade à vida", tornando Minas mais conhecida, pelas "riquezas do solo, pela capacidade de trabalho e pelo esforço civilizador de seu povo" (Arquivo Público Mineiro, 1937).

Novidade também foi a inserção de processos mecânicos de trabalho no campo, pelos Campos de Cooperação e pela "experimentação realizada na própria fazenda," local em que o produtor "aprende o manejo", aperfeiçoa seus métodos de produção e descobre que, se investir nas máquinas e em uma cultura ensaiada, o sucesso e o lucro são certos (Arquivo Público Mineiro, 1937).

Decerto as Fazendas Modelo foram uma continuidade dos Campos de Cooperação, pois essas fazendas "ensinam aos fazendeiros os processos de melhorar a produção em qualidade e quantidade", além de "servir de padrão", nas quais os "fazendeiros poderão aprender a organização geral dos estabelecimentos rurais e as vantagens do sistema das fazendas mistas para o aproveitamento total dos vários ramos da produção" (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 39). [76]

Detalhe é que, para chegar à Fazenda Florestal, foi preciso que se atentasse pelos caminhos das políticas econômicas do Estado, em que estas, apoiadas pela Secretaria de Agricultura, apostaram num projeto ousado de fomento à agricultura e à pecuária, quando instituiu a Fazenda e a escola.

Mediante a essas proposições, no entanto, no segundo capítulo, a intenção é conhecer mais de perto as atividades desenvolvidas na Fazenda para compreender as pretensões de Benedito Valadares.

---

76 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937. Imprensa Oficial: 1937 v. 1, p. 39. *Vide* ref.

# CAPÍTULO 2
# APRENDER PELO TRABALHO

> A fazenda
> A fazenda de café fica perto da nossa chácara. É fácil de ir à fazenda. O fazendeiro mora na fazenda com a família. Fico satisfeito quando vou à fazenda. Os filhos do fazendeiro me fazem muitas festas. Vamos ao cafezal; fazemos fubá e farinha; pescamos fieiras de peixes. Nas férias ficarei uns dias na fazenda. Papai está fazendo economias para comprar uma fazenda (Fleury, 1955, p. 27 *apud* Celeste Filho, 2019, p. 13).

O objetivo deste capítulo é uma tentativa de explicar a instituição de modo a desvelar as suas finalidades e especificidades como Fazenda, pelos tipos de plantações, pelos campos de cultura, pela ala das criações com as respectivas instalações e também pela parte agrícola. Para tanto, serão mostrados alguns investimentos feitos pelo governo para ampliar e – talvez – melhorar o estabelecimento para receber a escola.

Em tese de tal gênero, serão apresentadas as informações percebidas nos Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no período de 1935 a 1948, no Estatuto da Fazenda-Escola, encontrado no Arquivo Público Mineiro, datado de 1939, e no Jornal Imparcial do Rio de Janeiro, impresso na década de 1930.

Pelo entrecruzamento das fontes primárias, a ideia é dar sentido à instituição da Fazenda em um projeto de Estado, embasada em uma política econômica de fomento à agropecuária pelo estabelecimento de relações de trabalho com o ensino agrícola. Pois, de acordo com seu estatuto, “é fazenda e escola ao mesmo tempo” (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 01). Neste contexto, não será possível separar a Fazenda da escola.

## 2.1 A Fazenda Modelo de Florestal[77]

Tecendo nexos sobre a História das Instituições Escolares, Magalhães (2004) sugere que ao se produzir um conhecimento histórico, pode ser aderido uma "diversidade de informações, que passa pela integração de sua paisagem física e humana, se alargando à sua estrutura edificada, dos espaços aos aspectos simbólicos, das relações de comunicação e de poder [...] e da relação educativa" (Magalhães, 2004, p. 126).

Nessa medida, Versieux (2013, p. 128) foi evocada, pois ela compreende que a criação desses estabelecimentos foi "tentativas de disseminar o ensino agrícola em Minas Gerais", vinculada a uma política de colonização de solo mineiro, por meio da fixação de imigrantes no Estado e a introdução de novos métodos, processos e hábitos na agricultura, com vistas a superar o então chamado "método rotineiro".

Concordando com Fonseca:

> o ponto crucial estava na problemática da força de trabalho – uma inquietação dos proprietários que, acostumados ao regime escravocrata, temiam a evasão de trabalhadores, a irregularidade da oferta de trabalho, a falta de disciplina e a carência de qualificação da mão-de-obra disponível (Fonseca, 2007, p. 221).

Quanto às Fazendas-Modelo, estas foram instaladas pela publicação da Lei 438/1906 (ALMG, 1906) [78], no governo de João Pinheiro, quando eleito presidente do Estado, enfatizado pela implantação do ensino agrícola em Minas Gerais. Com isso, foram fundadas "seis fazendas-modelo agrícolas pastoris, a expensas do

77 Fazenda Modelo: instituição organizada nos moldes de um estabelecimento agropecuário de exploração econômica, possuindo todos os requisitos e aperfeiçoamentos técnicos necessários ao seu caráter de fazenda padrão (Estatuto da Fazenda-Escola Florestal, 1939). Disponível para consulta no Arquivo Público Mineiro e no Jornal, O Imparcial, 1939, p.03, ed.1208 (on-line).

78 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei n° 438, de 24 de setembro de 1906**. Autoriza o Presidente do Estado a estabelecer nas proximidades de estradas de ferro e de navegação fluvial até seis colônias agrícolas, e a fundar, em pontos convenientes, até seis fazendas modelo-agrícolas-pastoris e contém outras disposições. *Vide* ref.

Estado, além de criar seis colônias agrícolas, um laboratório de análises de terras e o estudo de poços artesianos" (Versieux, 2012, p. 127).

De acordo com a autora, o ensino nas Fazendas-Modelo seria o mais prático possível, uma vez sendo oferecido o ensino técnico profissional secundário, conforme regulamentado pela lei nº 438 de, 24 de setembro de 1906 o que a levou a concluir que tais fazendas tinham por incumbência agir como "pólos de desenvolvimento" em diferentes regiões do Estado mineiro.

Versieux (2010, p. 147) ainda afirmou que "a Fazenda Modelo de Florestal foi precursora da Fazenda-Escola", pois a fazenda já existia pelo menos desde 1936, tendo sido localizada uma previsão orçamentária para aquele ano, além de ser projeto econômico do Benedito Valadares e Israel Pinheiro, integrando o ensino agrícola à "diversificação da agricultura, à propaganda" e o desenvolvimento de várias atividades econômicas do Estado mineiro.

Quanto à modalidade de ensino, deveria "ministrar o ensino agrícola, realizar experimentos agrícolas, a aclimatação de gado e fornecer aos fazendeiros da região máquinas agrícolas", funcionando como centro difusor de desenvolvimento ao redor do município. Ademais, esta modalidade de ensino dependia do desenvolvimento das indústrias mineiras (Versieux, 2012, p. 149).

É importante lembrar que a implantação do processo de formação profissional, em Minas Gerais, foi concretizando-se a partir da Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892,[79] quando instituído o ensino profissional acerca das "escolas normais, do ensino agrícola e zootécnico, dos cursos de agrimensura, comercial e de farmácia".

De acordo com Gonçalves (2012, p. 18), foram doze leis que tramitaram no Estado, entre 1892 e 1907, tendo como propósito principal reformas na instrução pública, com destaque à instrução primária, quando relacionada à profissional.

Quanto ao ensino agrícola em Minas Gerais, foram criados vários estabelecimentos de ensino, como os "institutos agronômicos, escolas agrícolas,

79 ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº. 41 de 03 de agosto de 1892**. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais. *Vide* ref.

fazendas-escola, campos de demonstração, fazendas-modelo, campos de experiência, todos associando forma escolar e ambiente rural", utilizados como um meio em que o poder estadual encontrou para modernizar a produção na agricultura (Versieux, 2012, p. 146).

Já nos moldes de fazenda-escola, Versieux (2010) defende que a Fazenda-Escola de Florestal, inaugurada em 1939, surge em um contexto em que o ensino primário agrícola e prático não tinha prioridade há pelo menos uma década [...] e que o ensino teórico-prático vinha com reais necessidades de "fixar o trabalhador nacional no campo", bem como reorganizar o mercado de trabalho.

> Contudo, a proposta original foi a criação de uma fazenda modelo em Florestal, estabelecendo campos de culturas experimentais, estábulos de criação de animais para experimentos de melhoramento das raças, bem como usina elétrica, represa, e toda uma série de instalações produtivas (Versieux, 2010, p. 146).

Alves (2014) intenta que a criação na Fazenda-Escola de Florestal foi abarcada por um conjunto de empreendimentos do governador Benedito Valadares, aliado ao Secretário da Agricultura, que, juntos buscavam, por meio da "racionalização e modernização do setor agropecuário", equilibrar as finanças de Minas, mas que havia uma "intencionalidade" nos discursos e nos projetos de criação. À guisa disso, o autor então adverte:

> Não seria um centro aglutinador que sintetizava as outras ações, daria apoio às propostas desenvolvidas, imprimindo uma abordagem e um método diferente do que já teria sido realizado em Minas. Seria realmente uma ação inédita? Ou ela comporta nas suas estruturas um aprendizado do já realizado, apregoando assim, uma ação que dialoga com as mudanças e circunstâncias do seu próprio tempo com pitadas de experiências acumuladas? (Alves, 2014, p. 69).

Diante de tais questionamentos, Versieux (2012) esclarece que as primeiras instituições de ensino agrícola implantadas pelo governo republicano nas Minas Gerais foram os Campos de Demonstração de cunho prático. Por meio de propagandas das máquinas agrícolas no Estado, pretendiam, de fato, o aumento da

produtividade. Contudo, com o fechamento dos Campos de Demonstração e outros Institutos Rurais, a República acabou marcada pela descontinuidade da política do ensino agrícola proposto em 1892 (Versieux, 2012).

Dados do Jornal Imparcial (1939) apontam que “a Fazenda-Escola de Florestal, apesar de inaugurada recentemente, já está irradiando a sua atuação em todas as zonas do Estado”. Foi organizada pelo governo mineiro com a intenção de “aproximar o produtor da técnica moderna” [...], de caráter prático facilita o acesso a todos os “lavradores e criadores” (O Imparcial, 1939, p. 02, ed. 1335-1).

De certa forma, vem despertando o interesse de quem vive no meio rural. E isso é baseado “pelo número de fazendeiros que têm feito estágio na Fazenda-Escola, só no período de junho e julho últimos, nada menos do que os 114 fazendeiros que estagiaram nesse importante estabelecimento agrícola” (O Imparcial, 1939, p. 02, ed. 1335-1). [80]

Nesse liame, consigna-se que talvez as expectativas do governo em atrair os fazendeiros, ao inaugurar na fazenda uma escola, tenham ficado presas apenas nos discursos que coroam as finalidades da instituição, “no sentido do exemplo e de vitrine”, dito por Alves (2014, p. 98). Frente a esse quadro, pressupõe-se que a Escola iniciou ou organizou as suas atividades de fato apenas em 1943, pois não foram encontrados dados que confirmassem a presença de menores na instituição, nem tão pouco, documentos que comprovam o estágio desses fazendeiros na instituição.

Assim, na expectativa de conhecer um pouco mais sobre a Fazenda Modelo de Florestal, propõe-se um recuo às décadas 1930 e 1940, por meio de fontes primárias que discutem algo a mais de como o governo mineiro incentivou a indústria pastoril e de que forma as exposições contribuíram para o sucesso do projeto, sobretudo no entendimento de uma política pública de governo de desenvolvimento da agropecuária em Minas, que se utilizava da própria atividade diária para educar o trabalhador campesino.

---

80 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 02, ed. 1335-1.

Sobre essa discussão, salienta-se que a pecuária em Minas Gerais foi “alvo de atenções especiais”, principalmente pelo trabalho de divulgação, efetuado pela Secretaria de Agricultura do Estado, quando expressou sobre a introdução de tal atividade no Brasil e em Minas Gerais (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

Nessa via, o que se infere é que os rebanhos bovinos se fizeram no Brasil, “primeiro ao longo da costa entre a Bahia e o Rio de Janeiro, depois por Pernambuco, durante a invasão holandesa”. Já em Minas, “o gado bovino desceu das regiões setentrionais do nordeste, pela zona de São Francisco e seus afluentes, até às margens do Paranaíba, onde o Anhanguera o encontrou em estado selvagem” (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107). [81]

Corrobora-se ainda que, em Minas Gerais, a fazenda mais antiga de criação foi fundada em 1703, chamada de Fazenda da Borda do Campo, que tinha como proprietário o Garcia Rodrigues, e que o primeiro gado que pisou os campos mineiros o povoou, pertencendo às raças Touros Ibéricos, Aquitanicus e Batávicos.

Ratifica-se, porém, que essas raças não se adaptaram em todas as zonas do Estado, condição considerada normal, pois “umas se aclimataram melhor nos planaltos e outras nas zonas de florestas”. No triângulo mineiro, as raças de rudeza mais acentuada, como as Indianas, Guzerate e Gír., quando cruzadas, se desenvolvem a Schultz e a Holandesa (O Imparcial, 1938).

Outra informação apresentada foi sobre o número de bovinos no Estado, sendo de 8.700.000 cabeças em 1926, tendo se elevado a 10.000.000 em 1938. O maior produtor tinha por sede o Triângulo Mineiro, seguido pela Zona da Mata, sendo o primeiro avultado para matadouro e o segundo para a atividade leiteira, justificado pelas “vias de transportes e ao maior ou menor afastamento dos centros consumidores” (O Imparcial, 1938).

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2023, on-line) apontam que o setor agropecuário do Brasil precisa ainda superar muitos desafios quanto aos espaços de atuação do Estado, em que é necessário avançar num

81 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 03, 5ª s. ed.1107.

cenário de desenvolvimento nacional voltado ao setor primário, pelo “investimento em serviços e produção industrial de maior valor agregado” de forma a pensar políticas públicas de inclusão social, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (IPEA, 2023, on-line).

De acordo com dados do instituto (IPEA, 2023, on-line), é notável a “vocação do Brasil para a atividade agropecuária e o papel estratégico que o país tem na economia mundial como grande produtor de alimentos” [...] “resultado do grande talento e dedicação do produtor rural nacional – seja o pequeno, o médio ou o grande produtor” [...] “seja associada a clima terra e recursos hídricos favoráveis e abundantes” [...] seja também pelo apoio do Estado pelas políticas públicas ou pelo investimento no setor de pesquisas (IPEA, 2023, on-line).

No entanto, “reduzir os riscos para o produtor, permitindo avanços em processos de descarbonização e mitigação de problemas ambientais” [...] contribuem para o comércio exterior brasileiro [...], assim o investimento em planos estratégicos de produção e o “desenvolvimento de novas tecnologias se mostram centrais”, pois poderão elevar a produção “por unidade de área plantada” [...] e melhorar os processos de escoamento (IPEA, 2023, on-line).

Portanto, investir em pesquisas para compreender as mudanças e as transformações da produção agropecuária no Brasil podem gerar muitas contribuições e conteúdos relevantes sobre diferentes perspectivas. E é com este recurso que esta dissertação insiste em visitar as décadas de 1930 e 1940 para explicar a política pública de governo de desenvolvimento da agropecuária em Minas, que, para ensinar, utilizava-se da própria atividade diária.

A Fazenda de Florestal, situada na zona do Oeste, município de Pará de Minas, foi a primeira das fazendas-modelo, especializadas, que o governo criou em diferentes regiões do Estado.[82] na década de 1930 […]; e esta Fazenda, também chamada padrão, tem por finalidade “a exploração econômica, possuindo todos os requisitos e aperfeiçoamentos técnicos necessários ao seu caráter de fazenda-

82 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 01. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

padrão," estando "organizado nos moldes de um estabelecimento agropecuário" (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 01).

> Estas fazendas serão modelos, que os agricultores, ainda que não possam imitar exatamente, dadas as condições presentes de nosso meio agrícola, terão sempre diante dos olhos, quando quiserem melhorar as suas propriedades e aperfeiçoar o seu trabalho. Serão criadas de acordo com as peculiaridades agrícolas e pastoris de cada zona (Estado de Minas Gerais, 1939, p. 39).

De acordo com seu Estatuto:

> O serviço da Fazenda-Escola de Florestal está distribuído em quatro divisões: administração, fazenda de criação, fazenda agrícola e escola agrícola, cada uma das quais é dirigida por um chefe de divisão, diretamente subordinado ao Secretário da Agricultura e residente no seu setor de trabalho (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 03).

Pelo estatuto, esta era a Fazenda de criação, que tinha por finalidade: "a criação de animais de raças finas, para fornecimento de reprodutores e estudo experimental do valor das raças, do seu cruzamento e sistemas de alimentação"; o estudo das plantas forrageiras; a exploração econômica de animais, e de seus produtos e subprodutos, completando com o tratamento das moléstias dos animais (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 01). [83]

A parte da pecuária se destinava à criação de gado leiteiro, de suínos e caprinos, considerando que são as criações mais apropriadas para aquela região. "Também a criação de reprodutores - puro-sangue – bovinos (raças finas), equinos, suínos e aves", como galinhas, patos, marrecos e pombos, criações que vendidas aos fazendeiros poderiam ser paga em prestações. (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 01). [84]

---

83 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 01. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

84 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 01. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

Quando se referem às raças finas, a intenção era o cruzamento para atender à demanda leiteira, mas que resiste bem ao meio. Portanto, “se inicia em Florestal a primeira tentativa feita no Brasil para a fixação de uma nova raça, tendo como base o sangue zebu. Os primeiros resultados são animadores” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 51). [85]

É importante lembrar que os animais de puro sangue precisavam ser bem aclimatados, gerando um ótimo serviço e uma grande economia para o Estado, visto o grande número de mortes, resultado da imunização e das dificuldades de adaptação do gado a diferentes condições climáticas, induzido pela atividade de importação.

A experimentação do cruzamento do gado zebu com as raças europeias para obtenção do gado leiteiro resistente ao meio está aliada “à demonstração dos melhores sistemas de alimentação do gado, das forragens mais aconselhadas e de seus respectivos rendimentos” (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 01).

Quanto ao sistema de alimentação do gado, este foi à base das demonstrações, pela indicação do melhor capim, com foco no seu rendimento. E as pastagens foram formadas por diversos tipos de forragens, como “a alfafa, o capim angola, as canas forrageiras, o capim elefante, o capim Rhodes, o capim colonião e o capim kikuyu”.[86] Além dos três primeiros, o Estatuto da Fazenda integrou “a ceva de engorda”, como forragens apropriadas e indicadas para o fornecimento de “pastagens para o rebanho” (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 05).

De acordo com o Jornal Imparcial: [87]

> O estudo de animais das raças especializadas no tocante à produção de carne está sendo preparada na zona do Rio Doce, uma fazenda com 500 alqueires, onde será estudada a adaptação das raças

85 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937 p. 51, v. 1, Imprensa Oficial 1937. *Vide* ref.

86 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1937 p. 51, v. 1, Imprensa Oficial 1937. *Vide* ref.

87 O IMPARCIAL (RJ), 1936, p. 04, 5ª s., ed. 394. *Vide* Ref.

> bovinas para corte e os melhores cruzamentos para a obtenção de novilhos, tipo frigorífico (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394).

Vale observar que as exposições foram cruciais no empreendimento do governo. Confere o Jornal Imparcial (1936) que o Estado enviou para exposição ótima representação, tanto que a qualidade dos animais pode ser medida pelo seu número de vendas realizadas, e reconhece que sempre expõe os melhores animais. Inclusive, aproveitou o ensejo para adquirir excelentes espécies, como um campeão da raça Devon (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394). [88]

Aproveitando a oportunidade da Exposição Nacional de Animais do Rio de Janeiro, também adquiriu animais reprodutores das raças consideradas mais ambientadas para a região de Minas Gerais. Salienta-se que a exposição também lhe rendeu muitos prêmios, “não só no tocante a gado, como a laticínios, cujos mostruários foram os melhores ali apresentados”, obtendo o primeiro prêmio com o novilho “Indupan” da raça zebu (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394).

O resultado era obtido das exposições regionais realizadas em Uberlândia, Uberaba, Leopoldina, Barbacena, Pedro Leopoldo e Juiz de Fora, que despertam interesse de vários criadores, de notável representação com animais de “raças finas”, mesmo diante do surto de aftosa no Estado (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394).

Pelas informações obtidas do Jornal Imparcial (1936) converge-se que, dentre os animais expostos pelo Estado, alguns foram mais admirados: como o cavalo Manga-larga Nictheroy, que conquistou o primeiro lugar, e o novilho Indupan, anteriormente mencionado. Também foram adquiridos: um cavalo manga-larga, três cabras Angorá, um bovino Holandês, vermelho e branco; nove bovinos Holandeses pretos e brancos; sete bovinos da raça Schultz e cinco da raça Devon, sendo quatro importados, os outros dois, são animais de alto valor de criação nacional (O Imparcial, 1936, p. 04, ed. 394).

---

88 O IMPARCIAL (RJ), 1936, p. 04, 5ª s. ed. 394. *Vide* Ref.

Diante desses resultados, e certo de que prestaria uma inestimável colaboração aos criadores de Minas, com a aquisição e inserção dos melhores reprodutores nas regiões locais e colocando em prática um projeto que atende às expectativas econômicas do Estado, o governo precisou organizar a fazenda, tanto na parte estrutural quanto na área administrativa.

Desta forma, o governo investiu em instalações adequadas para cada tipo de animal, contratou pessoal especializado, como administrador e escriturário e dividiu a fazenda em quatro sessões: administração, fazenda de criação, fazenda agrícola e escola agrícola, além de um detalhe: cada uma delas dirigida por um chefe de divisão que residia no próprio setor de trabalho, sendo todas elas diretamente subordinadas ao Secretário de Agricultura (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 03).

A Divisão Administrativa tinha por finalidade superintender os serviços de pessoal, contabilidade, almoxarifado, compra e venda, e também supervisionar as atividades no Hotel dos Fazendeiros, de forma que a escrita da Fazenda é feita de maneira que se pode verificar, a cada momento, o custo de qualquer das produções. Portanto, fariam parte das instalações o escritório central, o almoxarifado, as residências dos chefes de divisão, dos professores e também dos operários e em anexo, o famoso Hotel dos Fazendeiros (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 03).

Quanto às obras, estas se mantiveram a todo vapor na Fazenda Florestal. De acordo com informações da Imprensa Oficial (1937), foram gastos com o pessoal contratado, incluindo o administrador e o escriturário, dez contos e oitocentos mil contos de réis para fomentar a agricultura. E para agradar os fazendeiros, direcionaram-se cento e vinte contos de réis à Pensão dos Fazendeiros, com obras de instalação e manutenção.¨

No entanto, as obras estruturais passaram a ser controladas pelos “Serviços de arquitetura do Estado”, que deveriam ser realizadas dentro de projetos “racionais e completos”, resultando na melhor distribuição das verbas para edifícios, no que diz respeito às construções e às manutenções. Por essa via, até a Escola Agrícola de Florestal sofreu modificações (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 132-134).

De acordo com o Estatuto[89], a Escola Agrícola tinha por finalidade o curso médio de agricultura, para formação de administradores, técnicos agrícolas e trabalhadores rurais. Fizeram parte das instalações um internato, com capacidade para cem alunos, um prédio escolar, com oito classes e gabinete de diretor, para realização de reuniões.

É consentâneo sublinhar que havia até um auditório para projeções cinematográficas, bem como também não esqueceram os campos de desportos, haja vista que, além da rotina da Fazenda, havia a prática de exercícios físicos como disciplina escolar. Pressupõe-se ainda que existisse prática de competições e brincadeiras entre os alunos que ali residiam. (Arquivo Público Mineiro, 1939).

Outras obras também foram privilegiadas dentro da pasta de edifícios diversos, inclusive o Hotel dos Fazendeiros, que, "destinados aos trabalhos que foram organizados na Secretaria da Agricultura, várias e importantes obras têm o meu governo construído, com o objetivo de incrementar a produção vegetal e animal" (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 132-133). Logo, estão em construção, ou já concluídas, as seguintes obras dentro da pasta de edifícios diversos e dos serviços de arquitetura:

> Para a Fazenda Florestal, a Casa para Operário e a Escola de Agronomia e obras na Fazenda Experimental. Casas de morar, foram cinco; sendo uma para professor; foi destinado até um Hotel para Fazendeiros, para quem visita a fazenda; na Escola de Agronomia foi construído um internato ou edifício para menores, com o intuito de receber os alunos que ali estudavam (Grifos Nossos).

Foram ainda contemplados outros municípios do Estado, já com obras em andamento, para serem inaugurados para fins de Ensino Profissional Agrícola: a Escola Superior de Veterinária de Belo Horizonte; a Escola de Laticínios Cândido Tostes em Juiz de Fora; a Escola de Indústrias Derivadas da Produção Vegetal em Itajubá; as Escolas Reunidas da Fazenda Florestal em Pará de Minas. Nesse nicho,

---

89 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 06. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

o Instituto João Pinheiro foi adaptado para receber o Ensino Primário Profissional de “indústrias ligadas à agricultura” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 47).

Já com custeios na Estação Experimental, desembolsou cem contos de réis, destinando mais alguns contos para fomentar a pecuária pela Fazenda de Criação. Assim como direcionou a quantia de trezentos contos de réis para terminar os edifícios da Escola Agrícola de Florestal, precisando investir mais duzentos contos com a sua instalação (Arquivo Público Mineiro, 1937).

A Pensão dos Fazendeiros custou quase nada para o governo: que, com a parte estrutural, gastou alguns contos de réis, considerado por ele como uma quantia irrisória, frente aos benefícios que estas edificações trarão para o desenvolvimento da agricultura do Estado:

> Portanto, ficou definido que para a Pensão dos fazendeiros, que será criada anexa a esta Fazenda, custará ao Estado, anualmente, a importância de 100 contos de réis, quantia que o governo considerou como, insignificante, pelo proveito que esta traria à nossa agricultura com os 2.500 fazendeiros que visitassem a região (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 51). [90]

Mas, ao se analisar o Ensino Agrícola na Fazenda Florestal, constatou-se amplo entusiasmo por parte do governo, no que toca ao Hotel dos Fazendeiros, pois a Fazenda “cria um ambiente de confiança e otimismo indispensável à eficiência do seu próprio trabalho e ao pleno desenvolvimento da ação governativa” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 39).

A opinião desses fazendeiros sobre as atividades agropecuárias também interessava, visto que “a Fazenda torna os fazendeiros colaboradores da ação administrativa,” sendo um lugar que discute sobre a “vida rural e seus problemas, os processos adotados e os resultados das experiências”. Além do mais, é um lugar que se aprende aos labores ou trabalhos dos campos, e teve como principal

---

90 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. V. 1 e 2. *Vide* ref.

condição a instalação da Pensão dos Fazendeiros (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 03). [91]

Para consolidar este projeto, o governo também investiu em estradas, facilitando itinerários que ligassem a capital a outras zonas mineiras. Fez parte deste trajeto a estrada principal que entroncam importantes ramais, tais como: Santa Quitéria/Vianópolis, Itaúna/Mateus Leme/Juatuba, Pequi/Pará de Minas, entre outros, reavaliando, estes três ramais como estrategicamente fundamentais, pois são importantes caminhos para se chegar à Fazenda Florestal.

Retomando o discurso do governo, a respeito da construção de uma Pensão dos Fazendeiros, "junto às fazendas-modelo do Estado", Valadares argumentou:

> Reputamos da maior importância, não basta preparar tecnicamente rapazes a quem os fazendeiros possam confiar a direção de suas fazendas, o ambiente do campo ainda guarda uma certa rotina e os homens da roça são desconfiados e resistentes podendo não aceitar essa nova mão de obra, principalmente se não for compensador. Inclusive existem casos em que há forte resistência dos pais quando os filhos tentam executar algumas mudanças/melhorias no sistema de criação e lavoura (Grifos Nossos).

Em face de tal quadro, corrobora-se que o governo acreditava que, ao instalar a Pensão, viriam fazendeiros de todas as localidades para "uma semana de estágio gratuito", a fim de observarem *de viso* os modernos métodos de exploração agrícola. Além disso, receberiam todo tipo de informações técnicas desejadas, o que facilitaria a "frequência às escolas da Fazenda", visto que os "nossos lavradores confiam pouco em inovações", e essas providências não poderiam demorar (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 40).

Versieux (2012), quando pesquisou sobre a Fazenda Florestal, deixou claro que o mais importante para o governo era a boa relação com os fazendeiros, uma vez que sua percepção é a de que:

---

91 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 03. Mod. 2**.** Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939. *Vide* ref.

> Os fazendeiros foram o fulcro da preocupação do governo estadual, que a Escola foi concebida para eles: a Secretaria da Agricultura custeava as visitas à Florestal - passe livre nas ferrovias do Estado, hospedagem gratuita por uma semana -; e só poderia estudar quem eles indicarem (Versieux, 2012, p. 11).

E diante dos “resultados da lavoura cientificamente organizada”, os lavradores serão os primeiros a aceitar as boas inovações das “práticas modernas”, pela anuência dos novos técnicos em suas propriedades; e acrescentam outra vantagem: a reunião de vários fazendeiros do Estado em íntima convivência, por uma semana, trocando ideias e sugestões, terão a certeza do valor de tal iniciativa (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 40).

Outra questão que o governo salientou foi a “influência civilizadora do ensino profissional agrícola”, sobremodo no Brasil, sustentando ser:

> Indispensável proporcionar às crianças e aos moços, de todas as condições sociais, uma educação profissional. É urgente acabarmos com a ilusão de que as carreiras liberais deparam mais facilmente a independência da vida. O aumento das classes liberais torna esta, dia a dia, mais áspera à existência e mais escassa as probabilidades de independência econômica, porque devendo repousar no progresso material da sociedade, ainda não tem este, entre nós desenvolvimento correspondente a esse aumento (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 40).

Neste trecho, ficou evidente que formar mão de obra qualificada para o campo se tornou urgente, visto que aumentar a classe de liberais no país iria prejudicar o próprio desenvolvimento da classe. Fora que o indivíduo que vivia no campo deveria ser atraído pelas próprias atividades campesinas, uma vez que um ensino voltado para a área agrícola proporciona a todos um conforto razoável e a sensação de felicidade.

Mediante a esse discurso, outras escolas foram beneficiadas dentro das pastas de edifícios diversos e obras de arquitetura, atendendo às expectativas do governo quanto ao ensino agrícola: a Escola de Itajubá, pelas “novas e modernas instalações”, destinadas à fabricação de conservas alimentícias.

Já a Escola de Laticínios de Juiz de Fora, as obras estavam em andamento pela construção de um laboratório especializado em fermento. Junto ao Matadouro Modelo da capital far-se-á a Escola de Produtos Derivados da Carne, visto que a intenção do governo era também criar “escolas do tipo industrializadas” para formar técnicos especializados, chefes de fabricação e operários de fábricas para lidarem com o ferro, a madeira e o algodão, devido à grande expansão dessas atividades no Estado (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 40).

Como complemento, na capital Belo Horizonte foi instalado fábricas de massa de tomates e doces em calda; criou-se uma padaria e uma seção industrial para a produção de farinha de mandioca destinada à panificação. Nessa via, formaram-se ainda dois edifícios; e já está encomendada, para breve funcionamento, uma fábrica de macarrão, de forma a adaptar o Instituto João Pinheiro para receber o ensino profissional das indústrias ligadas à agricultura.

Tanto que, em 24 de dezembro de 1938, o governo do Estado “*abre um crédito especial de réis 359:181$100 à Secretaria da Viação e Obras Públicas, para pagamento de obras públicas, realizadas em exercícios anteriores”* (ALMG, 1938). [92]

Designando a relação de despesas a serem pagas por crédito especial, nota-se o seguinte: “para o Hotel dos Fazendeiros, para terraplanagem e obras de abastecimento d’água na Fazenda-Escola em Florestal, 279:969$300 – Rodrigues Pinto e Cia; para as “casas de professores, para o “estábulo e outros edifícios” 79: 211$800. Acréscimos – Jacó Lopes de Castro (ALMG, 1938). [93]

Pelo Decreto-Lei nº 275 (ALMG, 1939) [94], abriu-se crédito especial para pagamento de serviços anteriores, dentro da Pasta da Secretaria de Viação e obras Públicas:

92 ALMG. Decreto-Lei nº 149 de 24 de Dezembro de 1938. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1938, v. I. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 632. Vide ref.
93 ALMG. Decreto-Lei nº 149 de 24 de Dezembro de 1938. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1938, v. I. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 632. Vide ref.
94 ALMG. Decreto-Lei nº 275 de 11 de Maio de 1939. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939. v. 1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1939, p. 248. Vide Ref.

> Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 18:570 $000 (dezoito contos, quinhentos e setenta mil réis), para pagamento à firma Rodrigues pinto & Comp., por serviços executados na ponte da Fazenda Experimental, no distrito de Florestal, no exercício de 1938 (ALMG, 1939, p. 248).

Para despesas de pessoal fixo, investiram-se três contos, quinhentos e cinquenta mil réis, sendo contratados: um encarregado da Administração; um encarregado da Seção de Pecuária; um encarregado da Seção Agrícola e um segundo Escriturário, e as despesas de salário com pessoal variável, da primeira à quarta divisão, totalizando quatrocentos e sessenta contos de réis. Despesas discriminadas pela Imprensa Oficial de 1942, como gastos com a Educação Pública e Ensino Profissional na Fazenda Escola de Florestal (Arquivo Público Mineiro, 1942).

Pagou-se também ao engenheiro responsável, por serviços executados no ramal da Usina, em exercícios anteriores, por meio de crédito especial à Secretaria da Viação e Obras Públicas, designados à Fazenda de Florestal, pelo Decreto-Lei nº 233. [95]

> Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Rs. 426:186$200. O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 181 da Constituição da República e no decreto estadual nº 1.585, de 30 de novembro de 1938, decreta: Art. 1º [...] para pagamento ao engenheiro Paulo Auler, por serviços executados na fazenda do Florestal e no ramal da usina, em exercícios anteriores [...]. (ALMG, 1941, p. 227).

No que concerne às despesas diversas da Secretaria da Agricultura, o Governo do Estado custeou despesas do Hotel dos Fazendeiros, fomentando a agricultura e pela compra de produtos locais, como o milho em palha, a mandioca e a batata, assim como fomentou a pecuária.

Porém, havia despesas com produtos de pronto pagamento; e novamente o governo abriu crédito especial para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, para

---

95 ALMG. Decreto-Lei nº 233 de 20 de abril de 1939. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939, v. 1. Caxambu. Imprensa Oficial, 1941, p. 227. Vide Ref.

pagamento de 34: 079$900 (trinta e quatro contos, setenta e nove mil e novecentos réis) aos Senhores Rodrigues Pinto & Cia, por saldo das obras executadas no Prédio da Escola de Agronomia, em Florestal, no exercício de 1938 (ALMG, 1942). [96]

Pelo “demonstrativo da despesa com serviço em cada órgão administrativo”, o governo gastou com Educação Pública na Fazenda-Escola de Florestal, 652:600$000 (seiscentos e cinquenta e dois contos e seiscentos mil réis) e com o serviço de fomento na Estação Experimental de Agricultura, nada menos que 196:200$000 (cento e noventa e seis contos e duzentos mil réis), dados ora informados pela Imprensa Oficial de 1940 (Arquivo Público Mineiro, 1940, p. 166).

É cabível mencionar também que informações da Imprensa de 1942 explicitam que o governo estava mesmo disposto em iniciar as atividades de ensino profissional na Fazenda. Foram gastos com Material Permanente dez mil contos de réis (10.000$000), pela compra de “mobília, maquinários e aparelhos”; com Material de Consumo, gastou-se o dobro: combustíveis, lubrificantes e acessórios; forragem, ferragem e pasto, foram contados cinquenta mil contos de réis (50: 000$000). Gastou-se até com medicamentos para a Fazenda-Escola de Florestal, um valor de doze contos de réis (12: 000$000).

Também se gastou uma boa quantia com vestuário e alimentação, um total de 100:000$000; despesas efetivas foram 197:000$000; houve até fomento à indústria e ao comércio, no valor de 12: 000$000. Novamente, fomentou-se a agricultura, pela quantia de 20: 000$000 para a Fazenda-Escola e 70: 000$000, para o Serviço de Ensino Agrícola.

De mais a mais, outras instituições também foram contempladas, como o Instituto João Pinheiro, a Escola Agrícola Adelaide Andrade e a Escola Agrícola Padre Sacramento, além da Escola de Horticultura de Itajubá, os Institutos Barão de Camargos, Carlos Prates e Buenos Brandão; e finalizando com Aprendizado

96 ALMG. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1941. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942.

Agrícola José Gonçalves, totalizando seiscentos e cinquenta contos e quinhentos mil réis, liberados pelo governo.

Mesmo com todos esses investimentos, a pecuária carecia sempre de fomento; então, foram gastos com efetivas vinte contos de réis, direcionando mais dezesseis contos para o material didático e material de expediente e utensílios, totalizando vinte e seis contos de réis. De acordo com o noticiado na Imprensa Oficial de 1942, o governo investiu mais de trezentos contos de réis com o Ensino Profissional na Fazenda-Escola de Florestal, no ano de 1940. [97]

As despesas discriminadas para a Fazenda-Escola de Florestal, no ano de 1941, foram para mais, se comparado com o ano anterior: gastaram-se quarenta e dois contos e seiscentos mil réis com o pessoal efetivo.

Com pessoal assalariado da 1ª a 4ª divisão, gastaram-se quatrocentos e sessenta contos de réis, porém, alguns funcionários receberam a mais, pois os professores foram gratificados em trinta e seis contos de réis pelas atividades na Escola Agrícola. Cinquenta contos de réis foram para fomentar a pecuária, pela compra de produtos locais, como a batata, a mandioca e o milho empalhado, além de outras despesas de pronto pagamento.

E para fomentar a agricultura, novamente custearam-se despesas com o Hotel dos Fazendeiros pela quantia de cem contos de réis. No ano de 1941, foi adquirido material para embalagem de sementes e mudas.

As máquinas anteriormente compradas já precisaram de consertos, logo, foram custeadas peças acessórias, e, consequentemente gastou-se com manutenção, transporte e outras contas de pronto pagamento, totalizando cinquenta contos de réis. Nesse ponto, é possível afirmar que foram gastos um total de (738:600$000) setecentos e trinta e oito contos e seiscentos mil reais na Fazenda Florestal, pelo fomento da agricultura e pecuária. [98]

---

97 ALMG. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1941, v. I. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942, p. 324-325.

98 ALMG. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939, v.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1941, p. 308-309.

Visando ampliar o terreno da Fazenda, o Benedito insistia em desapropriá-la, pois aprovou pelo Decreto de n.º 2.025, de 20 de Março de 1941, “as plantas dos terrenos desapropriados para aumento da área da fazenda-Escola de Florestal”:

> Art.1º: Para execução do plano de ampliação da Fazenda Escola de Florestal, ficam aprovadas as plantas dos terrenos pertencentes a João Antunes Pereira e sua mulher, se casado for, situados no distrito de Florestal, município de Pará de Minas, neste Estado, e constantes de duas glebas: - uma com a área de 234.240 metros quadrados, no lugar denominado Vargem da Areia e a outra, separada da primeira e com a área de 288.800 metros quadrados (ALMG, 1941. p. 453-454). [99]

Além das despesas efetivas, e com essa aquisição, o governo investiu três contos de réis com encomendas à Imprensa, pois era importante continuar propagando seus feitos sobre a Fazenda Florestal.

As despesas com combustíveis, lubrificantes e acessórios eram itens frequentes na lista de despesas. Curioso é que o governo comprou fardamento, calçados e equipamentos, investindo mais oitenta contos de réis. Medicamentos também não faltaram muito menos vestuário e alimentação, totalizando cento e doze contos de réis.

Dando continuidade ao fomento da pecuária, agricultura, indústria e comércio, foram gastos oitenta e quatro contos de réis, acrescentando seis contos de réis para o material didático e mais quinze contos para o material de expediente e utensílios.

Desta forma foi constituída a Escola Agrícola de Florestal. De acordo com o estatuto, a relação do governo com os fazendeiros pela criação da Fazenda-Escola de Florestal tinha uma função de alcance incalculável, por um contato direto, resultando em muitas vantagens: [...] “de um lado os fazendeiros acompanhando pessoalmente a obra do Governo em relação à agricultura e à pecuária, verificam seus resultados concretos e, podendo julgar com conhecimento de causa do acerto das iniciativas oficiais,” [100] pois:

---

99 ALMG. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939, v.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1941, p. 453-454.

100 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 252-257. O Brasil pelo telégrafo.

> Unânimes são as expressões que conceituam a impressão de uma visita à Fazenda-Escola do Florestal. Os fazendeiros que ali fazem o seu estágio, bem como os prefeitos que a visitam para recolher uma impressão mais direta e viva dos novos processos de exploração nacional do solo, não ocultam a sua surpresa e todos são acordes em que essa iniciativa do governo mineiro vem contribuir poderosamente para que se processe uma profunda renovação da agropecuária em Minas Gerais (O Imparcial, 1939, p. 02, ed. 1941).

## 2.2 Fazenda de Criação: Mugidos, grunhidos, roncos e arrulhar dos pombos[101]

> O bicho-de-pé
> O José está com bicho-de-pé. O pé coça e está inchado. Mas José tem medo de tirar o bicho. É preciso lavar bem o pé, tirar o bicho e curar o lugar, para não arruinar. Conheci um homem que morreu por causa de um bicho-de-pé. José chora e não deixa tirar o bicho. Disse que amanhã ele deixa (Fleury, 1955, p. 36 *apud* Celeste Filho, 2019, p. 14).

A Fazenda de Criação não era apenas para bovinos, criavam-se equinos, suínos e aves, como galinhas, patos, marrecos e pombos. Consoante o Estatuto da Fazenda, a produção que era vendida aos fazendeiros podia acontecer de forma parcelada.

Quanto às finalidades desta ala, já foi esclarecida anteriormente, pois, no momento, a presente dissertação pautar-se-á em explicar as instalações, as quais são de total importância para a manutenção da qualidade de vida do animal, que depende diretamente de uma boa infraestrutura do estábulo, sobretudo quando se referem aos bovinos.

Um levantamento estatístico realizado pelo governo em 1937 apurou que existiam, no Estado, 9.200.000 bovinos, 7.500.000 suínos, 1.350.000 equinos, 700.000 asininos, 550.000 ovinos e 362.000 caprinos, e o valor acumulado com os bovinos superou todos os tipos de criações (O Imparcial, 1938).

---

101 A utilização do recurso lúdico nos subtítulos consistiu-se em analisar o objeto (a fazenda), vista pelos olhos das crianças, em especial, dos meninos menores internos na Fazenda-Escola Florestal, entre 1943 a 1948 e por acreditar que eles exerciam as suas atividades brincando.

No que abarca a exportação, em 1937, esta montou a 180.000 contos, devendo o sucesso aos “postos zootécnicos do Estado na Gameleira, em Leopoldina, em Cambuquira, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Viçosa, na Escola de Agricultura de Lavras, no Aprendizado Agrícola de Barbacena e na Fazenda Florestal do Estado”. Todas sem medir esforços para defender os rebanhos e o seu desenvolvimento; e o governo não poupando auxílio, principalmente na introdução de reprodutores (O Imparcial, 1938, p. 04, 5ª s. ed.1107). [102]

## 2.3 Os preferidos

De acordo com os Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas de 1937, o governo custeou as seguintes despesas para o ano de 1938, destinadas à Fazenda Florestal: “Fomento à pecuária: Para a Fazenda de Criação – 200:000$000 e custeios com a Estação Experimental de Florestal – 100:000$000” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 575). [103]

Tanto que:

> Na seção da pecuária, existe um plantel de 84 fêmeas de raças europeias diversas e 77 zebus destinados a cruzamento. Os primeiros resultados de mestiçamento já se oferecem como produto das raças Poled-angus, Holandesa, Schwtz e Charolesa, os quais apresentam condições magníficas de resistência e conformação (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 49).

Portanto, foram instalados “dois estábulos[104], com capacidade para setenta cabeças de gado de meia estabulação”. De tal sorte, estavam lidando com gado

---

102 O IMPARCIAL (RJ), 1938, P. 04, 5ª S. ED.1107.

103 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1937, v. 1, Imprensa Oficial 1937. *Vide* ref.

104 ESTÁBULO: O estábulo consiste em uma edificação agrícola coberta que serve de abrigo para diferentes animais domésticos, sendo mais comum para bovinos e equinos. A infraestrutura da

dócil, mas, para os animais mais assustados (Grifo Nosso), foi instalado "um estábulo e curral para gado rústico, servindo o estábulo para ordenha e racionalização das vacas em produção, que dispunha de três grandes pastos e com água em abundância" (Arquivo Público Mineiro, 1939).

O lavador era à pressão e os bebedouros automáticos e individuais também dispunham de "dois silos que armazenavam cinquenta toneladas cada um". Boxes para bovinos eram seis, que empataram com mais seis para os equinos. Conjuntamente havia o "banheiro carrapaticida e o tronco para contenção dos animais; costumava-se lavar os pés e, para controlar o peso, os animais eram convidados a subir na balança". [105]

Quanto ao número de ordenhadeiras, não foi possível constatar, investiram nas marcas Alfa Laval e Manus; a "esterqueira" não poderia faltar, pois, dotada de três cubas de oitenta metros cúbicos cada uma é o lugar ideal que, munida de uma bomba elétrica, recebe a urina e os outros dejetos. Obra complexa fora inspecionada pelo engenheiro Paulo Auler, de acordo com a Imprensa Oficial de 1937.

Os trabalhadores contavam com máquinas para preparar as forragens que alimentavam os animais, "uma era destinada a moer milho com sabugo; outra, a estraçalhar cana e outras forragens verdes ou secas", sendo que compraram duas do tipo *Fairbank Morse.* E para abastecer as vagonetes dos estábulos, era utilizado um elevador-aspirador,[106] facilitando a lida diária dos trabalhadores na hora de alimentar os animais.

É interessante pontuar, nesse contexto, que, nesse padrão de Fazenda, os animais não são tratados à revelia, existem métodos e experimentos mais adequados para alimentar cada tipo de animal. A exemplo disso têm-se os tipos de pastagens: Os capins do tipo, Venezuela, Elefante, Rodes, Kuikui, Angola e Colonião, que, divididos em "seis piquetes, eram reservados para o corte da

---

construção permite que os animais se abriguem do mal tempo, descansem, recebam alimentação, água e medicação, quando necessário.

105 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 04. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

106 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 04. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

forragem verde e preparação do feno, destinados a alimentar grupos de animais determinados, permitindo o controle do leite, da engorda e do rendimento de cada forragem por hectare" (ALMG, 1937, p. 51).

Para demonstração de resistência de pisoteio e capacidade de alimentação por hectare, esses mesmos capins são submetidos à soltura dos animais em pastagens de área maior e estes piquetes e pastos são providos de canais de irrigação, que, pelo método da comparação, entre os irrigados e não irrigados, media-se a produtividade de cada um.

Mas, com o objetivo de incrementar a produção animal em Florestal, estão em construção ou já foi concluído pelo governo o "abrigo para bovinos e silos de alvenaria de tijolos", que, inspecionados pela Secretaria de Agricultura, foram listados dentro da pasta de edifícios diversos no ano de 1937. [107]

Nesse diapasão, é justo e acertado aludir a Fazenda Gameleira, pois as obras de construção da Escola Superior de Veterinária de Minas Gerais "atende ao governo à conveniência e vantagem da proximidade de serviços congêneres", uma vez que fora anexada ao lado do Serviço de Produção Animal, do Instituto Biológico e do recinto da Feira de Gado (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 48).

## 2.4 As delícias do leite

Se for fazenda, há gado de leite, ou seja, tem leite, produção de manteiga e se come queijo. O serviço de produção animal foi vultoso e de grande valor econômico para o Estado mineiro no ano de 1936, elevando as exportações de bovinos, que, em cifras, foi de 598.017 cabeças, favorecendo, à vista disso, a venda de produtos das indústrias derivadas.

De acordo com o Jornal Imparcial (1938) a indústria do leite e seus derivados receberam vários auxílios do Governo Valadares, houve até aperfeiçoamento no

107 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1937, v. 1, p. 51. Imprensa Oficial 1937. *Vide* ref.

“aparelhamento técnico”, resultando em uma crescente demanda de produtos para exportações a partir de 1932, conforme exposto a seguir (Quadro1): [108].

**Quadro 1** – Movimento de exportações dos derivados do leite em contos de réis.

| PERÍODO | LEITE E CREME | QUEIJOS E REQUEIJÕES |
|---|---|---|
| 1932 | 16.241:000$ | 23.314:000$ |
| 1933 | 17.165:000$ | 26.332:000$ |
| 1934 | 19.042:000$ | 31.678:000$ |
| 1935 | 23.658:000$ | 41.098:000$ |
| 1936 | 20.778.000$ | 44.405:000$ |
| 1937 | 25.200:000$ | 51.615:000$ |

**Fonte**: (O Imparcial, 1938, p.04, 5ª s. ed. 1107) Elaboração da autora, 2023.

As instalações para laticínios na Fazenda Florestal foram apresentadas timidamente em duas linhas pelo Estatuto da Fazenda, não sendo referenciado pelos Anais da Assembleia. No entanto, foi evidenciado pelo seu volume “com capacidade para mil litros de leite diários”. Compreendem os “serviços de pasteurização, fabricação de manteiga e fabricação do queijo de Minas”, subprodutos do leite vendidos aos fazendeiros, pela exploração econômica dos animais (Arquivo Público Mineiro, 1939). [109]

Descortinando as informações obtidas pelos Anais da Assembleia de 1937, a produção de leite e laticínios no Estado mineiro aumentou gradativamente, no período de 1933 a 1936: em 1933, em contos de réis, o valor adquirido foi de 300 contos de réis; em 1934, contaram 350 contos; no ano de 1935, foram pouco mais que o ano anterior e, em 1936, excederam um pouco a mais que quatrocentos contos de réis.

108 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 04, 5ª s. ed. 1107.

109 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 04. Mod. 2**.** Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939. *Vide* Ref.

É factível depreender que a Fazenda da Gameleira também presta um precioso serviço de cooperação ao Estado, pois “os encarregados dos postos veterinários visitaram 700 fazendas, vacinaram 51.312 animais, aplicando 62.120 doses de vacinas”. Além desses serviços, dispõe de 91 reprodutores bovinos para empréstimo aos criadores e fornece grande quantidade de suínos, caprinos e galináceos (Arquivo público Mineiro, 1937, p. 49). [110]

Como a Fazenda Florestal vem sempre referenciada pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, ao lado da Fazenda Gameleira, pressupõe-se que ambas possam comungar de algumas atividades ou possuírem as mesmas finalidades, especialmente pelas similitudes da Fazenda de Criação. Portanto, conhecer alguns detalhes da Fazenda da Gameleira, dando como exemplos a raça dos bovinos e a dos suínos, pode tornar compreensível a Fazenda.

O gado Holandês, caracterizado pela cor preta e branca, é a raça que o governo mais investiu em tal período, pelo fato de ser a menos sensível ao meio; mesmo diante de variadas condições do clima, permanece com ótima produção de leite. Já o gado Holandês, o de pelo vermelho e branco, vai, aos poucos, adaptando-se ao clima mineiro, tanto que foi importado um número significante desses animais, capazes de aliar fartos volumes de leite à sua rusticidade (Arquivo público Mineiro, 1937, p. 49).

Esteve em experiência na Fazenda Gameleira o gado Ayrshire, de origem escocesa, lugar de pastos pobres, que sente pouco com a deficiência de trato, dado como qualidade interessante; e, pela sua rusticidade, vem adaptando-se bem ao meio. Outra questão relevante é a ótima produção de leite, e o que a distingue de outras raças é a semelhança do seu leite ao da raça humana (Arquivo público Mineiro, 1937, p. 49).

Quanto às raças para carne, a Poled-angus foi a escolhida por apresentar melhor produção e rusticidade. Dado a isso, o governo investiu no cruzamento daquela com a raça Zebu, obtendo como primeiros resultados o gado de boa forma

110 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937, v.1. p, 49. *Vide* ref.

e bom porte para produção da dita carne. Já o gado mestiço da raça Zebu, cruzado com as raças finas europeias, tem ganhado atenção dos Estados Unidos da América (EUA); inclusive, criaram uma Estação Experimental no Estado de Louisiana (Arquivo público Mineiro, 1937, p. 49).

Seguindo por essa mesma linha da pecuária, é impreterível frisar que o governo também estava preocupado com o melhoramento no fornecimento de leite na capital mineira e no Rio de Janeiro. Por este motivo, resolveu instalar entrepostos de leite, todavia, para explorar os entrepostos, organizou-se a Sociedade Mineira de Laticínios, composta de criadores e industriários de laticínios, já que precisava melhorar o lucro dos produtores, assim como a higiene e o custo do leite.

E procurando "facilitar a venda e aquisição de raças finas europeias [...] serão feitas em caráter permanente, uma Feira Anual de Gado, onde os criadores encontram mercado para os seus produtos de qualidade e poderão adquirir os animais de que necessitarem", o que inclui os produtos derivados do leite (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 51). [111]

De acordo com o Jornal Imparcial (1936), houve uma exposição de laticínios, carnes e derivados, como preparatória para a Exposição Nacional do Rio, que reuniu produtos dos melhores fabricantes de Minas. Nesta oportunidade, faz-se uma demonstração dos métodos de preparo dos derivados do leite; inclusive, montou-se uma "instalação modelo", para fabricar, ao vivo, a manteiga, o queijo e a caseína. Além disso, utilizou-se de mecanismos considerados mais modernos (O Imparcial, 1936, p. 04). [112]

O governo também se preocupou em demonstrar – aos fazendeiros – os melhores tipos de estábulos e os variados sistemas de confinamento de animais. Tudo isso para exibir o "grau de adiantamento" da indústria no Estado, principalmente pelo grande número de tipos de queijos, ganhando destaque o queijo

111 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. p. 51.
112 O IMPARCIAL (RJ), 1936, p. 04.

tipo Minas, que, exposto no setor da Secretaria da Agricultura para venda, rendeu comentários, por ter sido embalado em papel celofane (O Imparcial, 1936, p. 04).

O curioso é que os tipos de embalagens para queijo tipo Minas já vinham sendo estudados. Nessa via, portanto, foi montado um Posto de Classificação, lugar em que os queijos são preparados e embalados de maneira a ganhar a confiança dos mercados, sendo um novo tipo de serviço prestado pelo governo, considerado relevante para a indústria do Estado. No entanto, foi desenvolvida quase que exclusivamente à iniciativa privada (O Imparcial, 1936, p. 04).

Em tal âmbito, vale dizer também que há presença de gado na Fazenda Florestal, reprodutores, bezerros e vacas leiteiras, servindo de experimentos para aulas práticas de pecuária. Parte do leite é direcionada aos Cursos de Engenharia de Alimentos e Técnico em Alimentos, outra parte é pasteurizada e consumida no refeitório, e outra vendida para a comunidade. Sobre os produtos derivados, tem-se como carro chefe o queijo e a muçarela, além de doce de leite, manteiga e iogurte de goiaba.

## 2.5 Porquinhos e saborosos

A suinocultura no Brasil era baseada em sistema extensivo, com raças que possuíam bastante resistência às doenças. Contudo, o país teve que se adaptar, e o mercado, atualmente, conta com um dos maiores rebanhos do mundo. Conforme o cenário histórico enfatiza-se que a primeira raça de porcos introduzida no Brasil se deu no ano de 1530, por raças derivadas de javalis europeus, vindas de Portugal. Não muito diferente do passado, “o panorama para as cadeias de carnes no Brasil, por sua vez, continua desafiador” (Roboagro, 2021, on-line).

Informações indicam uma redução nos embarques de carnes diversas, e, ao se fazer referência à carne suína, em comparação aos outros tipos de carne, a escala foi menor, [...] fato que “evidencia a complexidade e os desafios enfrentados pelas diferentes cadeias de carnes brasileiras no mercado internacional” (IPEA, 2023, on-line).

> Na China [...] os suínos eram vistos como símbolos de fartura, sendo considerados animais eternos. Já no Egito, os suínos eram usados para trabalhos pesados, como puxar o arado e até carregar materiais. Foi neste período, inclusive, que o porco ganhou a reputação de um animal que consome todo tipo de alimento. Isso porque eles andavam soltos pelas cidades à procura de restos de comida para se alimentar (Roboagro, 2021, on-line).

No ano de 1936, independente do tipo de animal criado na Fazenda Florestal, a finalidade era a criação de animais de raças finas, para fornecimento de reprodutores e análise experimental do valor das raças, do seu cruzamento e do sistema de alimentação, além do estudo das plantas forrageiras, da exploração econômica dos animais, de seus produtos e subprodutos e do tratamento de suas moléstias (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 04).

De acordo com o Jornal Imparcial (1936) duas pocilgas e postos para criação em grande escala já haviam sido construídas em 1936, sobremodo para acomodar as “melhores raças de porcos, atendendo principalmente a pedidos de reprodutores porcinos, constantemente recebidos pelo governo”, mas também para facilitar o estudo do valor das raças e da alimentação, que devem ser as mais adequadas e econômicas (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 04).

Existia no Brasil, em 1938, 24.773.600 cabeças de suínos, e Minas Gerais liderava o ranking com 7.500.00 cabeças, seguida pelo Rio Grande do Sul, com 5.194.000; São Paulo, com 3.000.000 de cabeças e Paraná, com 1.500.000 de cabeças, regiões consideradas pelo Imparcial como as mais importantes neste tipo de cultura (O Imparcial, 1939).

Pela Fazenda da Gameleira, a finalidade da criação de suínos era o melhoramento dos produtos, como toucinho e carne, considerados, para o governo, como o ramo mais importante da indústria animal. Para tanto, importou dos EUA doze reprodutores das “raças Poland-china e Duroc-jersey, filhos de campeões norte-americanos” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 50). Além do mais, esses animais seriam responsáveis para o fornecimento de reprodutores a todos os criadores de porcinos em Minas.

Enquanto isso, na Fazenda Florestal, o governo mandou construir “doze maternidades, com água canalizada” para atender a considerável demanda de nascimento dos leitõezinhos e ofertar um ambiente bem higienizado. Para os machos reprodutores, foram instalados apenas seis boxes. Havia também a balança, o banheiro carrapaticida e a sala de castração, pois, de acordo com o estatuto, para comercializar os suínos, era preciso conhecer o peso do animal, ter cuidado com a higiene e prepará-los para a engorda. [113]

Também foram construídas cinco casas próximas à pocilga e o depósito de forragens (ALMG, 1937, p. 132). Possivelmente foi uma casa para operários e uma para o encarregado e as outras três para as outras divisões, certamente com a intenção de facilitar os trabalhos dos operários na pocilga – talvez - para manter o encarregado mais próximo dos trabalhadores ou quem sabe foi o lar dos muitos trabalhadores.

A criação de suínos acontece em pequena escala na Fazenda Florestal, e a maioria da carne suína segue para aulas práticas nos laboratórios, enquanto a outra parte abastece o refeitório e a vendinha da cidade, esporadicamente.

Sob essas circunstâncias, é provável que as atividades de suinocultura desenvolvidas na Fazenda Florestal podem ter contribuído para o sucesso dessa cultura em tal localidade, pois, Pará de Minas é sede de um dos maiores polos da suinocultura em Minas Gerais. E com o objetivo de fortalecer ainda mais a cadeia produtiva da região, a cidade passou a abrigar a Associação dos Suinocultores do Centro-Oeste Mineiro (ASSUICOM), desde 2022, estimulando os negócios e com incentivos à formação profissional (UAIAGRO, 2022, on-line).

## 2.6 Os Pequeninos resistentes

Na Fazenda Florestal, a primeira seção foi destinada à criação do gado que, dotada de uma ampla estrutura, poderá receber uma variada gama de animais.

---

113 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 05. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

O que se infere é que, em tais paragens, não se ouve o balir dos caprinos, pelo menos atualmente; e o Estatuto não referenciou a criação deste tipo de animal. Neste sentido, a presente dissertação optou por trazer alguns aspectos da criação de caprinos e ovinos, expressas pelo Imparcial na década de 1930, pois, de acordo com entrevistas informais, existiu a criação de caprinos na Fazenda Florestal.

A criação de caprinos, na década de 1930, foi categorizada como uma das maiores riquezas da pecuária brasileira. No ranque mundial, a criação de ovinos e caprinos, ocupava o 14º lugar e 9º, respectivamente, quando aliados aos outros tipos de rebanho, como bovinos e suínos (O Imparcial, 1939, p. 04, ed. 1383).

Tanto que, feita essa comparação mundial, o Conselho Econômico incentivou a organização dos invernistas nacionais, ampliando as medidas de seleção e o desenvolvimento das boas pastagens, facilitando o crédito barato e o transporte adequado, para o engrandecimento da pecuária nacional, pois os ovinos e caprinos no Brasil ocupavam o 3º e 4º lugares em posição nacional (O Imparcial, 1939, p. 04, ed. 1383).

Em solenidade, e saudando os mais novos agrônomos da Escola de Viçosa, em 1939, o Presidente da República[114] discursou em prol da criação e produção animal no Brasil, e pediu o apoio desses profissionais, pois:

> Para cuidar, delimitando as zonas de cultura das fibras nativas nas suas zonas de origem, e estudar os processos da sua industrialização; fixar os padrões dos produtos exportáveis [...]; selecionar os rebanhos e determinar as zonas mais adequadas às diversas espécies de bovinos, cavalares, suínos, ovinos e caprinos, industrializando os subprodutos de origem animal; desenvolver a pequena produção animal, sobretudo a avicultura e a apicultura [...], o Brasil conta com vocês (O Imparcial, 1939, p. 17, ed. 1410).

Segundo o Jornal Imparcial (1939), a Bahia liderava o primeiro lugar na criação de caprinos, seguida por Pernambuco, que, em 1939, já realizava a 5ª exposição pecuária no Estado, tendo os caprinos como ilustres participantes. [...] “Mas é claro que vão participar”, pois, anteriormente, havia sido inaugurada a

114 GETÚLIO Vargas. Ex-presidente da República do Brasil: Getúlio Vargas (1930-1945).

exposição de caprinos e ovinos no centro criador de Bonfim, com cerca de 500 cabeças, e o Presidente Getúlio Vargas esteve lá (O Imparcial, 1939, p. 04).

A exposição visava incentivar a criação dessas duas espécies na região, pois era a zona mais favorável à adaptação; e mais: tendia a "orientar os criadores da região para um trabalho mais produtivo que resultaria para o bem deles próprios e da economia geral" – e esta foi a 1ª exposição no Noroeste baiano (O Imparcial, 1939, p. 04). [115]

Todavia, a exposição tinha como finalidades principais:

> Proporcionar aos agricultores e funcionários uma regra já consagrada, por meio de palestras os processos mais modernos de criação de gado caprino e ovino e o combate ao processo rotineiro e secular dos nossos criadores, incutindo-lhes no espírito, louvável interesse pela prosperidade da vida salutar dos campos [...], também estimular o espírito empreendedor e tenaz dos fazendeiros e agricultores distribuindo-lhes prêmios pelos esforços de cooperadores da grandeza do Brasil (O Imparcial, 1939, p. 02, ed. 1335).

Na década de 1930, o governo mineiro entendeu que deveria aproveitar os terrenos e as instalações da antiga Estação Experimental de Algodão de Sete Lagoas, uma vez localizados próximos à estação Wenceslau Braz e da Estação Férrea Central do Brasil, lugar ideal para fundar um estabelecimento pastoril, com finalidade de criação e melhoramento do rebanho existente na zona do São Francisco, (ALMG, 1937). [116]

Defronte a tal quadro, é possível que o governo mineiro, com as investidas em criação de caprinos e ovinos, em Sete Lagoas, tenha optado por raças já estudadas na Bahia, que expôs em 1939, ou seja, a sua criação, que abrange "setenta e nove ovinos das raças Romney-Marah, Shropshire e Suffolk, mais os doze caprinos Anglo Nubiana" (O Imparcial, 1939, p. 06, ed. 1275).

---

115 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 04.

116 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. *Vide* ref.

Atualmente, não se criam caprinos na Fazenda Florestal, mas a vizinha Fazenda Santa Rita possui um plantel de 150 animais, das raças: Alpina, Sanem, Toggenburg e Anglonubiana. São animais provenientes de excelentes linhagens leiteiras, de origem europeia, canadense e americana. Há um sistema de controle zootécnico do rebanho mensalmente, em que o técnico acompanha as pesagens das crias com controle leiteiro oficial, sendo credenciado pelo Ministério da Agricultura (Capril Sanri, 2024, on-line).

São 25 anos de seleção de caprinos leiteiros, existindo venda permanente de matrizes reprodutoras, aprovadas pelo Programa de Melhoramento Genético de Caprinos Leiteiros (CAPRAGENE), lançado pela Embrapa Caprinos e Ovinos em 2005. Além disso, os animais recebem alimentação balanceada o ano todo, e a produção de queijos de leite de cabra seguem os mais rígidos controles sanitários e de higiene, da produção até o beneficiamento. [117]

## 2.7 Bonitos e elegantes

Informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2023, on-line) indicam que, ao contrário de bovinos, aves, suínos e ovinos, os equinos não aparecem com destaque nas inquirições de censos governamentais, tornando os dados sobre cavalos bem escassos.

Em países desenvolvidos, a criação e a utilização do cavalo ocupam posição de destaque se comparado a países subdesenvolvidos, visto que, nestes últimos, assim como o Brasil, o setor de cavalos aparece sempre com “imagem distorcida”, uma vez que vem sendo rompida lentamente [...], tendo exercido um importante papel na formação econômica, social e política do país.

> No aspecto econômico, desempenhou as funções de sela (para o vaqueiro e o peão, nas lides comuns à pecuária); de carga (nos

117 CAPRIL Sanri: Fazenda de criação de caprinos e produção de derivados de leite. Conhecida por Fazenda Santa Rita, localizada no município de Florestal-MG. Provavelmente os animais são raças originárias da Fazenda Florestal.

> comboios ou comitivas); e de tração (motor de veículos de carga e de moendas), já no aspecto social, englobou exibicionismo, vaidade, orgulho e diferenciação social, no entanto em meados no século XIX, foi inserido nas atividades esportivas e de lazer, como corrida e salto. (CEPEA, 2023, on-line)

Informações do (CEPEA, 2023, on-line) apontam que o cavalo chegou ao Brasil em 1549, [...] que, criado junto aos bovinos, exerceria papel fundamental para a formação do país, posto que a colônia fosse composta por duas atividades principais: a açucareira e a criatória, e juntas formavam a base econômica nacional.

Entretanto, mesmo junto aos bovinos, os equinos apresentavam significativas diferenças, uma delas é que a pecuária foi a principal responsável de penetração e ocupação do interior do Brasil, e a outra questão obedece ao ciclo do ouro. Assim, surge a necessidade de abastecimento, interiorizando a presença do gado; junto a esse processo, o cavalo também foi levado, permitindo a expansão da criação nas direções do centro-oeste e norte, a partir da Bahia e Pernambuco (CEPEA, 2023, on-line).

O Brasil chegou a exportar cavalos para a África nos séculos XVII e XVIII, a pedido dos portugueses, porém, não inibiu sua importação, tanto que, em Minas Gerais foi criado um estabelecimento de Manadas Reais em 1819, resultante de importações [...], que, para fins de segurança, iniciaram os esforços do exército na formação de reserva de equinos (CEPEA, 2023, on-line).

Nesse liame, consolida-se que os cavalos têm como finalidade: educação, esporte, garantia de lei e de ordem, produção de imunobiológicos (soro antiofídico), prática desportiva, atividades de equoterapia e programas de estudos e melhoramento da equideocultura nacional (CEPEA, 2023, on-line).

Pelo Jornal Imparcial (1938) a criação de cavalos na Fazenda Florestal, na década de 1930, vinha imprimir uma orientação que possibilitasse a racionalização da indústria pastoril, no sentido intensivo, assim como na melhoria dos rebanhos, remodelando e formando plantéis, notadamente no que diz respeito ao aproveitamento total da matéria prima constituída pelos rebanhos do Estado, sem sacrificar as atividades agrárias (O Imparcial, 1938, p. 05, ed. 969).

Aliás, a indústria pastoril exige uma base bem orientada, pois a agricultura e a pecuária se completam em muitos aspectos. Frente a isso, uma organização de forma direta influencia o ambiente às finalidades imediatas e aos objetivos futuros, como a melhoria dos rebanhos, os órgãos de orientação, controle, resistência, intercâmbio, aprendizagem e técnica. Desta forma, o governo vem adquirindo aqueles que obtiveram melhor classificação (O Imparcial, 1938, p. 05, ed. 969). [118]

A instalação para receber os equinos na Fazenda de Florestal, na década de 1930, também foi mencionada de forma simples, sendo perceptível certa preferência na Fazenda de Criação, quando se referem aos bovinos. De acordo com o Estatuto, os cavalos ”reprodutores” foram alocados em apenas seis *boxes*. Quanto ao número de baias para tratamento de éguas e potros, construíram um total de vinte (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 04).[119].

A água servida foi abundante, visto que foi instalado um “grande bebedouro, um tanque para banho de éguas e instalações para lavagem dos animais”. E fazendo parte deste conjunto, providenciou “pastagem especial para o rebanho”, tudo isso para incrementar a boa estampa e elegância dos equinos (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 04).

Em tese de tal vertente, provavelmente que estes animais fossem expostos nas feiras regionais com o objetivo de vitrine da criação, que se desenvolvia no Estado, e que, posteriormente, seria vendida, gerando, desta maneira, bons lucros.

Sedimentando tal evidência, imputa-se que alguns colaboraram para atividades experimentais, ou pode ser que alguns tenham sido direcionados para a própria fazenda, auxiliando e facilitando na lida diária – ou quem sabe alguns deles serviram de “exibicionismo, vaidade, orgulho e diferenciação social” por alguém que os tenha comprado na época (CEPEA, 2023, on-line). .

Atualmente, os cavalos criados – ou os que vivem – na Fazenda Florestal são utilizados em aulas experimentais do Curso Técnico em Agropecuária, contribuindo

118 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 05, ed. 969.
119 ARQUIVO Público Mineiro. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. 1939, p. 04. Belo Horizonte. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939. Mod. 2.

para o aprendizado sobre as práticas e o correto manejo nutricional e sanitário da espécie equina, além de aprender o manejo no trabalho e equipamentos complementares.

## 2.8 Éramos quatro concorrentes

> No galinheiro
> O galinheiro da granja é grande. No galinheiro criamos: galinhas, galos, gansos, angolas e frangos. O mais engraçado é o galo garnisé. O garnisé não gosta dos outros galos. Papai gosta de criar galinhas. O galinheiro é bem limpo e tem água fresca nas gamelas. Bem tratadas, as galinhas não apanham pigarra ou gogó. Papai ganha muito, vendendo galinhas, frangos e ovos da granja[120] (Fleury, 1955, p. 28 *apud* Celeste Filho, 2019, p. 15).

No fim da década de 1930, as galinhas já chegaram cacarejando na Fazenda Florestal: de acordo com o Estatuto da Fazenda (1939), seriam “dois galinheiros modelos, para criação industrializada”, sendo um para a raça Legorne e outro para a raça Rode, e quanto à capacidade, cada “galinheiro acomodava quinhentas cabeças cada um” (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 05).

Para o desenvolvimento do embrião, desde a postura do ovo até o nascimento do pintinho, foi instalada a “sala de incubação e salas criadeiras”, permitindo assim o controle da umidade e temperatura (VET Profissional, 2023, on-line). [121]

Isso pode ser tomado como atitude justificável, pois diversas iniciativas privadas via na avicultura um bom negócio comercial, atividades que se concentraram de início na região Sudeste do Brasil (Estadão on-line, 2023). Ademais, continua sendo a zona que concentra o maior número de indústrias

120 NO GALINHEIRO: O poema “No galinheiro” faz parte da cartilha “Na Roça”, de Renato Fleury, produzida na década de 1930; provavelmente livros que integravam séries de leitura para o curso primário, em escolas da zona rural.

121 SILVA, Marcelo Dias Da. Médico Veterinário e Professor do **VET Profissional**, que é Mestre em Agroquímica e Doutor em Zootecnia.

consumidoras de carne de frango, e, consequentemente, o lugar onde há maior disponibilidade de mão de obra qualificada, sendo destaque para o Estado de São Paulo nas três últimas décadas (CEPEA, 2023, on-line).

Os primeiros passos da avicultura no Brasil foram dados pelos produtores familiares, tendo continuidade, ainda hoje, pela criação de animais rústicos de linhagem caipira, que, juntos com a criação de bovinos e suínos, geram a renda da propriedade, mas que se efetivou de fato na década de 1970, pela entrada de empresas processadoras no mercado e especialistas no processo de produção do frango (CEPEA, 2023, on-line).

Ocorreu também pelo “modelo de integração vertical”, entre a indústria frigorífica e os produtores, uma vez que estes últimos passaram a contar com o apoio dessa indústria, que lhe fornece os principais insumos, assistência e a reposição dos lotes, condições que contribuíram para o desenvolvimento da avicultura nacional, tornando uma atividade organizada, padronizada pelos quesitos de “biossegurança, sanidade, qualidade dos animais e da carne de frango” (CEPEA, 2023, on-line).

Segundo dados do (IBGE 2023), o Sul do Brasil é a região mais tradicional na criação de frangos, que se destaca pela presença de cooperativas organizadas. Já a região Centro-Oeste sofre com carência de pessoal especializado, mas vem atraindo olhares pela abundante produção de milho e farelo de soja, reduzindo os custos das indústrias integradoras, que vêm “contornando os problemas de mão de obra, investindo em granjas cada vez mais automatizadas” (IBGE, 2023, on-line).

O Brasil tem como principal comprador a Arábia Saudita, seguido do Japão, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos e China; mas a Rússia tem papel importante nas exportações, realidade justificada pela ausência de “doenças contagiosas, como a influenza aviária, que vem assolando vários países produtores”. Esse diferencial faz com que a carne de frango brasileira ganhe cada vez mais a mesa dos consumidores; e os projetos para o ano de 2024 é de que as exportações brasileiras continuem crescendo (CEPEA, 2023, on-line).

No ano de 1939, a avicultura aparece com grande destaque, sendo reverenciada pelos milhares de galináceos das mais variadas e preciosas espécies, como Rhodes Island. Red, Barbuda Brasileira, Plymouth Rock Branco, Plymouth Rock Barrado, Gigante Negro, da raça Jersey, Wyandotte Prata, Wyandotte Branca, Leghorn, Minorca. Light Sussex, Australorp, Orpington, Hamburguesa, La Bresse, Shamo Japonês, Malaya e muitas outras combatentes (O Imparcial, 1939, p. 12, ed. 1151). [122]

Deslinda-se, contudo, que tanto destaque não inibiu a chegada de outros concorrentes na Fazenda Florestal. Dados do estatuto revelam que o governo investiu na criação de patos e marrecos, inserindo instalações especiais para estas aves em “uma das ilhas da represa de fazenda”. E para incentivar a postura, “contou com ninhos especiais” (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 05). [123]

Dados do (CEPEA, 2023, on-line) indicam que esses tipos de aves não caíram no gosto popular. Verifica-se que, no Brasil, não existem relatos de criação em grande escala de patos e marrecos, sendo mais comum a criação doméstica, provavelmente para consumo familiar. São animais que possuem facilidades na criação, pois se alimentam de hortaliças e verduras, completadas por ração balanceada, salientando que o período de choca das patas é mais demorado em relação ao período das marrecas, estimado em cinco semanas.

Esse tipo de cultura pode ser combinado com a cultura de arroz e se adapta muito bem à piscicultura. No arroz, a preferência é dos patos, por serem mais “adaptáveis, por se alimentarem de caracóis, insetos, larvas e ervas daninha”, porém, não recomendado para a orizicultura moderna.

Já na piscicultura, os patos e marrecos são bem vindos, alimentam os peixes com suas fezes, tendo em contrapartida um ambiente limpo e saudável, que favorece maior desenvolvimento do que pela condição de rusticidade, além de

122 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 12, ed. 1151.

123 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 05. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

resistirem muito bem a vários tipos de doenças, carecendo, portanto, de instalações simples e de baixo custo (CEPEA, 2023, on-line).

Apesar das facilidades, na Fazenda Florestal não existe mais este tipo de cultura, visto que, o ensino não tem finalidade de produção, nem de peixe nem das aves, pois são tipos de culturas utilizados basicamente em aulas experimentais.

Por tais atribuições, ressalta-se que o “principal desafio que os produtores de patos e marrecos encontram no Brasil é a insignificância taxa de consumo da carne pela população brasileira”, talvez por causa do período de postura, “que acontece entre os meses de maio a dezembro, com média anual de 100 ovos por espécie”.

Tal problema pode ser pelo “fato de não chocar ou raramente o fazerem”. Quem sabe se “diferenciam em alguns pontos ao longo do fluxograma de abate comparado ao abate dos frangos” [...] com uma etapa a mais, precisando de um banho de cera nas carcaças em uma composição de produtos para facilitar a retirada do empenamento remanescente (canudos), carecendo de mais colaboradores para o toalete final, refletindo no custo (CEPEA, 2023, on-line).

Para acirrar a disputa entre estas aves, na Fazenda Florestal foi instalado um Pombal Modelo, destinado à “criação de pombos comuns e pombos especializados para carne”. Este último é fato interessante, pois era um tipo de carne que provavelmente se consumia na época; e quanto aos pombos comuns, estes eram soltos em dias festivos (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 05). [124]

Dados do Globo Rural (2018) esclarecem que:

> Além da beleza das penas coloridas, os pombos ornamentais podem gerar ovos e carnes para consumo. Pouco difundido entre os brasileiros, que em geral, os incluem na lista de alimentos exóticos, ambos os produtos da ave são nutritivos e com demanda certa no mercado internacional. Tenra e de sabor levemente adocicado, a carne é proteína que tem lugar por aqui em cardápios de restaurantes franceses (Globo Rural, 2018, on-line).

---

124 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939, p. 05. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

Nota-se que a versão ornamental da ave é a mais cobiçada por gerar lucro, com a participação em eventos e pela produção de carnes e ovos. Contudo, os pombos são conhecidos como criaturas inofensivas, espalhadas pelas cidades, alimentando-se de restos que podem causar várias doenças, sendo de difícil controle quando se prolifera em bando (Globo Rural, 2018, on-line).

Quando tratados em gaiolas ou viveiros, tornam-se aprumados e formosos, são criados para participar de concursos, exposições e outros eventos, sendo os de plumagem branca e volumosa os mais procurados para realizar revoadas em comemorações, formaturas, casamentos, aniversários e festas religiosas.

Entre os mais conhecidos e existentes no Brasil estão o King, o rabo-de-leque, o peruca, o cacheado, o papo-de-vento holandês e o papo-de-vento inglês, terminando com o gravatinha. Dentre todas as espécies, o mais popular é o pombo correio (Globo Rural, 2018, on-line).

Exara-se que, para a criação dessas aves, não se detém de dificuldades de manejo, reforçando que elas podem ser alimentadas de ração do varejo, e a maior exigência é a limpeza do ambiente. Quanto ao espaço, este pode ser pequeno, mas precisa ser bem ventilado, com boa luminosidade, seco e sem umidade. É bom frisar ainda que esses tipos de animais precisam ser vacinados. Em relação à conduta, são muito companheiros, e os casais dividem as tarefas, tais como a construção dos ninhos, a choca dos ovos e a criação dos filhotes (Globo Rural, 2018, on-line).

A Fazenda Gameleira contribuiu eficazmente com a criação de aves, pois, por iniciativa do governo, expandiu seu rebanho construindo um parque aviário modelo, “onde são encontrados reprodutores e ovos, que, a preços módicos são cedidos aos avicultores”, e o valor monetário do rebanho aviário, em 1938, foi de 60.000:000$, superando 23.422:000$ em 1926, o que atendeu à indústria das carnes e derivados. (O Imparcial, 1938, p. 04. 5ª s., ed. 1107-1). [125]

Na Fazenda Florestal, a cultura de criação de marrecos, de patos e de pombos não vingou, e o galináceo venceu a concorrência. Vale dizer que ainda se

125 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 04. 5ª s. ed. 1107-1.

criam galinhas e realizam experimentos com as aves, com a finalidade de aprendizagem sobre o correto manejo desse tipo de cultura. Parte da produção abastece o refeitório, outra parte é comercializada na vendinha da cidade.

## 2.9 A fazenda agrícola

> Nossa terra
> Nossa terra é o Brasil. Somos todos brasileiros. O Brasil é um dos maiores países do mundo. É um país grande e próspero. Os estrangeiros que vivem aqui gostam muito do Brasil; e dizem que já são brasileiros também. Nossa pátria, o Brasil, para ser mais bela, mais forte, e rica, precisa de todos nós. Precisa de nosso trabalho. Por isso devemos aprender muito, trabalhar bastante e respeitar a lei. Quando formos grandes, tudo havemos de fazer pelo bem de nossa terra. O melhor modo de ser útil à pátria é cultivar os campos. O lavrador e o criador são homens muito úteis ao Brasil (Fleury, 1955, p. 07, *apud* Celeste Filho, 2019, p.15).

A divisão Agrícola tinha por finalidade o cultivo das culturas variadas para a obtenção de sementes selecionadas, a experimentação e aclimação de espécies de vegetais, a pesquisa do comportamento das culturas, assim como o seu valor e seu rendimento. Também explorar a indústria, agregando alto valor econômico às plantas, e, para complementar, estudava-se os meios de controle às pragas e moléstias das plantas (Arquivo Público Mineiro, 1939). [126]

Os Anais da Assembleia descrevem o setor agrícola da fazenda, pelas culturas de “algodão e do fumo”, que foram consideradas as mais propícias para a região, explorada em larga escala, possibilitando, simultaneamente, a seleção de boas sementes (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 157). [127]

---

126 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939. Mod. 2**.** Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

127 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1, p. 157 *Vide* ref.

Retomando o estatuto, são apontados, como cultura, além do fumo e do algodão, o milho e as mudas de mandioca, “consideradas” (grifo nosso) como culturas características da zona, que seriam fornecidas aos agricultores. Mas outros produtos, como o açúcar e a madeira, concorrem, também, de modo decisivo para a riqueza pública (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 34).

Ademais, havia campos de sementes em outros Estados, tais como: “Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina”. Já em Minas, espalharam-se por nove cidades: “Campo de Nova Baden; o de Carmo da Matta; o de Patos; de Maria da Fé; o São Francisco; o da Figueira; o do Rio Branco e o de Ubá” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 151).

## 2.10 O ouro Branco do Brasil: algodão

> Ao amanho simples da terra, nascem ali os algodoais, crescendo e florescendo numa espantosa vertigem de desenvolvimento vegetal (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 485).

Na Fazenda Florestal, a área plantada de algodão ocupava cerca de quinze hectares, e as variedades cultivadas se dividiam entre *Texas* e *Express.* Sublinha-se que havia “diversas linhagens para estudo experimental” e a variedade Crioulo se destacou, investindo-se em uma “grande plantação” (Arquivo Público Mineiro, 1939).

Pelo Jornal Imparcial (1937), o aspecto mais expressivo do movimento algodoeiro [...] é o fato de que a expansão dessa lavoura se tem realizado em terras novas, além das matas ou caatingas, aradas e queimadas para a plantação do ouro branco, [...] aproveitando-se também das zonas de antigas plantações (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 485). [128]

Nessa tramitação, o solo setelagoano foi o escolhido, visto que, pelas experiências geológicas realizadas, contêm, em abundância, todos os elementos propícios à vida e ao desenvolvimento do algodão [...], pois a composição média dos

128 O IMPARCIAL (RJ), 1936, p. 07, ed. 485.

algodoeiros se constitui de cinzas, nitrogênio, potássio, ácido fosfórico, alumínio, magnésio, óxido de ferro, ácido sulfúrico, cloro e substâncias insolúveis em proporções mais ou menos variáveis, que, em geral, são absorvidas do solo, [...] e Sete Lagoas apresenta a cada ano maiores índices em sua safra (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 85).

Assim, o serviço de propaganda e o apoio do Ministério da Agricultura são fundamentais, pois, além de orientar o "emprego de método racional e prático de cultura, facilita aos agricultores na aquisição de todo o material necessário à lavoura e coadjuva as iniciativas particulares de combate às pragas". Dado a isso, repartições agrícolas, como a Estação Experimental de Plantas Têxteis, foram montadas em todo Estado, notadamente no leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Sete Lagoas (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 85), conforme disposto abaixo:

> Dispõe a Estação Experimental de Plantas Têxteis do mais completo e moderno aparelhamento agrícola, destinando-se principalmente, ao serviço de sementes selecionadas, procurando obter, sob o ponto de vista genético, o aperfeiçoamento vegetal das plantas, estudando a economia produtiva e realizando trabalhos de sistemática experimental, referente ao algodoeiro e outras plantas têxteis.
> Processa-se ali a escolha das variedades das sementes, mais adaptáveis às diversas zonas do estado, purificando-as por uma seleção sistematizada, baseada em processos científicos.
> Ainda procura-se resolver a questão do aperfeiçoamento das sementes, criando-se outras que passam, com vantagem, substituir as primitivas, com maior poder de resistência às moléstias e intempéries, com maior capacidade produtora, capulhos maiores, mais rendimento em pluma, maior comprimento de fibras e outras características mais aperfeiçoadas (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 85).

Os Campos de Cooperação foram cruciais para aumentar a produção do algodão em Minas Gerais, e isso é resultado do empenho dos agricultores mineiros pela campanha do algodão formalizada pelo governo, pois foram distribuídas 2000 toneladas de sementes, no período de 1933 a 1936, que, após terem sido selecionadas e criadas, as variedades de sementes são, depois de devidamente

expurgadas, multiplicadas pelos Campos de Cooperação, mantidos pelo serviço, para ulterior distribuição aos agricultores (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 42).

Para tanto, foram mantidos e instalados 120 campos de cooperação e semicooperativos, em 1935. Ratifica-se, nesse quadro, que, só em 1936, foram 194 campos, o que levou, no ano de 1937, mais de 600 pedidos de cooperação, que deveriam, dentro das possibilidades do orçamento, serem distribuídos 240 campos em diferentes municípios (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 42). [129]

Diante dessa demanda, o governo distribuiu 1.652.824 quilos de sementes, devidamente expurgadas e analisadas, instalando mais três câmaras de expurgo: “uma em Viçosa, na Escola Superior de Agricultura, para atender a zona da Mata, outra em Itajubá, para a zona do Sul e a terceira em Pará de Minas, para a zona do Oeste” (O Imparcial, 1939, p. 03 *apud* ALMG, 1937, p. 40).

A expectativa do governo era atingir, dentro de duas safras, “cem milhões de quilos de algodão em pluma”, e, para isso instalou, anexa à câmara central, uma deslintadeira, uma máquina de fabricar sacos e uma de piro estampagem automática, além de um laboratório altamente equipado para a análise do algodão, com o objetivo de conhecer com exatidão o valor econômico, quantitativo e qualitativo de qualquer variedade. Todavia, a área de cultivo chegou a 150 mil hectares em 1936, atingindo uma produção de 20.000 toneladas de algodão (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 42).

Entretanto, para atender a grande demanda de cultivo de algodão no Estado, foi preciso construir um depósito de sementes na capital Belo Horizonte. Para isto, demandou uma área de 1200m2. (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 43).

Atribui-se que, mesmo assim, um novo depósito de sementes precisou ser construído para atender as demandas regionais, e, com isso, o Centro-Oeste mineiro recebeu uma usina regional de beneficiamento de algodão, em Pará de Minas, facilitando o governo na seleção e distribuição de sementes. Pretende-se

129 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1, p. 42. *Vide* ref.

inaugurar uma usina de fabricação de óleo e torta, para o aproveitamento das sementes que não servem para plantio (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 43).

Vale abarcar que tal depósito foi o primeiro da região Oeste, pontuando que, ao mesmo tempo, beneficia, facilita o governo no que tange selecionar as boas sementes e distribuí-las naquela zona, ao passo que, a intenção é inaugurar, ainda em 1937, a usina de fabricação de “óleo e torta” para aproveitar as sementes que não servem para plantio, anexa à usina. Mas outros postos também foram criados: em Montes Claros, Pirapora, Curvelo, Pitangui, Varginha, Guaxupé e Uberlândia, de modo que o governo espera atingir a meta de 35 milhões de quilos de algodão em pluma (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 43).

A zona da Mata mineira também foi beneficiada pelo serviço de fomento agrícola, que, intermediado pela Secretaria de Agricultura, contratou um especialista em genética do algodão, o professor estadunidense Dr. John B. Griffing, e, para auxiliá-lo, foram contratados novos técnicos. Em contrapartida, foram enviados dois professores para se especializarem nos Estados Unidos.

No contexto de tal fomento, foram ampliados os trabalhos na Escola com uma parte experimental de melhoramento de Algodão, orientado pelo professor especialista. Desta feita, resolveram então criar um curso de formação de técnicos na cultura do algodoeiro, formando vinte técnicos na primeira turma, imprimindo maior eficiência pedagógica no ensino superior de agronomia (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 47). [130]

A Estação Experimental de Florestal certamente contribuiu efetuando serviços experimentais, como o do algodoeiro e de outras plantas têxteis, aplicando, no ensaio, modernos processos de técnica experimental, válidos como orientação ao lavrador quanto à melhor época de plantio, trabalhando os espaçamentos mais convenientes entre as fileiras, nos vários tipos de terreno (O Imparcial, 1936).

É cabível demarcar que tais procedimentos podem ter prevenido a ação mesológica e as influências climáticas nas diversas fases do desenvolvimento da

130 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. p. 47. *Vide* ref.

planta, assim como pode ter indicado a ocasião mais propícia para se realizar o desbaste, determinando ainda as fórmulas racionais de adubamentos químicos, orgânicos e mistos, observando seus efeitos e passando conhecimento para o agricultor, como forma de alcance de uma “cultura racional e econômica”, pelo melhor proveito, menor custo e um “trabalho rápido e eficiente” (O Imparcial, 1936, p. 07, ed. 485).

Nesta expectativa de benefícios incalculáveis pelas estações, muitos agricultores do Estado resolveram arriscar, principalmente aqueles do município de Sete Lagoas.

Os pequenos lavradores também aderiram aos encantos da cotonicultura, inclusive os meeiros, investindo em tipos mais comuns do algodão, como o *Texas* e o *Express*, com fibra de 28 a 30 mm, [...] e os agricultores que, confiantes e esperançosos, vão cumprindo o velho lema o “rumo ao campo”, e transformando, em magníficos algodoais, as terras férteis e exuberantes dessa Mesopotâmia admirável do coração de Minas, que medeia o vale do Rio das Velhas e as várzeas do Paraopeba (O Imparcial, 1937, p.21, ed.494).

## 2.11 Do rolo e corda aos cigarros e charutos

> E o governo, lá do alto, passa a mão no queixo, sorri o sorriso de bruxo, e solta para os espaços o fumo do charuto que se desfaz como [...] sonho à brisa (Lacerda, 1935, p. 02, ed. 110). [131]

De acordo com o Jornal Imparcial (1937), a cultura de fumo era realizada por processos rotineiros, produzidos em forma de rolo ou de corda, e que, por isto, o consumo vinha reduzindo-se, pois o que os mercados gostariam de fato era de “fumos leves, suaves e bem preparados em folha”.

131 LACERDA. Este trecho é parte de uma crônica/crítica escrita por Lacerda em 1937 no Jornal Imparcial do Rio de Janeiro, ao observar os políticos, no ato de fumar um charuto.

Tal narrativa motivou o governo do Estado mineiro a criar o Campo de Sementes de Maria da Fé, “para adaptação de variedades e aperfeiçoamento dos métodos de secagem e preparo” (O Imparcial, 1937).

Passado algum tempo, resolveu também instalar, na Fazenda da Cachoeira, no município de Pará de Minas, um extenso campo de cooperação para produzir os denominados “fumos amarelos”, deixando o Campo de Maria da Fé, servir de experiências apenas “à cultura sobre coberta de variedades especiais para as capas finas de charuto” (O Imparcial, 1936, p. 14). Sobre este domínio, depreende-se que o negócio deu certo, pois os lavradores receberam inúmeros benefícios com a cultura do fumo no Estado.

A cultura do fumo tinha por finalidade a produção de “diversas variedades para cigarros e charutos” [132] e também tratava de selecionar as boas sementes, mas, para “incrementar a produção”, o governo firmou acordos com os campos de cooperação, que, além de fornecer as sementes gratuitamente, os lavradores contavam com assistência técnica em todas as fases da cultura.

O que ocorre, frente a isso, é o fato de que recebiam adubos e inseticidas a preço de custo e tomavam emprestados do Estado quaisquer tipos de aparatos agrícolas. Além do mais, o governo adiantava todo material necessário à construção de estufas-secadoras, que poderia ser pago pelos lavradores em quatro parcelas anuais (O Imparcial, 1939, p. 03). [133]

Para isso, foi investido em boas instalações em Florestal, como as duas estufas para o fumo amarelo, em folhas, galpão para cura natural de fumos mais pesados e fumos para charutos, e armazém para a classificação e cura, pois era um importante campo experimental na produção das boas sementes (Arquivo Público Mineiro, 1937).

---

132 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

133 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 03.

Foram instalados ainda pavilhões para o Serviço de Fomento do Fumo e, além disso, construiu-se o edifício da sede para o Serviço de Fomento do Fumo em Florestal, tendo por responsável o Eng. Paulo Auler (Arquivo Público Mineiro, 1937).

Mas para incrementar a produção vegetal na Estação Experimental, investiu-se na estufa dupla para fumo, no depósito para enfardamento do fumo e no telheiro para embandeirar o fumo, além de galpão para secar o fumo, todos em Florestal, fazendo parte dos projetos organizados pela Secretaria da Agricultura, dentro da pasta de edifícios diversos (Arquivo Público Mineiro, 1937).

E para garantir ou defender a produção que ora se processava no Estado, os produtores contavam com um armazém central em Belo Horizonte, que recebe o fumo, completa seu preparo, classifica e enfarda; e ainda é depositário e intermediário, contando com a instalação de uma prensa elétrica, de grande capacidade de produção, para o enfardamento dos fumos e um aparelho a vapor para a esterilização dos fumos antes do enfardamento (Arquivo Público Mineiro, 1937).

Com isso, o governo superou as expectativas pela fomentação do fumo, pois foram plantados, em 1935/36, 1.854.000 pés de fumo, e a safra de 1935/36 não foi além de 20.000 quilos, ao passo que a atual é estimada em 150.000 quilos, em uma plantação de 4.175.000 pés (O Imparcial, 1938, p. 03).

Em consequência, foram criados, além do que estão sendo instalados, seis núcleos regionais de fomento: São João Evangelista; Ubá; Pouso Alegre; Carmo da Mata; Lavras e Santa Bárbara, responsáveis em receber a produção que intercorre nos oitenta e sete (87) campos de cooperação, nos três semicooperativos e nos três campos experimentais. Para a safra de 1937/38, o governo já conta com mais quarenta (40) campos de cooperação interessado. Para esse fim, já foram instaladas mais 32 estufas, que já estão em pleno funcionamento (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

A cultura do fumo, em Minas Gerais, fez parte do estudo dos solos das diversas regiões do Estado, da topografia e do clima, levando à conclusão de que poderiam produzir variedades de fumo, cada uma de acordo com a peculiaridade de

cada região, de forma que foram produzidos os melhores charutos e cigarros na época, ganhando assim a simpatia dos seus seguidores (O Imparcial, 1936, p. 14, ed. 309).

Garante o Jornal Imparcial (1936), que o sucesso se deve ao operoso empenho de “Israel Pinheiro, o esclarecido” Secretário de Agricultura, que prosseguiu vitoriosa a campanha promovida no Governo Valadares para o fomento da produção do fumo, levando à necessidade de promover a regulamentação da classificação, enfardamento e exportação, visando assegurar a qualidade do produto, gerando melhor aceitação nos mercados consumidores (O Imparcial, 1936, p. 14, ed. 309).

Outra ação observada pelo Jornal Imparcial (1936) foi o investimento em sistemas de transporte eficientes e adequados, como vias de comunicação, facilitando o escoamento do produto para outras localidades, por exemplo, rodovias que ligam áreas a Caxambu (O Imparcial, 1936, p. 14, ed. 309).

Mas cuidaram com esmero do transporte fluvial, que beneficiava áreas fronteiriças à Bahia, tanto que coube aos dois Estados um estudo e uma solução prática de navegação do tão notório rio São Francisco, curso d’água conhecido como rio sem história. Logo, ele escreveria, nas terras que banha, a história do futuro e, com sorte, estariam “cimentando a amizade mineira baiana”, decerto promovida pelos chefes de Estado, Juracy Magalhães e Benedito Valadares (O Imparcial, 1936, p. 14, ed. 309).

## 2.12 Outras culturas

Seguindo na mesma via, faz-se saber que os outros tipos de cultura também se processavam no Estado, como o do milho e o da mandioca; e as culturas frutíferas não foram tão propagadas pelo governo, como o fumo e o algodão.

Nos Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e no Estatuto da Fazenda, elas são referenciadas rapidamente, porém, não ficarão isentas de atenção. Algumas fontes mencionam a cultura da mamona na Fazenda, mas não foi

encontrada nenhuma referência no Estatuto da Escola. Dados da Imprensa Oficial indicam que o governo faz campanha para o desenvolvimento e melhoria da produção dessa euforbiácea.

A Estação Experimental, provavelmente, seja a Estação de Florestal, que trabalha para "determinar as variedades, na melhoria da aclimação e maior rendimento em óleo". Tiveram como resultado a variedade "anã", que, quanto aos requisitos econômicos, foi classificada em: 47% de óleo, boa produção e porte pequeno, o que facilita a colheita (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107). [134]

Pelo serviço de fomento da mamona, distribuiu mais de 50 mil quilos para os Vales São Francisco e do Rio Doce e a exportação ultrapassou mais de 1,5 toneladas no ano de 1935, passando de 14 toneladas no ano de 1936. O fato é que as capitais norte-americanas ficaram animadas com o "surto da nossa produção de mamona" e o governo então instalou dez armazéns de compras, um serviço de rebocadores e chatas, destinados exclusivamente ao transporte, todos no São Francisco, subordinados pela Secretaria da Agricultura (O Imparcial, 1938).

Levando em conta o transcrito no Jornal Imparcial (1938) sobre esse tipo de cultura, a mamona subiu dos limites das possibilidades para se tornar uma esplêndida realidade, basta ver o volume das exportações em baga e as várias instalações de usinas industriais que se espalham em muitas regiões do Estado de Minas Gerais (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

## 2.13 Prato feito: não foi só de arroz com feijão

> Se cultivar a terra é servir a Pátria, cultivar cereais é concorrer para o nosso bem estar e tranquilidade. [135]

134 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 03, 5ª s., ed. 1107.

135 SRB, 1936. Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira é uma associação de produtores rurais que trabalha há mais de cem anos na representação política em defesa do setor agropecuário para o desenvolvimento do Brasil.

De acordo com a Imprensa Oficial de 1937,[136] as culturas do arroz, do milho e do feijão foram categorizadas como de “extraordinário desenvolvimento”, comparado à quantidade exportada em 1933 e 1936, sendo 14.984.461 quilos e 122.305.778 quilos, respectivamente. Mas o que contribuiu para que os campos de sementes continuarem em franca produção foram a distribuição de sementes de centeio, de soja e de feijão de porco, que se somaram ao arroz, ao milho e ao feijão.

> Continuaram em franca produção os campos de sementes do Estado. Foram distribuídos 7.469 quilos de sementes selecionadas de milho; 13.498 quilos de sementes de arroz; 6.714 quilos de sementes de centeio; 11.984 quilos de sementes de feijões diversos; 25.280 quilos de sementes de feijão de porco e 1.080 quilos de sementes de soja (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 46).

Logo abaixo, no quadro 02, estão discriminadas as produções de arroz e de feijão do ano 1931 a 1937, em sacos, no Estado de Minas Gerais.

**Quadro 2** – Produção de arroz e feijão, de 1931 a 1937 em Minas Gerais.

| | ARROZ | FEIJÃO |
|---|---|---|
| 1931 | 3.148.330 | 2.075.882 |
| 1932 | 1.932.730 | 2.313.712 |
| 1933 | 2.457.800 | 1.929.000 |
| 1934 | 2.630.000 | 1.888.400 |
| 1935 | 4.200.000 | 1.880.000 |
| 1936 | 4.600.000 | 3.665.000 |
| 1937 | 5.200.000 | 4.100.000 |

**Fonte**: (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s.). Elaboração própria, 2023.

136 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. p. 46. *Vide* ref.

Na Fazenda Florestal, a área ocupada com a plantação de milho era de doze hectares, onde foi investido na variedade “Casilda” (Estatuto, 1939), que, além de produzir para “silagem”, tinha-se uma grande preocupação em selecionar boas sementes para fornecimento aos lavradores. Ademais, foi construído o “edifício do paiol” para atender de imediato a demanda de produção, fomentando o Serviço de Agricultura em Florestal - Eng. Paulo Auler (Arquivo Público Mineiro, 1937). [137]

A produção de mandioca na Fazenda se destinava à “produção de raízes para alimentação do gado e fornecimento de mudas, possuindo uma área cultivada de dez hectares”. Além dessas finalidades, tem-se como pressuposto o fato de que usavam a raiz de mandioca para produção de farinha, polvilho e mandioca de mesa, porém, na Imprensa Oficial, não foram encontradas referências sobre este tipo de plantação (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 06).

O cultivo de cana de açúcar em Minas Gerais, na década de 1930, obteve resultados satisfatórios, pois o governo alcançou um aumento de produção investindo em vinte e três usinas e vinte e cinco mil engenhos, “destinados ao fabrico de aguardente, rapadura e açúcar instantâneo”, e a área para plantio foi crescendo consideravelmente (O Imparcial, 1939, p. 03).

Em 1931, foram 44.930 hectares de área plantada, ao passo que, em 1937, tinha-se 75.000 hectares. Em 1931, exportou-se 1.298.000 quilos de açúcar, ascendendo para 11.000.000 quilos em 1937, tendo a produção de álcool também elevada de 940.000 litros, em 1931, para 3.200.000 litros em 1937. Fato relevante é que esta indústria empregou 49.532 operários. (O Imparcial, 1939, p. 03).[138]

A seguir, a demonstração do desenvolvimento da cultura da cana de açúcar no Brasil, na década de 1930, exposto no quadro 03.

---

137 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. *Vide* ref.
138 O IMPARCIAL (RJ), 1939, p. 03, 5ª s.

**Quadro 3** – Desenvolvimento da Cultura da cana de açúcar no Brasil - década de 1930

| Cana de açúcar | Área/hectares | Toneladas | Avanço/ton. |
|---|---|---|---|
| 1931 | 44.930 | 50 | 2.253.200 |
| 1932 | 23.190 | 57 | 1.325.060 |
| 1933 | 42.360 | 48 | 2.032.900 |
| 1934 | 70.510 | 49 | 3.454.900 |
| 1935 | 69.000 | 43 | 2.971.000 |
| 1936 | 71.200 | 45 | 3.257.442 |
| 1937 | 75.000 | 50 | 3.650.000 |

**Fonte**: (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s.) Elaboração própria, 2023.

Considerando a cultura do milho no ano de 1936, foram encontrados dizeres bastante inusitados sobre a produção de milho no Estado, por exemplo: acabou-se a lenda do “mineiro planta o milho, o porco come o milho e o mineiro come o porco”; [...] “o povo mineiro colherá os frutos da nova era de prosperidade que estou preparando e que o mineiro não estaria plantando couve, e sim plantava carvalho” (O Imparcial, 1936).

Explicando o enunciado deste trecho, Maciel Filho,[139] como colunista do Imparcial, escreve, em resposta à fala do Governador Benedito Valadares, em “O senso grave da ordem e uma revelação montanhesa”, fazendo uma crítica à grande preocupação do governo quanto ao reflorestamento. Decerto, havia um desleixo com vários tipos de cultura de cereais em Minas Gerais, incluindo a cultura do milho.

Em tal panorama, o que se projeta é que o milho, assim como a cultura de outros cereais, passou por grande crise na década de 1930, pois foram várias referências ao milho, e, diga-se de passagem, críticas bastante curiosas e inusitadas do colunista Maciel Filho, do Jornal, O Imparcial.

Outra crítica do colunista foi quando recusou passear com o Presidente da República, o Getúlio Vargas, em um “churrasco sem farofa”: Ele disse que “ensaiou

139 MACIEL Filho: Foi colunista do Jornal Imparcial (RJ), principalmente quando se refere a assuntos da vida política do país, identificado na década de 1930.

os primeiros passos, mas desistiu", porque, uma canjiquinha de milho verde cheirosa, deliciosa, o convidava mais positivamente. Pois, na falta de outro milho, “o verde é consolação” (O Imparcial, 1936).

Outros fatores também contribuíram para a crise dos cereais, como a Comissão de Tabelamento de 1937, que prometeu baratear os preços de alguns gêneros alimentícios após receber informações seguras dos centros produtores, a respeito do aumento de safras na zona do sul e do norte do Brasil, fazendo declinar alguns preços e outros tabelar, incluindo a carne verde, arroz de todos os tipos, o feijão e o milho, sendo estes os gêneros mais atingidos pelo barateamento.

Tais fatos – ou críticas – explicam a epígrafe no início deste capítulo, expressão que justifica a grave situação da cultura dos cereais, já que a única providência que deveriam tomar é incrementar as plantações, visto que todas as alternativas “são meras medidas de emergência, que não resolvem o problema e até mesmo, podem agravá-lo” (O Imparcial, 1936, p. 9).

Assim, a Sociedade Rural Brasileira (SBR),[140] considerando a gravidade da situação, faz um apelo aos fazendeiros do Estado de São Paulo em 1936: [...] para que todos cultivem “milho, feijão, arroz, etc. Estamos no tempo de preparo da terra e em breve teremos de fazer as plantações” (SBR, 1928, on-line).

E ainda explicou que a falta de cereais é causada pela ausência de cafezais novos, devido à proibição de novas plantações, em virtude da superprodução, uma vez que essas culturas eram realizadas pelos colonos nas veias dos cafeeiros novos, tendo apenas o trabalho de pôr a semente na terra e fazer a colheita, e mais, o preparo da terra e a cultura eram feitos ao mesmo tempo em que os dos cafeeiros, por conta dos proprietários (SBR, 1928, on-line).

Outro fato que a SRB considerou foi a seguinte:

> Consideramos que em 1928, começo da crise cafeeira, tínhamos cerca de 400.000.000 de cafeeiros novos, ocupando uma área de

140 SBR: Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) é uma associação de produtores rurais que trabalha, há mais de cem anos, na representação política em defesa do setor agropecuário para o desenvolvimento do Brasil.

> 200.000 alqueires de terras de mata virgem, derrubadas para plantação do café, cheias de húmus e umidade, de produção extraordinária. Esses cafeeiros estão todos ~~formados~~ e não permitem mais plantações intercalares. Esse fator foi formidável para ocasionar a falta de cereais, que sentimos. Além disso, temos a cultura do algodão, que atrai todos os trabalhadores. A seca, que determinou a diminuição de todas as colheitas, influiu poderosamente para a redução também das colheitas de cereais (SBR, 1928, on-line).

Houve até a criação de uma Lei Orgânica do Estado, com objetivo de apelar também para os prefeitos municipais, determinando a obrigação de fomentar a agricultura no seu município, pelo incremento da cultura de cereais. Em contrapartida, recebem sementes selecionadas para fornecer aos agricultores mediante pagamento, mesmo sendo a prazo.

Finalizando o apelo, ainda confirmou, juntamente ao Estado, com os prefeitos, que, assim como os bancos, para o financiamento, virá em auxílio dos lavradores, para aumentar a produção de cereais, que é a base da nossa alimentação (SBR, 1928, on-line).

Insistindo na cultura do milho, a sua trajetória no país ganhou capítulos invejáveis nos anos seguintes. Atualmente, o Brasil se “consolidou como um dos maiores produtores de milho do mundo”, cenário agrícola transformado no fim da década de 1940, podendo ser traduzido pelo cultivo de milho híbrido, principalmente pela empresa Agroceres, considerando que o milho é um cereal produzido e comercializado por vários países (Coelho, 2017, p. 35).

Esse fato se deve às perquirições científicas de Antônio Secundino[141] quando instalou, em Patos de Minas, a empresa Agroceres, [...] trazendo “mudanças nos padrões de produção agrícola, especialmente da cultura do milho”, pela aplicação de tecnologias mais avançadas de genética vegetal, práticas consideradas modernas, comparando-se às com as práticas de agricultura tradicional (Coelho, 2017, p. 35).

---

141 ANTÔNIO Secundino de São José. Um dos percussores do milho híbrido no Brasil foi o cientista Antônio Secundino de São José, que trouxe essa novidade dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, o milho passou por mais melhoramentos para se adequar ao solo e à temperatura tropical deste país. Pra saber mais sobre o milho híbrido e seu grande difusor. Consultar: COELHO, João Otávio de Oliveira. O milho que vale um milhão: a Agroceres e as mudanças na produção agrícola. *Vide* Ref.

“A importância da produção de milho fez com que a cidade de Patos de Minas, conhecida como terra do trigo e do diamante, fosse transformada em Capital Nacional do Milho”, tendo como um dos precursores do milho híbrido no Brasil o cientista Antônio Secundino de São José, que trouxe essa inovação dos Estados Unidos, que também precisou de alguns melhoramentos para se adaptar ao solo e clima do Brasil (Coelho, 2017, p. 36).

É importante destacar o quanto o desenvolvimento científico pode impactar na vida das pessoas. Frente a isso, a empresa de Secundino foi a primeira a explorar o cultivo do milho híbrido, de forma que também contribuiu na melhoria de plantio, convencendo fazendeiros a utilizarem novas técnicas.

Enfatiza-se que, mesmo assim, havia aqueles que desconfiavam, não acreditando no milho que vale um milhão. Somente após muita insistência, o milho híbrido venceu, aumentando consideravelmente a produção de sementes, quando é comparada a quantidade produzida em 1953, com 500 toneladas, e 2.400 toneladas em 1970 (Coelho, 2017).

Retomando o assunto sobre a cultura da mandioca, (O Imparcial, 1938) não deixa mentir, creditando, conforme as investigações realizadas, que a cultura da mandioca, na década de 1930, foi destaque nas páginas de jornal, em especial no Estado de São Paulo.

Confere o Jornal Imparcial (1938), que este cereal foi de grande valia, pois a produção de mandioca em São Paulo, no ano de 1936, foi de 43 milhões, 493 mil e 711 sacas, ou seja, (quarenta e três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e onze sacas), que valiam cifras superiores a 17 mil contos de réis, e ainda acrescentaram a este a produção de polvilho (O Imparcial, 1938).

Pelos esforços da Secretaria de Agricultura e da Federação Paulista das Cooperativas de Mandioca, o Estado de São Paulo poderá fornecer/produzir quantidades consideráveis de mandioca dentro da quota prevista, que é de dois por

cento para produção de pão misto, uma vez estabelecido pelo Decreto n° 5.879[142], de 12 de abril de 1933 —– que o pão de trigo deveria levar pelo menos 2% de fécula de mandioca em sua composição (O Imparcial, 1938, p. 07). Fato que despertou nos lavradores um grande sentimento de animação.

Pode-se considerar que o governo aproveitou – ou aprendeu – com os problemas enfrentados pela cultura do trigo desenvolvida no Brasil, de forma que, ao colocar na mesa do brasileiro um pão misto, pela mistura de farinha de trigo e farinha de mandioca, resolveria duas questões de uma só vez: primeiro, aumentaria o cultivo de mandioca em todas as regiões do país, em segundo, deixaria de importar uma quantia razoável de trigo. Então, tomado como exemplo, o Estado paulista enunciou no Jornal (O Imparcial, 1938):

> Não será exagero, pois, prevê-se que no mínimo, dentro de três a quatro anos, São Paulo terá produção que, além de atender ao consumo normal da farinha, internamente, ainda poderá dispor de quantidades suficientes para cobrir o total exigido pelo limite da mistura, trinta por cento, que darão aproximadamente, trezentas mil toneladas de farinha raspa de mandioca por ano, eis que, conforme as estatísticas recentes, o consumo anual de farinha de trigo em nosso país ascende já a quase milhão de toneladas. [...] E baseado em cálculos atuais [...] fará com que o Brasil deixe de importar cerca de duzentos e cinquenta mil contos de trigo (O Imparcial, 1938, p. 05, ed. 1019).

A instituição do pão misto, assim foi tratada na época, pela decisão do Secretário de Agricultura de São Paulo, o Dr. Mariano Wendel, quando resolveu transformar a mandioca numa dessas mais robustas fontes econômicas de São Paulo, justificado pela baixa exigência quanto à qualidade do terreno, para a cultura de mandioca.

Mas, para a fabricação de farinha de mandioca para pão, foram montadas no Estado, nesta fase inicial, dez usinas de secagem, que contaram financeiramente

142 ALSP. Assembleia Legislativa de São Paulo. Decreto n° 5.879, de 12 de abril de 1933: Institui a Comissão do Pão Misto e dá outras providências. Ver Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. *Vide* ref.

com o apoio da Secretaria de Agricultura, intermediados pela Federação das Cooperativas do Estado Paulista. (O Imparcial, 1938). Valida-se desta maneira, que os produtos extraídos da raiz de mandioca ganharam o gosto popular.

Em Belo Horizonte, no Instituto João Pinheiro, foi “criada uma padaria e uma seção industrial para a produção de farinha de mandioca destinada à panificação” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 47), no entanto, merece destaque um anúncio encontrado no Jornal Imparcial (1938), que faz referência ao decreto do pão misto:

> Recebemos do senhor Ignácio Zurita Júnior, de Araras (Estado de São Paulo) um mostruário de diversos produtos obtidos com a Fécula de Mandioca (mistura de farinha de trigo com vinte por cento de farinha de mandioca). O talharim e as diversas massas confeccionadas com a Fécula de Mandioca que tem a marca Zurita, bem como a farinha Mandiopão, para a fabricação de pães são de ótimo paladar e de grande valor nutritivo.
> Podemos observar que a execução do decreto que obriga o pão misto pode ser realizada sem prejuízo de paladar e do valor nutritivo dos pães e massas alimentícias, representando uma economia inestimável para as finanças nacionais (O Imparcial, 1938, n.p., ed.1026).

Seus nomes mais populares são mandioca, macaxeira e aipim. Na América do Sul, a mandioca do tipo Manihot Esculenta Crantz é o segundo alimento mais consumido, sobretudo pelos países subdesenvolvidos, perdendo apenas para o arroz, em quantidade energética. Segundo divulgação da EMBRAPA (2024) no que se refere à alimentação e agricultura o Brasil se coloca como o quinto maior produtor mundial de mandioca, contribuindo com 5,7%, estando à frente de Gana, Tailândia, República Democrática do Congo e Nigéria (EMBRAPA, 2024, on-line).

Quanto ao cultivo no país, todos os Estados foram privilegiados, pois esta cultura é de fácil adaptação e ocupa o sexto lugar em valor de produção, destacando-se como um dos oito primeiros produtos agrícolas em relação à área cultivada. De modo geral, 40% das raízes são destinadas à produção de farinha, 20% para produção de amido e o restante é destinado ao uso, como mandioca de mesa e alimentação animal (EMBRAPA, 2024, on-line).

Aliás, os pequenos produtores são os principais responsáveis pela cultura da mandioca no Brasil podendo ser produzida em pequena escala, não exigindo grande eficiência, que os impeçam de plantar (EMBRAPA, 2024, on-line). [143]

Retomando – e finalizando – este capítulo, sobre a cultura do milho na Fazenda Florestal, ratifica-se que este é um tipo de cultura ainda muito praticado, principalmente como silagem para alimentação do gado. Todavia, o milho ganha destaque em diversos projetos científicos, tanto no campus de Florestal quanto no Campus da universidade em Viçosa e em Rio Paranaíba,[144] concentrando-se na área de Ciências Agronômicas, como objeto de estudo em projetos de teses, dissertações, etc., sempre em busca de melhoramento dessa cultura.

## 2.14 Os aromas e sabores da fruticultura

No tocante à fruticultura, corrobora-se que sobrava espaço para grande plantação de laranjeiras na Fazenda Florestal, que se destinava à produção de borbulhas para enxertia e ao estudo de variedades. A campanha incentivada pelo governo "fornecia mudas aos agricultores e facilitava o combate às pragas", pois estas últimas estavam trazendo enormes prejuízos aos laranjais.

Outras culturas frutíferas também foram beneficiadas, como as mangueiras, os abacateiros e as bananeiras, que, conjuntamente, sobressaíram árvores frutíferas de clima frio, como os pessegueiros, ameixeiras e as figueiras (Arquivo Público Mineiro, 1939, p. 06). [145]

Em tais adequações, a fruticultura no Estado ganhou cuidados especiais, pois o incentivo e a assistência espalharam por todas as zonas, que, apoiados pela

143 CULTURA de mandioca: Para saber mais sobre a cultura da mandioca, assim como, as suas variedades de uso industrial, variedades de mesa, tecnologias de manejo e outros. Ver: Embrapa, Mandioca e Fruticultura. HTTPS://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca.

144 CAMPUS pertencente à Universidade Federal de Viçosa – UFV (MG).

145 ARQUIVO Público Mineiro. Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939. Mod. 2. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939 p. 06.

Secretaria de Agricultura, influenciaram todos os tipos de cultura. Foram instalados packing-house. [146]

Nessa mesma esteira, acentua-se que a cidade mineira de Leopoldina foi agraciada com um dos mais modernísimos centros de fruticultura, além da sua grande capacidade. Foi criada uma estação de vitivinicultura em Caldas e uma cooperativa que produziam excelentes tipos de vinhos, fabricando, em 1937, 1.100.000 litros de vinho, mais que a metade produzida no município, valorizada em 1.600:000$000. Todos no mesmo padrão (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

No ano de 1936, foram produzidas muitas variedades de mudas e enxertia pelas Estações Experimentais: As videiras foram as vencedoras, com 53.687 mudas produzidas, seguidas pelas laranjeiras, com 24.652 mudas e, na sequência, vieram os abacateiros, com 4.057 mudas.

As ameixeiras, seguidas pelas mangueiras, por pouco não empataram, foram 896 e 863 mudas consecutivamente. Na casa dos quinhentos, as jabuticabeiras, com uma produção de 541 mudas e os pessegueiros com 508; na sequência, os caquizeiros, com 450 mudas e os limoeiros com 415.

As mudas de uva do Japão ou o cajueiro japonês ficaram com 371 unidades; as de abieiros e figueiras empataram em 211, e as de cajueiro foram 202, seguidas por 201 mudas de frutas do conde e 195 de peras.

As mudas produzidas de uvaia e sapoti também empataram em número, no total foram 100 de cada. Quanto às mudas de macieira, foram produzidas 74, enquanto os marmeleiros foram 52; e, como última colocada, ficou a pitangueira, com apenas 05 mudas produzidas (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

Em diferentes localidades do Estado, também desenvolviam a cultura frutífera: o sul do Estado de Minas contribuiu com as plantações de marmelo, e, enquanto Leopoldina exportava laranja para a Inglaterra. Em Caldas, pela estação de vitivinicultura, eram fornecidas mudas e enxertos aos viticultores da região,

146 PACKING-HOUSE. Galpão de empacotamento ou casa de embalagem, lugar\armazém que recebe os produtos agrícolas para processamento antes do envio aos mercados.

oferecendo também assistência técnica de combate às pragas (Arquivo Público Mineiro, 1937).

O Campo de Maria da Fé era um grande pomar que distribuía dezenas de milhares de mudas e enxertos de plantas frutíferas e cuidava do plantio de bosques de essências, complementado pelo Horto de Cataguases, que cuidava do plantio de diversas essências florestais, composto de início por 32 bosques de um hectare de espécies diferentes (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

A cidade de Andradas recebeu um "moderno laboratório de análises munido de vários aparelhos"; a cultura do cacau estava sendo experimentada nas zonas do Mucuri e Rio Doce, pela Estação de Figueira, que também desenvolvia a cultura da mamona e do algodão (Arquivo Público Mineiro, 1937).

Em Teófilo Otoni, criou-se uma Estação Experimental, porém, não foi identificado o que ali se cultivava. Mas, em São Francisco, além de cereais, cultivava-se a mamona e também o algodão; já, em Carmo da Mata, havia as culturas de essências florestais, citros e cana de açúcar.[147] No entanto, a Estação experimental de Belo Horizonte era responsável:

> Pelo estudo da adaptabilidade, pureza e produtividade de novas variedades vegetais, a competição entre as melhores variedades de batatas, algodão, mamonas e trigo, a produção de frutas citrícolas, do abacate e da manga, as experiências sobre enxertos, processo de conservação e embalagem, produção de mudas de essências florestais e flores, a análise das terras, adubos, inseticidas e experiências de adubação, o estudo das pragas, e nela estão instalados laboratórios de química, fitopatologia, entomologia e botânica (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed. 1107).

Mas o governo tinha outras preocupações além do fomento da produção de frutas no Estado, precisou investir em postos de expurgo para combater "uma das mais terríveis pragas do café". E para combater essa "Broca", foram expurgados ou limpos 1.682.733 sacos para transporte de café, fora outros objetos utilizados na colheita.

147 O IMPARCIAL (RJ), 1939.

Para tal feito, certifica-se que ele adotou o serviço chamado repasse, para eliminar os possíveis focos, serviço que pode ser entendido com uma segunda colheita. Pela seção técnica, criou e disseminou a vespa de Uganda[148] como inimiga da Broca e iniciou as fiscalizações temporárias (O Imparcial, 1938, p. 13, ed. 992). [149]

Postula-se também que outros Estados contribuíram com a cultura da laranja, como a Estação Experimental de Citricultura de Alagoinhas, na Bahia, que, no ano 1936 forneceu aos citricultores baianos mais de vinte mil mudas “selecionadas e rigorosamente sãs, notadamente da laranja tipo Bahia” (O Imparcial, 1936, p. 10, ed. 359).

Durante o ano de 1936, produziram cento e vinte mil enxertos para fornecer em 1937, quantia que, juntas ao ano anterior, garantirá aos citricultores uma boa perspectiva de melhoria dos seus pomares, com mudas imunes e selecionadas. Mas como garantia de sucesso, outros aspectos precisam ser avaliados, como a construção e instalação de frigoríficos, elementos essenciais para o alargamento da fruticultura na Bahia, devendo ser instalados em frente aos armazéns do Cais do Porto (O Imparcial, 1936, p. 10, ed. 359).

Tanto que estes elementos contribuíram para a melhoria das frutas exportadas, que, se comparados o ano de 1936 aos anos de 1928 a 1932, a produção atingiu 13 mil contos, contra seis mil contos em cinco anos, resultado do plano de fomento agrícola que formou campos de sementes em diferentes locais do Estado, e que, em suas instalações, preocupou-se com os estudos sobre as tendências e as possibilidades de cada região, obedecendo aos programas especializados (O Imparcial, 1936).

---

148 VESPA de Uganda: O parasitoide Prorops nasuta, conhecido como vespa de Uganda, foi importado no ano de 1929, com o objetivo da sua utilização no controle biológico da praga. Após a criação e multiplicação em laboratório, a vespa foi liberada em diversos municípios do Estado de São Paulo (Hempel, 1934). Os produtores também estabeleceram criações rurais em suas propriedades e relatos posteriores afirmaram o estabelecimento do parasitoide em muitas fazendas, reduzindo a população da broca. Para saber mais sobre a história da broca do café no Brasil: Disponível em: < http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb_anais/simposio6/288.pdf>.

149 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 13, 5ª s. ed. 992.

## 2.15 O pão de cada dia

Pelo Instituto de Pesquisa de Minas Gerais (IAMG), a primeira remessa de trigo que chegou ao Estado foi trazida pelos imigrantes europeus, o trigo do tipo “Tri ticum aestivun L.”, entrando inicialmente no Triângulo Mineiro, lugar onde eles se encontravam instalados, de maneira que as primeiras pesquisas com este cereal se deram em meados dos anos 1920.

As primeiras iniciativas de melhoramento do trigo ficaram registradas entre os anos 1928 e 1930, desenvolvidas pelo pesquisador Augusto Grieder, obtendo as variedades “Araxá, Monte Alto e Mineiro”, e assim, os trabalhos com o trigo continuaram no Estado, pelo Instituto de Pesquisa de Minas Gerais (IAMG) em 1934 (Silva, 2017).

Em se tratando de trabalho, as iniciativas do Governo Valadares foram determinantes, em 1934, pela Estação Experimental de Patos, e as experiências de genética que ali foram feitas, tiveram assim, nas palavras do Professor Azzi, “plena confirmação de seu acerto”, tanto que “a Companhia de Moinhos Minas Gerais, a que o Estado concedeu favores, já recebeu as suas instalações e, até o próximo ano, deverá iniciar a moagem desse precioso cereal” (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 45).

O Caboclo foi a variedade de trigo mais cultivada em Minas Gerais, na localidade de Montes Claros, que, apesar da rusticidade, poderia ser cruzada com outros tipos de trigo, de forma a melhorar a “qualidade e quantidade” pelo estudo genético. Mas o tipo Florence também foi testado, além de outras variedades de origem estrangeiras, todavia, as variedades locais extremamente rústicas merecem destaque, pois poderão ser aproveitadas ou melhoradas por cruzamentos entre si mesmas ou com outras variedades exóticas (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 45).

De acordo com o Jornal Imparcial (1938) obtiveram, na cidade de Patos de Minas, pelo Campo Experimental, resultados satisfatórios para a cultura do trigo e criou, em Figueira, um Campo de Experimentação para os produtos mais adequados da zona do Rio Doce. Concordando com o relatório apresentado pelo professor

Azzi,[150] sobre as possibilidades da cultura do trigo em Minas Gerais, pelos pontos de vista agrológico, climático e genético[151]:

> Nos terrenos de Patos, encontra-se uma mancha com alguns milhares de quilômetros quadrados de superfície, de terra 'poenta', que, além de sua fertilidade, apresenta qualidades físicas verdadeiramente notáveis. A terra poenta possui grande permeabilidade, contrabalançando a eventual ação prejudicial das chuvas excessivas durante o nascimento e o perfilhamento - enquanto, em épocas de seca, conserva grau elevado de umidade, que permite a planta desenvolver-se normalmente, apesar da falta de chuvas.
>
> Quanto a Montes Claros, acha que, sendo a situação mais favorável no que diz respeito à umidade relativa, é, entretanto, menos favorável o regime pluviométrico. Sobre o solo desta região, declara serem suas condições mediocremente favoráveis, pela absoluta dominação dos solos *Tauá,* rasos cascalhamentos e pouco resistentes à seca (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 45).

A Estação Experimental de Montes Claros iniciou os estudos de melhoramento do trigo pela seção da genética do tipo Florence, que se destacou em comparação ao "Instituto e a Puza 4", sendo que esta última não prevaleceu. Portanto, cruzaram a variedade do tipo Montes Claros e Florence, gerando uma linhagem híbrida chamada BH, 52-36, altamente resistente à ferrugem, quando em competição com as melhores variedades cultivadas. Fato é que a produção por hectare foi bastante elevada, merecendo "francos elogios" de técnicos, quando o trigo de Patos foi exposto em Farroupilha (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed. 1107).

E o governo de Minas intensificou a campanha do trigo no Estado, que, em parceria com o governo federal, ansiava "libertar o país do peso de mais de 600.000 contos anuais, com aquisição de trigo estrangeiro". Então, o governo mineiro não mediu esforços para fomentar a cultura do trigo, nas zonas aconselhadas pela experiência técnica e os trabalhos que têm sido realizados.

---

150 AZZI. Professor Girolano Azzi, catedrático de Etiologia Agrícola na Universidade de Perugia, Itália, diretor do Serviço Nacional de Meteorologia Agrícola de Roma e presidente do Centro Internacional de Agricultura de Roma, que se achava no Rio, a serviço da União. (Arquivo Público Mineiro, 1937, v.1. p. 45.).

151 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107.

Desde 1934, foram coroados com êxito, tornando um dos Estados indicados a suprir com sua produção o consumo interno, uma vez que, além de estabelecer campos de cooperação para as demonstrações técnicas exigidas pela cultura, colocou à disposição dos agricultores batedeiras mecânica para o beneficiamento (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed. 1107). [152]

Na revisão da literatura foi possível observar que a Fazenda de Florestal não foi a principal responsável pela produção e estudo do trigo, uma vez que foram estudados os solos de Montes Claros e Patos, sendo este último considerado ideal para a cultura do trigo, pois ficaram esclarecidas as diversas condições técnicas exigidas para esse tipo de cultura, e verificadas, assim, por uma autoridade de valor, ou seja, as grandes possibilidades na região de Patos, de forma que o governo incrementou, “em linhas amplas, a campanha do trigo” naquela região (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 45).

Assim como outros produtos, a cultura do trigo, no Brasil e no Estado de Minas Gerais, parece ter superado as possibilidades de produção. De acordo com o Jornal Imparcial (1938) a “Companhia de Moinhos já se pode entregar ao plantio sistemático e em grande escala, após as acuradas experiências e ensaios efetuados”, mas era preciso precaução, por causa do problema dos moinhos, pois esses “moinhos eram detentores da importação e moagem desse importante cereal” [...]. (O Imparcial, p. 03, 5ª s., ed. 1107).

Além do que, esses moinhos “elevam o capital de suas companhias [...] valorizando, estimativamente, suas máquinas e instalações, de modo que, se o Governo não gostar da alta e desapropriar os moinhos, fará um péssimo negócio”, com o pão que não é nosso (O Imparcial, 1937, p. 05, ed. 572).

Ademais, percebe-se que era contraditória a história dos moinhos estabelecidos no litoral, porque, pelo mesmo Jornal Imparcial (1937), esses moinhos são considerados como sendo a tranca completa à cultura do trigo nacional, pois a quantidade colhida não encontra mercado fácil, e o que pagam ao agricultor é

152 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 03, 5ª s., ed. 1107.

apenas metade do valor do produto em comparação ao trigo similar estrangeiro, que, segundo o jornal, esta situação, é fruto de um acordo firmado entre o governo anterior, permanecendo o atual em plena inércia (O Imparcial, 1937).

Na verdade, compreende-se que o cultivo do trigo no Brasil passou por altos e baixos, ora por questões políticas, ora por fatores fitossanitários. Seu cultivo foi se consolidando nas décadas de 1960 e 1970, período em que o governo incentivou a produção criando infraestrutura e suporte, garantindo preço e crédito, além de contar com o clima favorável do Rio Grande do Sul (CONAB, 2017, on-line).

De 1935 a 1937, foram experimentadas diversas variedades de trigo provenientes de outros países, como Itália, Argentina, Uruguai e do próprio Sul do Brasil, que, em ordem decrescente, essas foram as mais importantes: Fronteira; Granadeiro; Klein 33; Palesantheim; Rio Sulino e Cariota Strampelli (O Imparcial, 1938, p. 03, 5ª s., ed.1107).

Com isso, o Governo Federal autorizou uma série de medidas de incentivo à triticultura. Uma delas, no entanto, foi a criação do Posto de Multiplicação de Sementes em Patos de Minas, em 1937, tendo desenvolvido, em 1948, os primeiros cultivares de trigo indicadas para Minas Gerais, a Quênia 155 e a Salles. Mais tarde, foi desenvolvido outras cultivares, como a “BH 4041, Horto e BH 1146”, esta última indicada para Minas, “devido à sua rusticidade e a sua tolerância ao calor, ao alumínio e à seca” (CONAB, 2017, on-line).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB),[153] eram “notória a aptidão do cerrado mineiro para a cultura do trigo” e mesmo o governo incentivando, não houve um crescimento significativo da triticultura no Estado até início dos anos 1970, pois o agricultor não acreditava que essa nova cultura pudesse ser tão atrativa como outras culturas tradicionais (CONAB, 2017, on-line).

153 CONAB: A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, desde 23 de janeiro de 2023, por meio do Decreto n.º 11.401. A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional. Ver: Conab - Institucional

Mas este cenário se reverte em meados dos anos 1970, visto que a cultura do trigo voltou a ser cogitada no cerrado mineiro, que prosperou, sendo desenvolvida em áreas maiores, apoiada pelos incentivos do governo, pelas pesquisas e pela lucratividade.

Com esse cenário, a cultura do trigo em Minas Gerais continua promissora. Mesmo “presente em 74 municípios de seis microrregiões, a região Alto Paranaíba possui a maior parte, cerca de 45% da área total [...] e o município de Ibiá, no Alto Paranaíba, apresentou a maior área de trigo do Estado na safra 2015/2016” (CONAB, 2017, on-line).

Fechando a história da Escola Agrícola pelo capítulo “O pão nosso de cada dia”, atualmente, a ala agrícola da Fazenda Florestal se encontra dividida em vários setores, atendendo os cursos da área rural, como o Curso Técnico em Agropecuária e os Cursos Superiores de Agronomia, de Gestão Ambiental e de Biologia, pelas aulas experimentais, tanto no campo quanto nos laboratórios.

Em cumprimento aos princípios de indissociabilidade, ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a “Escola Agrícola” não lida com grandes produções de plantas, de cereais ou de árvores frutíferas. Infere-se que as culturas desenvolvidas na escola são em pequena escala, de forma a contribuírem para a construção do conhecimento humano, pela expansão da ciência e pelas aulas experimentais.

# CAPÍTULO 3

## 3 DENTRE MORTOS E FERIDOS, OS MENORES SE SALVARAM! [154]

Neste terceiro capítulo, a pretensão é apresentar a Escola Agrícola pelas pastas dos alunos, apontando alguns aspectos apreendidos pela análise documental, como forma de estabelecer uma narrativa acerca da instituição da Fazenda-Escola de Florestal, inaugurada em 1939.

Diga-se de passagem, as pastas foram os únicos documentos preservados pela instituição, e que, mesmo estando arquivados e bem-organizados, já entrou em vigor a "Resolução CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e o Sistema de Arquivos da Universidade federal de Viçosa" [155].

Nessa perspectiva, a dissertação evocou Le Goff (2013, p. 545), quando este afirma que "o documento não é inócuo", podendo ser "resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente", de fatos da época, das pessoas que o produziram, mas também de épocas que o sucederam, dos motivos que continuam guardados.

Pode ser que os documentos estejam esquecidos, talvez estejam sendo manipulados, consultados, silenciados, mas o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser, em primeiro lugar, analisados, desmistificando-lhe o significado aparente.

Neste contexto, Le Goff (2013, p. 549) alerta para outras maneiras de abordar um documento[156], evidenciando que o importante é não isolá-lo do conjunto de monumentos de que faz parte, e sim dar o devido valor ao ambiente em que foi produzido.

---

154 O TÍTULO: esse título sugere informar que dentre todos os documentos produzidos pela instituição no período pesquisado, encontram-se na instituição, apenas as pastas dos menores (1943-1948).

155 RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de estão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

Portanto, disponibilizar-se-á neste capítulo, as pastas dos alunos como principais fontes primárias, documentos produzidos pela instituição no período de 1943 a 1948. No entanto, complementar-se-á com informações da Imprensa Oficial da década de 1930 a 1940. Mas antes de aprofundar os detalhes apreendidos pela análise das pastas, é preciso esclarecer alguns aspectos a respeito da educação quando tomada como instrumento da política econômica de governo.

## 3.1 Entre a lida e a escola

No Brasil, a preocupação em formar trabalhadores para o campo em seu *locus* produtivo – a fazenda – remonta ao século XIX e em Minas Gerais. Consolidando tais prospecções, as instituições de ensino agrícola surgem a partir de 1906, porém, extintas, em sua maioria, em meados da segunda década do século XX (Versieux, 2010). No decorrer da primeira metade deste mesmo século, há uma predominância demográfica da zona rural sobre a urbana, conforme os censos demográficos de 1940 a 1960, todavia, tal predominância se altera paulatinamente, se comparar os resultados dos censos de 1960 e 1970 (Horta Filho, 2016).

Ademais, deve-se considerar que o rural era pensado numa dimensão bem diferente da que se conhece no tempo atual, já que o Brasil todo era como um grande campo e a vida na cidade ainda eram incipientes (Neto e Camargo de Oliveira, p. 107).

Dado a esse cenário, é válido descortinar que, na fazenda, as iniciativas do governo mineiro em formar trabalhadores para o campo e do campo se tornou realidade. No ano de 1935, foi criada a Estação Experimental como projeto econômico de fomento à agricultura e pecuária do Centro-Oeste mineiro, passando, mais tarde, à Fazenda Modelo, tendo por finalidade formar “o trabalhador do campo e os administradores de fazendas”, pela instalação de uma escola na Fazenda no ano de 1939, projeto que se estendeu a todo o Estado de Minas Gerais.

Pela Imprensa Oficial (1937):

> Quando nos referimos ao Ensino Agrícola e ao Serviço de Produção Animal, há toda a conveniência no agrupamento das organizações congêneres, para uma ação de conjunto, facilitando e barateando ao Estado a sua manutenção. Com esse propósito estamos construindo junto à Fazenda uma escola para administradores de fazendas e uma escola para trabalhadores rurais. Outros serão os resultados do ensino rural quando o aluno puder aprender na prática direta de uma exploração industrial em grandes moldes, ao invés de fazê-lo em pequenos campos de demonstração como é costume nas atuais escolas rurais (Arquivo Público Mineiro, 1937, p. 51). [157]

Nessa medida, o período de governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1937, apresenta-se sob uma configuração política e socioeconômica muito específica. Por um lado, é marcado por lutas ideológicas em torno da forma do regime político, da atuação governamental para a superação da crise econômica. [...]. Mas, por outro lado, a "chamada Era Vargas com suas inovações, rigor de desmandos cristalizou-se como representação de um tempo no qual o Estado interveio para uniformizar vários aspectos da sociedade brasileira" (Gatti Júnior e Guimarães, p. 165-166).

Para Paulo Brandi (2010), a década de 1930 foi um período em que a educação no Brasil se tornou um instrumento do Estado, regida pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas, formando a base ideológica da nação, de certa forma ficando sob a guarda e controle do Estado.

Segundo o autor, foi uma época de exitoso culto à Pátria, pois havia alguma esperança no novo poder, e "o discurso pedagógico dos ideólogos do Estado Novo e os compêndios escolares tornaram-se recorrentes" [...] a exemplo das "mais de duas mil escolas nos núcleos de colonização alemã, notadamente no Sul do país foram nacionalizadas". Em Minas Gerais, não foi diferente. Sobre este contexto temporal, Alves (2014) adverte que:

> A escola em Minas Gerais no período do Estado Novo se acharia vinculada ao ideário do regime autoritário, seria um vetor importante

157 ARQUIVO Público Mineiro. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1937. v.1. *Vide* ref.

> do projeto de reconstrução da nacionalidade, atuaria reforçando aspectos estratégicos, tais como, o culto aos heróis, aos símbolos da pátria, a valorização da raça e do trabalho. Fazendo, portanto, do espaço escolar ambiente destinado especialmente à veiculação de valores (Alves, 2014, p. 67).

John Wirth (1982) caracteriza Minas Gerais como uma contradição: estabelecera relações complexas com unidades mais ricas e dinâmicas do Sul do Brasil, mas também mantinha ligações com regiões do Norte, bem menos desenvolvidas que as mineiras, por conta de sua privilegiada posição central, via de passagem, verdadeiro entroncamento econômico do país.

Minas Gerais era bem provida de energia e outros recursos e estava entre as três principais unidades em produção industrial, transporte e renda estadual. Em contrapartida, tinha renda per capita deficiente, índice alto de analfabetismo e saúde pública precária (John Wirth, 1982, p. 07).

Sobre o ensino profissional agrícola em Minas Gerais, algumas observações são apontadas pelo Jornal Imparcial (1938), como “uma das benemerências do Governo Benedito Valadares” pelo “carinho e dedicação dispensados ao Ensino Profissional Agrícola”. Pelo discurso do governador, “um dos pontos do seu programa de ação, que o governo tem estudado mais demorada e solicitamente, é o que concerne ao ensino das profissões rurais” (O Imparcial, 1938).

De acordo com Valadares, era “por deficiência de orientação prática, diminuta ou quase nula”, e o papel que ele exercia era o condicionamento das atividades rurais que, de certa maneira, subordinam-se na maioria em “processos arcaicos e pouco produtivos” (O Imparcial, 1938). [158]

Sua proposta era de um ensino vivo que formasse a mentalidade do homem do campo e, desde logo, o vinculasse à terra pelo trabalho compensador e garantido, pois o que se tinha era um ensino fora das condições de vida do aluno, incapaz de lhe assegurar o futuro. Contudo, existem exceções, visto que “o moço que se destinava ao mister da lavoura e da criação” tinha que buscar sustento nas

158 O IMPARCIAL (RJ), 1938.

cidades, exercendo atividades diferentes daquelas em que o Estado o preparou e gastou (O Imparcial, 1938).

Um dos objetivos do governo era abranger todos os graus de ensino, tendo o ensino primário agrícola como base principal, pois a ele incumbe a tarefa importantíssima de penetrar a grande massa das populações rurais, preparando-as para trabalho mais rendoso e produtivo, dentro do quadro das possibilidades econômicas de cada zona. Ademais, a agricultura e a veterinária devem ser professadas em escolas distintas (O Imparcial, 1938).

O que se percebe nas pontuações acima é uma justificativa do governo para colocar seu projeto econômico em prática à custa de formar a mão de obra para trabalhar nos campos experimentais já existentes, como núcleos de propaganda dos melhores processos de cultura da terra, posto que fosse, nas zonas rurais, a fixação das escolas de agricultura, mas tendo a capital como sede mais conveniente às escolas de veterinária, pois nelas é que existem as instituições e laboratórios indispensáveis à parte experimental do seu curso (O Imparcial, 1938).

O ensino secundário foi pensado para formar capatazes, mão de obra que lidasse com a vida diária nas fazendas, uma vez que a situação reclamava grandemente esta modalidade, dada a sua influência imediata no aperfeiçoamento agrícola do Estado. Desta sorte, a Escola Superior de Agricultura de Viçosa, além de formar técnicos agrícolas e ministrar ensino prático a fazendeiros, funciona como intermediário da Secretaria de Agricultura na direção do serviço de fomento agrícola na Zona da Mata mineira (O Imparcial, 1938, p. 04).

A Escola Superior de Veterinária de Belo Horizonte foi criada ao lado do Serviço de Produção Animal do Estado, do Instituto Biológico e do recinto da Feira de Gado, na Fazenda Gameleira. O Instituto João Pinheiro foi reformado para atender as profissões relacionadas às atividades agropecuárias, pela prática das pequenas indústrias caseiras aconselháveis aos meios rurais e em atendimento à demanda da produção vegetal, e a Escola de Horticultura de Itajubá recebeu aparelhamento para o ensino das indústrias derivadas (O Imparcial, 1938, p. 04).

Para a aprendizagem das indústrias de carnes e laticínios, o governo instalou, em Juiz de Fora, a Escola Cândido Tostes, que dispunha até de um laboratório de fermentos para queijos. Já o Instituto Barão de Camargos ficou incumbido com as especialidades da cultura do chá.

Outras escolas também foram criadas, como a Escola Adelaide Andrade em Rio Branco, a Escola Padre Sacramento em São João Del Rei, o Aprendizado José Gonçalves de Ouro Fino, o Aprendizado Carlos Prates de Itambacuri, o Instituto Bueno Brandão de Mar de Espanha e as Escolas Reunidas da Fazenda Florestal, inauguradas no município de Pará de Minas, aqui pesquisada (O Imparcial, 1938, p. 04, 5ª s., ed. 1107).

No entanto, o Estado subvencionou alguns estabelecimentos particulares de ensino agrícola, como a Escola Dom Bosco de Cachoeira do Campo, a Escola Agrícola de Lavras e a Escola de Agricultura de Passa Quatro, além das Escolas "Alfredo Pinto" e "Lima Duarte", sendo estas duas últimas reformadas para receber um Centro de Observações e Pesquisa, atacando "o problema de assistência em todos os sentidos" pela convocação de "técnicos dedicados aos estudos sociais" [159] dos menores (O Imparcial, 1938, p. 04, 5ª s., ed. 1107).

As iniciativas contemplaram a criação de instituições, tanto no âmbito urbano como no rural, com maior ênfase neste último. Foram muitas as instituições criadas pelo governo e pelos particulares, sendo que a maioria foi de iniciativa do governo, e as que foram criadas pelos particulares foram subvencionadas pelo erário público. (Gonçalves, 2004, p. 226).

Perquisições sobre a educação no período republicano em Minas Gerais assinalam que [...] "a classe agrícola, a quem o governo dedica esforços para afastá-la da cega rotina que vai seguindo, vai lucrar muito com a fundação das fazendas modelos" (Gonçalves Neto; Camargo De Oliveira, 2019, p. 110).

Com o objetivo de programar culturas no Centro-Oeste mineiro, o governador Benedito Valadares resolveu criar uma Fazenda Modelo na Vila Florestal, no

159 O IMPARCIAL (RJ), 1938, p. 04, 5ª s., ed. 1107.

município de Pará de Minas. Acerca disto, postula-se que foi, por um lado, atendendo às expectativas dos fazendeiros em formar mão de obra de que o campo tanto carecia, e, por outro, preparar trabalhadores com melhor rendimento e produção.

Em tal premissa, o que se pressupõe é que a Fazenda-Escola funcionou como um Patronato, no período de 1943 a 1948, quando passou a ministrar curso primário profissional com ênfase agrária a alunos menores nos moldes de internato.

Investigando sobre os Patronatos Agrícolas, estes foram criados em um momento crítico do Brasil, devido às tensões nas grandes cidades nos anos de 1914 a 1918, consequência da Primeira Guerra Mundial, em que a carestia e o custo de vida se elevaram.

O movimento migratório explodiu, levando proprietários rurais e governo a dispensarem as atenções à mão de obra nacional, criando os Patronatos Agrícolas, com propósito de atender crianças e adolescentes oriundas dos grandes centros, com sentidos direcionados de “regenerar e disciplinar” (Camargo, 2017). [160]

Mas, na verdade, estas instituições tinham outros objetivos também, como o de favorecer a produção agropecuária e equilibrar o número de indivíduos que migravam do campo para a cidade, caracterizado pelos menores abandonados ou aqueles sem meios de subsistência, discurso que levou o ensino rural ser introduzido no ordenamento jurídico brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

Convocando Magalhães (2004, p. 116) ele admite que “o reforço da componente institucional com recurso ao internato e ao curso como estratégia de permanência, sequência e consequência, materializando um estar e um fazer pedagógicos e didáticos”. Dessa forma, o “aprofundamento e efetivação do dizer, revela-se uma condição para a apropriação educativa”.

O tempo de ação é fundamental para a constituição do suporte técnico de uma educação básica, “quer no que se refere à aprendizagem dos saberes curriculares, quer na disciplinação e na interiorização de normas, atitudes e valores -

160 CAMARGO, Angélica Ricci. MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. Patronatos Agrícolas. 2017.

instrução, socialização, participação, responsabilização, subjetivação" (Magalhães, 2004, p. 116).

Dentro desse contexto, o que interessa de fato é apresentar a Escola Agrícola pelas pastas dos alunos, trazendo à tona os menores que frequentaram a Fazenda-Escola no período de 1943 a 1948, buscando compreender o seu cotidiano pelos sujeitos envolvidos e pelas atividades ali desenvolvidas.

Magalhães (2004) alerta que, num passado não muito distante, a criança foi tomada como sujeito educacional e, na Escola Agrícola de Florestal, inaugurada em 26 de abril de 1939, era admitida a matrícula de menores com idade média de doze anos, que, quando adquiriam a maioridade, não permaneciam na escola, a não ser que fossem admitidos para trabalhar com a lida no campo.

A Escola Agrícola de Florestal era controlada pelo chefe ou superintendente do Departamento de Ensino Técnico, subordinada à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais. Era uma escola subvencionada pelo Estado, com ensino gratuito, de controle rígido e organizado, exclusiva para meninos.

Tanto que, para ser internado, quanto para ser excluído, havia um ofício de autorização. Os alunos apenas se ausentaram do local por motivo de férias, doença ou por ordem dos órgãos competentes e a pedido dos responsáveis. Mas antes, tinham que ter permissão por escrito do secretário municipal de agricultura da cidade de Pará de Minas, intermediado pelo chefe do serviço escolar da fazenda (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948). [161]

Foi contabilizado por esta pesquisa um total de 265 alunos que frequentaram a Escola Agrícola no período de 1942 a 1948, porém, foi identificado apenas um aluno no ano de 1942, entretanto, não foi encontrado o seu prontuário.

---

161 PASTAS dos Alunos: Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola. Documentação arquivada no Registro Escolar da CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de estão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

Fazendo as contas, foi contabilizado, no ano de 1943, um total de 62 alunos; em 1944, foram 64 alunos, diminuindo para 48 alunos no ano de 1945; um pouco mais em 1946, totalizando 57 alunos; uma diminuição considerável em 1947, caindo para 20 alunos. No ano de 1948, foram localizados apenas 02 prontuários, mas sem identificação ou ficha de inscrição, e contém um total de 10 alunos envolvendo todos os anos.

Quanto à procedência dos alunos, a maioria possuía naturalidade mineira. Mas vieram o Jorge da Costa Lima, do Distrito Federal, e os dois irmãos Elias e Elídio Meira de Vasconcelos. Do Rio de Janeiro, vieram o Cosme Damião Ramos, o Francisco de Assis Sabino e o Francisco Simeão dos Santos. Paulistas, foram quatro: Benedito Rodrigues da Silva, Eurípedes Pereira, Jurandy Pinto do Amaral e Manuel Anselmo, enquanto de Goiás, veio o Carlos Lombardi, e, do Espírito Santo, apenas o Luiz Costa Muniz.

Mesmo a maioria dos alunos sendo mineiros, despertou a curiosidade: apenas um menor que residia na Vila Florestal frequentou a Escola Agrícola, matriculado no Curso Elementar, justificado pelo fato de ser filho de um funcionário que prestava serviço para a escola. Entretanto, pelo que foi identificado, ele não ficou muito tempo neste estabelecimento.

Havia uma grande mobilidade de alunos de outras escolas. Os menores transitavam entre a Granja João Pinheiro de Belo Horizonte, o Instituto Barão de Camargos de Ouro Preto, a Escola Adelaide de Andrade em Rio Branco, o Instituto Bueno Brandão de Mar de Espanha, o Aprendizado José Gonçalves de Ouro Fino, entre outros. Defronte a esse quadro, o que se induz é que a maioria desses menores que vinham transferidos era procedente do Grupo João Pinheiro de Belo Horizonte.

Pela ficha de inscrição, o aluno/menor, para ser internado, precisava apresentar toda a documentação exigida, como certidão de nascimento, atestado de saúde, **atestado de pobreza**, cartão de vacina, além de vir acompanhado pelos pais ou alguém responsável; todavia, para ser aceito, também passava pelo teste admissional.

O curso de admissão tinha duração média de seis meses, um prazo em que os alunos aprendiam Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais e Língua Pátria, sem se esquecer dos saudosos ditados. Pelo que foi analisado, esse teste era condição obrigatória e o seu resultado definia em que série seria o aluno matriculado.

É válido discernir que o ensino era gratuito, e quando já internados, os menores recebiam roupas e calçados, além de assistência médica e dentária; até o dinheiro para pagar a jardineira, que era o veículo de transporte que fazia o percurso da fazenda à capital, eles recebiam. Dado a isso, nota-se:

> Secretaria de Agricultura, Departamento de Ensino Técnico: Satisfazendo vosso pedido, comunico-vos haver o S.R. Secretário autorizado a internação, na Fazenda Escola Florestal, do menor [...] Neste Departamento serão fornecidas as passagens na jardineira para condução do menor e da pessoa que o acompanha até a sede do referido estabelecimento. Saudações. Superintendente do Departamento. Em 16 de abril de 1948. Hugo Alves Prado. Ordem de Internação. (Pastas dos Alunos, 1948, n.p.). [162]

Pouco se sabe ou pouco se fala nesses menores. Havia órfãos de pais falecidos, órfãos abandonados e órfãos de pais desconhecidos. Mães e pais sem condições financeiras de criar estes meninos aparecem em maior número. Havia também mãe “sem condições morais”, pai ou mãe sem saúde, e um caso apresentado em uma das fichas de um aluno identificado como “Sebastião de Tal”.

Quanto às declarações étnico-raciais, não foi possível aprofundar em tais informações sobre todas as fichas, ora por ausência de dados, ora pela falta de um lugar adequado que pudessem ser manipuladas com segurança, uma vez designar documentação tão antiga.

---

162 PASTAS dos Alunos: Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola. Arquivados na CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

Mas dentro do número total de inscritos, foram identificados 125 alunos, contendo alguns documentos que permitiram caracterizá-los: a maioria era de cor branca, totalizando 70 alunos; 33 se identificaram como de cor morena; apenas 01 se colocou de cor mestiça; 10 alunos se consideram negros; 09 se declararam de cor parda e 02 alunos se disseram ter a cor da pele clara; e aqueles que não foram possíveis de identificação pela cor, totalizaram 140 alunos.

Em relação às disciplinas, pelo menos, as teóricas eram ministradas por professoras: nos 3º e 4º anos de 1943/44 do curso elementar, constam as professoras Dolores Luiza Zuim Toffano e a professora Elza Zuim; no 2º ano básico de 1943, a professora Helena de Paula. Analisando a documentação, foi notado que elas transitavam em todas as séries tanto quanto nas disciplinas, contribuindo com seus ensinamentos de 1º ao 4º ano.

Havia o curso especial ou 1º ano básico apontado pelas fichas de inscrição. Nessa via, pelo que pôde ser apurado, era um modelo de ensino integrado ao curso primário, o qual constava as seguintes disciplinas: Língua Pátria, Geografia e História do Brasil, Aritmética e Geometria.

Como provas mensais, os alunos resolviam questões de Noções de Agricultura, Língua Portuguesa, Desenho, Noções de Cousas (por exemplo, conhecimento do corpo humano, das plantas, dos aparelhos de medida e fenômenos naturais, enquadrado atualmente por física, química e biologia), História e Geografia do Brasil, completando com questões de Noções de Contabilidade, Educação Sanitária, Higiene e Socorro, Composição (redação) e teste de Bovinos de Leite, informações colhidas nas provas anexadas à pasta de aluno de 1945.

Havia o Curso Elementar, com as disciplinas de Ciências Naturais, Aritmética e Geometria, destacando a Língua Pátria em todas as modalidades de ensino. No ano de 1947, a Escola Agrícola já oferecia o Curso Rápido de Tratorista, com aulas de Ciências, de Agricultura e de Matemática. Também foi observado que a disciplina de Língua Pátria vinha relacionada à vida no meio rural e ao trabalho, que logo é

exemplificada por uma história apresentada em uma das atividades distribuídas para os alunos na disciplina supracitada (Pastas dos alunos, 1943 a 1948). [163]

> Vocês já leram a história do Patinho feio?
> Pois quem escreveu essa história, e muitas outras que vocês tanto apreciam, teve uma vida maravilhosa! Esse escritor, que foi também ator e cantor, chamava-se Andersen. Com 12 anos trabalhava durante o dia e à noite frequentava a escola dos pobres. Divertia-se escrevendo peças cômicas para serem representadas num teatrinho de bonecos, para os quais ele mesmo fazia esquisitas vestimentas. Lutou muito. Aos 18 anos, Andersen encontrou um amigo que lhe deu meios para se instruir. Não se envergonhou de voltar para a escola, de se misturar com meninos de dez e doze anos. Nunca desanimou. Queria vencer. E venceu! Tornou-se em pouco tempo um escritor célebre, admirado por todos e muito querido das crianças Disciplina de Língua Pátria-3º Ano. (Pastas dos Alunos, 1944, n.p.).

Ficou constatado que muitos dos alunos que ali estudaram permaneciam após a maioridade, provavelmente prestando serviços à Fazenda-Escola de Florestal em troca de aprendizado, emprego ou trabalho, pois foi identificado nas pastas um pedido de certidão de contagem de tempo de serviço, expedido pela então Universidade Federal de Viçosa, em 1977, e um comunicado de prestação de serviços em 1948, com os seguintes dizeres:

> [...] em 01 de abril de 1943 foi transferido para esta Escola, então Fazenda-Escola de Florestal, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, onde continuou a prestar serviços gratuitos a título de aprendizado, frequentando o Curso Básico de Agricultura, até 16 de outubro de 1945, num total de 949 (novecentos e quarenta e nove) dias, perfazendo tudo um total geral de 1.353 (mil trezentos e cinquenta e três) dias, com jornada diária de oito (8) horas de aulas e trabalho. Contagem de Tempo de Serviço. (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

163 PASTAS dos Alunos: Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola. Arquivados na CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de estão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

> Senhor Superintendente: Comunico-vos que, nesta data, foi excluído deste estabelecimento o aluno [...] que, tendo terminado o curso de Máquinas Agrícolas de Tração Animal, foi admitido como operário da Escola. Saudações atenciosas. O Diretor, 13 de setembro de 1948. Comunicado de Exclusão e Aproveitamento nos Serviços da Fazenda (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

No primeiro caso, o aluno, além de ter prestado serviços a esta Escola, veio transferido da Escola de Menores, Adelaide Andrade, em Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, instituição em que havia prestado serviços também a título de aprendizagem, de 1942 a 1943, perfazendo um total de 404 (quatrocentos e quatro) dias. Já o segundo caso, trata-se de um comunicado de permanência do aluno como operário, após conclusão do curso de máquinas e exclusão como aluno do estabelecimento.

Pelo que foi apurado, em dezembro de 1948, formaram ou estava acontecendo a 2ª turma do Curso de Tratoristas, fase de transição entre o curso primário e o ensino secundário, período em que a Fazenda-Escola de Florestal passa a se chamar Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF). Ademais, continuava a ofertar ensino para trabalhadores que lidavam com a terra e com a vida na roça.

O que se tece, neste quadro, é que havia preocupação com a leitura e a escrita, pois as cartas eram os principais meios de comunicação na época. A cordialidade e o respeito entre os envolvidos com a Escola Agrícola, como pais, funcionários e os responsáveis pelos alunos, transbordavam nas correspondências. De acordo com o constatado, essas são algumas das expressões identificadas nas pastas:

> ‘Valho-me da oportunidade para apresentar a vossa excelência meus atenciosos cumprimentos’; ‘subscrevo-me com o testemunho de minha respeitosa estima’; ‘aproveito o ensejo para apresentar a vossa excelência meus protestos de grande estima e consideração’; sem mais, mais uma vez agradeço as suas considerações e aqui fica o amigo e colega grato’; ‘atenciosas saudações’; ‘prezadíssimo tenente, aceite minhas saudações’; entre tantas outras expressões de cordialidade (Pastas dos Alunos, 1943-1948, n.p.).

A disciplina era fator primordial dentro da Escola Agrícola, pois a não obediência, o desrespeito aos superiores, a prática de atos libidinosos, as brigas entre colegas, as fugas e até mesmo a ausência de comunicação entre os alunos que iam para casa e não retornavam na data combinada eram motivos de exclusão do estabelecimento. Imediatamente, era comunicado ao superior o motivo da saída do aluno ou o não retorno, que deveria também ser autorizado, comprovado pela ordem abaixo:

> [...] o referido aluno, em virtude de haver completado 18 anos em junho passado, pediu sua exclusão e deveria ficar na Fazenda-Escola como assalariado. Acontece, porém, que antes de obter o despacho do senhor secretário, desrespeitou o encarregado do internato, tenente Jarbas, tendo seu gesto largamente repercutido no estabelecimento. Como medida punitiva imediata expulsei-o da Fazenda-Escola, dando-lhe passe e recursos para se juntar à sua família em São Paulo. Dessa forma aguardo a solução do pedido feito pelo referido aluno, ficando sem efeito a comunicação relativa ao emprego no mesmo prometido. Pedido de Ordem de Exclusão. (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

No entanto, frente a essa discussão, foi notado um aluno que era motivo de orgulho para a instituição, pois, em sua transferência para o Patronato Adelaide Andrade, as recomendações foram as seguintes:

> Inteligente e muito trabalhador. Tem um caráter elevado e uma dignidade que pode ser classificada a primeira entre todos os alunos do curso. Aconselha sempre os colegas a cumprir seus deveres. 1943 - agosto - foi matriculado no curso especial. Setembro foi excluído do curso especial e seguiu para Barbacena, a fim de especializar-se em sericicultura. Voltou de Barbacena após concluir seu estágio e em janeiro de 1944 fez o teste na Fazenda-Escola novamente, sendo matriculado no 1º ano do curso básico. Carta Recomendação para Transferência de Aluno. (Pastas dos Alunos, 1944, n.p.).

Desta feita, havia aluno que se orgulhava de estudar na Fazenda Florestal, fato comprovado em carta endereçada ao Senhor Floriano de Paula, Diretor da Escola Agrícola, por um pai de aluno. E as palavras foram essas:

> Muitas respeitosas saudações! Esta é para agradecer, não só em meu nome, como da mãe do [...], as atenções que o senhor lhe tem dispensado, bem como cuidados e zelos. Ficamos muito satisfeitos com o aproveitamento que o [...] demonstrou ter obtido na Fazenda Escola de Florestal, que ele gaba, e onde se sente bem. Queira o Exmo. Senhor aceitar as nossas felicitações e votos de estimas pessoais. Correspondência Aluno12. (Pastas dos Alunos, 1944, n.p.).

O atestado médico era essencial para ser admitido na Escola Agrícola, o aluno deveria estar em pleno gozo de saúde física, mental e livre de moléstias, observado de acordo com o seguinte:

> Atesto que o menor [...], com 13 anos de idade, não sofre de moléstia infectocontagiosa e não possui defeitos físicos que o impossibilite trabalhar em campo e oficinas. O referido menor possui carteira de saúde, fornecido pelo Centro de Saúde da Capital. B. Hte, 15-XII-940. Atestado Médico. (Pastas dos Alunos, 1940, n.p.).

Para reforçar, a carteira de saúde vinha acompanhada pelo certificado de vacinação contra varíola, doença viral altamente contagiosa (Atestado Médico, 1940). Já o atestado de pobreza era documento crucial para ser internado na Fazenda-Escola Florestal. São vários os motivos expostos na emissão desses documentos, de modo que são apresentados três modelos ou motivos para que os alunos fossem internados:

> Atesto que o menor [...] é órfão de pai e mãe sendo indigente, por isso o seu irmão [...] deseja seu internamento em uma instituição deste Estado.
>
> Atesto que [...], pai do menor [...] é cego e não dispõe de recursos para criar e educar seu dito filho.
>
> Atesto que o menor [...], filho de Maria de Jesus e de pai incógnito, foi criado por Maria; que a mãe do dito menino está, pela informação que me prestou a mãe de criação, em lugar incerto e não sabido; que a referida mulher que o criou é pobre, reconhecidamente, e, além disso, amasiada, sem posses morais para educar o menino, razão por que precisa ser internado em um estabelecimento de amparo aos menores, o que afirmo sob a responsabilidade de meu cargo. Juiz de

> Direito de Jacutinga. Atestados de Pobreza. (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

Cabe pontuar ainda que as fugas sempre aconteciam, e a exclusão do aluno era o caminho mais curto tomado pelo chefe escolar. Os meninos que se adaptaram aos costumes e à cultura de vida na fazenda se certificaram em curso primário profissional como administradores de fazendas. Contudo, muitos deles não continuaram. Outro ponto importante é que qualquer ato de desobediência era documentado e dificilmente tolerado:

> Lamento ter de comunicar-lhe haver fugido desta Fazenda-Escola, na madrugada de hoje, o aluno [...], não se sabendo o seu paradeiro. Fica o referido aluno definitivamente excluído do estabelecimento, pois aqui é uma Escola e não temos muros nem guardas para deter os alunos. Permanecem os que desejam estudar, conseguir uma profissão rural. Comunicado de Exclusão. (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

Há também o motivo da exclusão acompanhado de ofício que explica o assunto, assim como qualquer acontecimento que merecesse ser observado, como comportamento, baixo rendimento escolar e problemas de aprendizagem, inclusive teve um aluno caracterizado como “retardado, atrasado”, por ter dificuldades em aprender.

Nesse cenário, há outro que brigou com o colega e foi expulso, mas o responsável pela escola pediu encarecidamente ao secretário para mantê-lo no lugar, pois precisava dele nas tarefas da fazenda.

De acordo com ofício enviado ao superintendente da Escola Agrícola, era preciso excluir um aluno, já que ele apresentava “comportamento amoral”, fugia à noite do dormitório, dando mau exemplo aos demais colegas. Assim como havia também outros motivos que aqui não convém ser abordados.

É perceptível que a vida na Fazenda-Escola era difícil, longe dos pais, muitas regras, provavelmente trabalho pesado, motivo pelo qual muitos alunos não permaneciam na instituição. Inclusive, a regra é “que deveriam manter-se ocupados

os alunos para que não procurassem caminhos tortuosos" (Correspondência, 1943 a 1948, n.p.). Pois era de total importância para os pais oferecer uma educação digna aos filhos, e o internato na Fazenda-Florestal foi muito bem recomendado.

Conforme constatado, respalda-se que a Fazenda-Escola teve os seguintes diretores entre 1943 a 1948: Tenente Jarbas B. do Vale, 1943 e 1944; Francisco Floriano de Paula, 1945; Silvio Gabriel Diniz, 1945 e 1946; Custódio Batista de Castro, 1947 e 1948; retornando com Jarbas B. do Vale em 1948, que, neste mesmo ano, passou a direção para o Geraldo Corrêa, assessorado pelo encarregado da escola, José de Loth Machado Filho. Outro detalhe é que o Tenente Jarbas volta em 1946, assinando ofícios, como encarregado do serviço escolar.

Chama a atenção também os testes realizados pelos alunos, comprovando já possuírem o curso primário em outras instituições. Neste caso, levanta-se a desconfiança de que nem todos os alunos eram pobres. Pode ser que alguns deles estivessem em busca de uma profissão, outros talvez em busca de um emprego. Quem sabe muitos eram filhos de fazendeiros.

Para cursar o ensino primário na Fazenda-Escola, precisava ser interno, no entanto, foram identificadas várias cartas de recomendação dos próprios pais, ou responsáveis, ou tutores, que, endereçadas ao Secretário de Agricultura de Pará de Minas, solicitaram uma vaga no estabelecimento.

Quando os alunos eram admitidos na Fazenda-Escola, prestavam exames de conhecimento, testes estes que definiam em qual série deveriam frequentar. Os testes aplicados se referem às matérias de Matemática, Língua Portuguesa e Ditado. Em um dos registros, um determinado aluno, reprovado nas práticas de avicultura e suinocultura, em 1945, foi chamado de atrasado*,* no que concerne ao conhecimento do curso primário; portanto, não poderia concluir ou exercer a função de capataz.

Outro detalhe importante que foi encontrado é o fato de que, datado em 1946, existe um ofício em resposta aos pais de alunos, do encarregado do Serviço Escolar, o Senhor Jarbas Alves Brasileiro do Valle, informando que não existia, naquele momento, o Curso de Capatazes, posto que o curso que o aluno frequenta

o dará maiores conhecimentos da vida rural, e se completo, o dará o diploma de Administrador de Fazenda.

Conforme as disposições apresentadas acima foram identificadas que em 1946, já não oferecia mais o curso de capatazes, mas sim um Curso Primário Profissional, com técnicas para administrar as fazendas.

No ano de 1948, também foi encontrado, em algumas pastas, “Certificado de Conclusão do Curso de Máquinas Agrícolas e Tração Animal”, e em outras pastas, havia outros dizeres: Curso Técnico. Alguns alunos que concluíram o curso em 1948 foram direcionados para o ensino secundário, e, conjuntamente, fariam o Curso de Tratorista. De mais a mais, é bom frisar que era um momento de transição, em que a Fazenda-Escola de Florestal passava à Escola Média de Agricultura de Florestal, oferecendo ensino técnico agrícola.

Em face de tal quadro, atendendo às expectativas, a Fazenda-Escola ofereceu vários cursos no período de 1939 a 1948. Em um primeiro momento, capacitou fazendeiros pelos cursos rápidos e práticos, cujo lema era “aprender fazendo e vendo fazer”.

Em 1943, a Fazenda-Escola passa a abrigar menores, oferecendo ensino primário profissional com ênfase agrícola, e no “regime de internato e o ensino elementar, que formava o lavrador ou capataz, peças chave para o trabalho agrícola”, atuando na modernização da produção agrícola e na sociedade mineira e brasileira (Paes, 2017, p. 08).

Em um segundo momento, ocorreu a formação de capatazes. O que se sedimenta é que, pelos registros, aqueles que não possuíam habilidades para os estudos, para além do curso elementar, apenas recebiam o certificado de capataz. Pelas análises, este curso tinha uma duração de pelo menos dois anos e meio, dependendo do rendimento do aluno.

No terceiro momento, houve a formação no Curso Primário ou Curso Elementar, ou seja, o indivíduo diplomado em curso primário com aprendizado das disciplinas básicas, como Língua Portuguesa, Geometria e Aritmética, História e Geografia do Brasil, somado à Língua Pátria.

Em quarto momento, a formação no Curso Primário Profissional em Administração de Fazendas. De acordo com a documentação, alguns alunos concluíram esta modalidade, também chamada de Curso Básico ou Curso Especial, na qual os menores aprendem conhecimentos básicos do curso primário, mas se profissionalizam ao cursarem as disciplinas teóricas e práticas de agricultura e pecuária.

No ano de 1942, foi encontrado apenas um registro de aluno que frequentou a Escola Agrícola, mas não foram localizados quaisquer tipos de documentos que pudessem detalhar sua passagem pela escola. No ano de 1943, foram identificados 62 alunos que passaram pela Escola Agrícola.

Em 1944, foram 64 menores internados; já no ano de 1945, esse número caiu, a Escola Agrícola recebeu o total de 48 internos; mas, em 1946, esse número melhorou, foram matriculados 57 menores, porém, em 1947, poucos meninos compareceram, e a Escola Agrícola recebeu apenas 20 menores. Em 1948, quando já em período de transição para a Escola Média de Agricultura, apenas dois alunos foram matriculados no Curso Primário (Pastas dos alunos, 1943 a 1948). [164]

De um total de 265 menores que passaram pela Escola Agrícola nesse período, 10 deles foram identificados simplesmente pela data de entrada, pois constaram apenas seus nomes nas fichas, sem maiores explicações. Alguns nomes foram registrados por terem sido incluídos em ofícios de internação ou exclusão, e outros nomes são mencionados em fichas ou pastas de outros alunos.

Pelo que foi possível averiguar, dentre o número total de alunos, 14 deles concluíram o curso de capataz, visto que muitos buscavam apenas o curso primário, não interessando-se pela profissionalização. Alguns não conseguiram concluir, pois eram solicitados pelos pais para ajudar no sustento da casa, e alguns deles eram

164 PASTAS dos Alunos: Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola. Arquivados na CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de estão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV. Para ver a resolução completa. *Vide* Ref.

transferidos para outros institutos por ordem de seus tutores, e poucos não quiseram continuar.

Uma grande parte dos menores já possuía o ensino primário, mas precisavam repetir, uma vez que, ao passar pelo teste de admissão, alguns até regressaram às séries. Existiam também as permutas entre menores de outros estabelecimentos. Craseado a isso, foi percebido que havia uma grande amizade entre todos os internatos para menores que ministravam ensino agrícola em Minas Gerais nesse mesmo período.

Quanto aos cursos práticos e rápidos, certamente existiram, pois foi encontrado um certificado da Divisão da Escola Agrícola, em que o Sebastião de Tal (este é o nome descrito na ficha), recebeu o certificado do Curso Individual, habilitando-o a atuar nas atividades de avicultura e suinocultura, e ratifica o seguinte: “Certificamos que o aluno Sebastião de Tal matriculado nesta escola sob o nº 113, praticou durante o período de três meses, nos trabalhos concernentes à Avicultura e Suinocultura”. 16 de Novembro de 1945 (Certificado de Conclusão, 1945, n.p.).

Quanto à relação dos menores que frequentaram a Escola Agrícola de 1942 a 1948, foi optado listar todos os alunos, classificando-os por ordem alfabética e separando-os por ano de entrada. São eles:

> -1942: Adhemar Felipe da Silva;
> -1943: Ademar Olímpio Rodrigues, Afonso Paulino da Silva, Alberto Fernandes Monteiro, Altair Andrade, Altivo Ferraz de Souza, Alvarino Nicolau Venâncio, Antônio Augusto de Melo, Antônio Augusto de Sousa, Antônio da Costa, Antônio José Bráz, Antônio Machado, Antônio Pinto, Arnaldo Nascimento Ferreira, Aroldo Almeida, Aurino Alves de Sousa, Benjamin Bruzzi de Carvalho, Carlindo Martins Romão, Carlindo de Abreu, Cariolano Bruzzi de Carvalho, Carlos Lombardi, Ciro Veloso dos Santos, Cristiano Daniel da Silva, Cristóvão Machado, Enock Olímpio dos Santos, Flávio Renalt Xavier, Francisco de Assis Sabino, Gabriel Andrade, Geraldo Fraga, Geraldo de Oliveira Lessa, Geraldo dos Santos, Geraldo Pereira da Silva, Gilson Campos, Iraci Resende, Ivo Galvão, João Antônio de Almeida, João Batista Rios, João Gino da Costa Filho, José Ferreira da Silva, José Gomes, José Gonçalves, José Marcino Gomes, José Pereira da Silva, Jurandy Pinto do Amaral, Leopoldino Reis, Luiz Costa Muniz, Manoel Soares de Oliveira, Manoel Vieira, Mário Baracho, Mário de

Oliveira, Matozinhos de Almeida, Melodivo Teixeira de Oliveira, Moacir Cardoso França, Onofre Maximino da Silva, Osvaldo Cardoso, Paulo da Mota Bastos, Sebastião de Freitas Filho, Sebastião Fabiano de Oliveira, Sebastião Felix de Carvalho, Sebastião Matias Pereira, Sebastião Milanez, Valter Araújo, Valter Martins, Vanderlei Medeiros, Vicente Antônio da Silva, Vicente de Paula Freitas, Vitor Dornas de Aguiar;

- 1944: Ademar Raimundo Trigueiro, Afrânio Magalhães, Afrânio Neves de Oliveira, Alamiro Lopes de Resende, Amável dos Santos Carvalhaes, Amilton José dos Santos, Alonso Pereira da Silva, Antenor Ferreira Ribeiro, Antônio Sanches, Atílio Eny Pereira, Carlos Eduardo da Rocha, Celso Justino da Rocha, Claudino Jacinto, Clóvis Fernandes dos Santos, Djalma de Freitas, Durvalino Vitoriano, Elísio Braga de Oliveira, Euclides José da Silva, Eurico Vitral, Evy Luzia da Silva Mota, Francisco de Assis da Silva, Francisco Simeão dos Santos, Gabriel Arcanjo Costa, Geraldo do Carmo Nascimento, Gercino Alves Melo Júnior, Gervaldo Rodrigues Pereira, Gilberto Figueiredo, Guilherme Rodrigues Filho, Hélio Costa, Hélio José de Souza, Hélio Rodrigues de Almeida, Hipólito Monteiro de Barros, Homero Valadares, Idelvan Alves Teixeira, Ildel Pontes Tavares de Albuquerque, Irineu Bernardes de Souza, Jacir Silva, Jairo Pantaleão da Cruz, João de Deus, João Cláudio Lopes do Amaral, Joaquim Afonso de Freitas, Joaquim Pinto Baeta, Jonas Borges da Veiga, José de Alencar Teixeira, José Maria Trigueiro, José Penedo, Luiz Carlos de Andrade, Luiz Marilac da Silva, Manoel de Paula Araújo, Manoel Pereira da Silva, Mário Rosa, Milton de Freitas Bezerra, Nélio Torres Monteiro, Nelson Aguiar Viana, Nestor Paulo Guimarães, Oswaldo Alves de Faria, Otávio Vaz da Silva, Paulo Afonso Correa, Paulo Batista, Sebastião Fábio Lopes do Amaral, Silvio de Carvalho, Tardieu Altino de Figueiredo, Ulisses Ferreira, Vicente Américo, Vicente dos Santos, Wilson da Silva;

- 1945: Afonso Domingos da Silva, Alberto Augusto dos Santos, Alberto Daglimar Júnior, Antônio Maria Álvares da Silva, Antônio Joaquim dos Santos, Álvaro Raimundo Guimarães, Arnaldo Nascimento, Arnaldo dos Santos Mesquita, Artur Silva, Ataíde José dos Santos, Benedito de Carvalho Ferreira, Benedito Rodrigues da Silva, Célio Raimundo Ribeiro, Celso Costa, Crispim Bruno da Silva, Derby Alves Liberato, Durcélio Vitral Correia, Edson de Souza, Fausto Alves da Silva, Fausto da Silva Filho, Genesco Aparecido de Oliveira, Geraldo Magela do Nascimento, Gil Vitral, Helvécio Antunes Siqueira, Hely Gonçalves Magalhães, Hermógenes Lopes da Silva, Ildeu Dirceu Prudente Duarte, Ivan Hamilton de Oliveira, João Batista Magalhães, José Cláudio Fernandes, José Sabiá de Souza, José Pereira dos Santos, Lauro Fabiano da Cunha Souto, Leonardo Barbosa Duarte, Luiz Carlos Alves Ferreira, Marco Silvio Alves Pereira, Mário de Almeida, Milton Linhares, Murilo Maia Arantes, Neil Dias Duarte, Olinto Lopes de Figueiredo, Oscar Campos Filho, Osman Vicente Ferreira, Osvaldo Resende Júnior, Paulo Alves da

> Silva, Sebastião de Tal, Severiano Pereira dos Santos, Vicente de Moura, Vicente Gomes, Vitor Rabelo da Silva;
> - 1946: Adelmo Macedo, Agostinho Aguiar, Alcides Marques Filho, Agostinho Aguiar, Aminadabe Ferreira César, Antenor Rosa, Antônio Afonso Reis, Antônio Gomes da Silva, Antônio Lisboa, Antônio Miguel de Freitas, Antônio Mourão Gomes, Antônio Tomaz Ridolfi, Antônio Urias Fernandes, Bernardino Martins Quintão, Cosme Damião Ramos, Décio Lívio Brasileiro, Durcélio Vitral Correa, Elias Meira de Vasconcelos, Elídio Meira de Vasconcelos, Ely Araújo de Souza, Eurípedes Pereira, Fábio Tunes, Fernando Amâncio da Silva, Fortunato Aldo Ridolfi, Francisco Cândido Dias, Hélio Corrêa, Hélio Gomes, Hélio Gomes de Oliveira, (são dois) Hildo Gualberto de Melo, Joaquim Policarpo Nunes, Jorge da Costa Lima, Jorge Hanum Filho, José Amâncio Torres Filho, José Gonçalves da Silva, José João, José Pereira Fróis, José Ridolfi Júnior, Juarez Cristóvão de Almeida, Juarez Davi Freire, Juvenal José Firmino, Laerson de Oliveira, Lázaro José dos Santos, Manoel Anselmo, Marcus Ferreira Vilhena de Moura, Mauro Cecílio de Araújo, Mauro Lauro Marques, Mauro Quintão Queiroz, Mauro Vilhena de Moura, Olavo Madaleno de Oliveira, Pedro Rego, Sebastião Pereira de Oliveira, Teodolino de Castro Magalhães, Urbaninho Pereira de Souza, Vicente Miguel de Novais, Vicente Pereira Baeta, Waldemar da Costa Leite, Zilton Ribeiro Patrocínio,
> - 1947: Antônio das Chagas Barbosa, Antônio Teixeira de Lima, Aurélio Ferreti, Celso Alves Ferreira, Domingos Marcos Zarattini, Geraldo Pereira dos Reis, João Mendes Cruz, José Costa, José Márcio Zarattini, Lourival Silvério da Silva, Luiz de Gonzaga Alves Pereira, Luiz Gonzaga de Araújo, Mauro Alencar dos Santos, Mauro Maurício Moreira, Milton Guilherme, Onofre Fernandes Alves, Paulo Honório Souza, Valter Felix da Silva, Vicente da Paz Pinto, Vicente dos Santos;
> - 1948: Anísio Correia da Silva, Pedro Tocafundo; (Pastas dos Alunos, 1943 a 1948, n.p.).

Concordando com Magalhães (2004, p. 71) “as instituições são como organismos vivos, são grupos sociais, são pessoas que se angustiam, pensam, decidem, analisam o presente, fazem planos para o futuro e fazem balanço do próprio passado”. Dado a isso, a história da Fazenda Florestal se constituiu e vem se constituindo de episódios do passado e das práticas humanas, no tempo e no espaço, envolvendo e transformando várias gerações (Grifos Nossos).

O autor ainda incrassa que:

> Em regime de internato, a instituição escolar é uma instância educativa total, na qual é possível: considerar, entre outros, os fatores de integração e de acompanhamento; analisar as instâncias de socialização, alteridade, autonomização, mobilização; reconsiderar os conceitos de aprendizagem, ativismo pedagógico, experiência emocional. Mas a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos (Magalhães, 2004, p. 116).

Ao que tudo indica, a Fazenda Florestal faz parte dessa reconstituição histórica sobre Educação Rural como o processo de modernização das técnicas de produção rural, mas também, uma preocupação com a infância desvalida e para a preparação técnica Influenciada por características norte-americanas do período investigado. Pode ser entendido como um sistema que não cogita formar cidadãos críticos e ativos na sociedade, apenas formar os estudantes, com capacidade de exercer atividades práticas, ou seja, de se tornar mão-de-obra útil para o mercado.

Deste modo, ao apresentar o internato pelas pastas dos alunos foi tirada do corpo a roupa que durante muito tempo cobriu os menores que frequentaram a Escola Agrícola entre 1943 e 1948 e assim podemos deferir que os meninos anteriormente mencionados, são representantes da história da educação agrícola de Minas Gerais, máxime, da Fazenda-Escola de Florestal.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se conduziu, em princípio, pela produção de um conhecimento de cunho histórico sobre a trajetória da Fazenda-Escola de Florestal, inaugurada em 1939 como Fazenda Modelo, oferecendo ensino primário com ênfase agrícola para fazendeiros e trabalhadores do campo.

A partir dessa ideia direcionamos nossos olhares para a fazenda, surgindo assim, o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre seu processo instituinte, de forma a contribuir com a produção de um conhecimento de natureza histórica no campo da História da Educação Profissional no Brasil, em especial sobre uma instituição agrícola.

Lançou-se mão do referencial teórico da História das Instituições Educativas, cunhado por Justino de Magalhães (2004), sobretudo em seu livro Tecendo Nexos. Tal referencial nos foi preponderante, uma vez ter construído para que entendêssemos as questões históricas, sociais, políticas, econômicas e as circunstâncias locais, regionais e nacionais.

No entanto, procurou-se explorar o que de concreto existia, como: as escrituras públicas dos imóveis da Vila Florestal (1935-1941), o Estatuto da Fazenda-Escola de 1939, as Pastas dos Alunos que frequentaram a Escola Agrícola no período de 1943 a 1948, até que, após uma busca mais apurada nos meio digitais, foi localizado no site do Arquivo Público Mineiro, um rico acervo documental referente à Fazenda Florestal, no período investigado, como os Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e os Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais e O Jornal – O Imparcial – disponibilizado pela Biblioteca Nacional on-line.

Nessa medida, esta dissertação se baseou na seguinte problemática: como se deu o instituir da Fazenda Florestal no período de 1935 a 1948? Em primeira mão, a partir de uma leitura minuciosa das escrituras públicas, podemos inteirar que a Fazenda Florestal foi fundada em 1935 como uma Estação Experimental de Agricultura de Minas Gerais por Benedito Valadares, no Centro-Oeste mineiro, como

parte de um projeto político-econômico, visando desenvolver a agricultura e a pecuária no Estado.

Para a realização de tal processo, foram desapropriados diversos imóveis na Vila Florestal,[165] e, por consequência, várias pessoas precisaram deixar suas residências, suas vidas e recomeçar em outros lugares. No trato destas injunções, o Governo ganhou muita visibilidade com este projeto, não sendo à toa que este feito foi destaque na Revista da Produção e em outros meios de comunicação, como o Jornal Imparcial do Rio de Janeiro, um importante veículo disseminador dos principais acontecimentos na época, disponibilizado pela Biblioteca Nacional on-line.

Em segundo plano, foi possível certificar que a fazenda recebeu a Escola Agrícola em 26 de abril de 1939, como parte do projeto do governo na reformulação do ensino agrícola e do serviço de produção animal no Estado a toda a conveniência no agrupamento das organizações congêneres, para uma ação de conjunto, facilitando e barateando ao Estado a sua manutenção.

Projeto que contribuiu com o desenvolvimento da região e da própria comunidade, econômica e socialmente, pela chegada da luz elétrica, permitindo melhorar os setores da agricultura e da agropecuária. Houve também expansão das malhas ferroviária e rodoviária, que dividiu espaço com a fundação da Escola de aviação de Pará de Minas em 1945, aliás, o distrito passou à cidade em 1962.

Após a análise das fontes primárias, constataram-se fortes indícios de que, desde o início, pelo projeto de Benedito Valadares, a intenção foi fundar uma escola agrícola naquela zona. Contudo, mesmo que o objetivo tenha sido para formar trabalhadores do campo, não deixou de contribuir para o desenvolvimento da região

---

165 DESAPROPRIAÇÔES de terrenos na Vila Florestal: foram desapropriados pelo Estado de Minas Gerais entre 1935 e 1941, conforme eu apurei pelas escrituras, 1.636,0616 hectares, isto é, mil, seiscentos e trinta e seis hectares, seis ares e dezesseis centiares, o que corresponde a 1.321,31 alqueires, ou seja, mil, trezentos e vinte e um alqueires mineiros, que corresponde a 4,84 (01 alqueire mineiro é igual a quatro hectares e oitenta e quatro ares), considerando as medidas como aproximadas, uma vez que, constam nas escrituras, medidas descritas como **mais ou menos**, pelos outorgantes, vendedores. Em metro quadrado são dezesseis milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e dezesseis metros quadrados, ou seja, 16.360.616 m², o que é terra a perder de vista.

do Centro Oeste mineiro, pois a economia, atualmente, destaca-se pela sua relevância no agronegócio, principalmente com a produção de aves e suínos.

A criação da Fazenda Florestal foi um dos projetos do Governo Valadares em desenvolver a pecuária e a agricultura no Centro-Oeste mineiro, usando o ensino agrícola como instrumento político e econômico de desenvolvimento da localidade.

Decerto que, a inauguração da Escola Agrícola em 1939 no distrito de Florestal colaborou no alargamento da educação, pois nos primeiros anos da década de quarenta, o distrito de Florestal recebeu a Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende para atender a comunidade local, e, em 1948 a Escola Agrícola passou a priorizar o ensino secundário pela Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF).

A Revista da Produção e as exposições regionais foram essenciais nos projetos de propagação das iniciativas do governo, no que se refere ao fomento da agricultura e pecuária em Minas Gerais, tanto que, pelos Anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram discriminadas despesas de pronto pagamento destinadas às exposições e à Revista da Produção.

Pelas perquirições, podemos afirmar que a Fazenda-Escola funcionou como um patronato, pelo menos de 1943 a 1948. O acesso às fontes primárias pelas pastas dos alunos pode confirmar esta suspeita, pois, para ser admitido na Escola Agrícola, o atestado de pobreza foi condição essencial, fato não evidenciado pela Revista da Produção.

Insistindo sobre os Patronatos, identifiquei grandes semelhanças com a Fazenda Florestal, sob os pontos de vista de disciplina, de trabalho e de educação, já que os Patronatos Agrícolas tinham como objetivo oferecer a instrução primária e cívica, além de noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária aos menores desvalidos, características que me levam a deduzir que, pelos menos de 1943 a 1948, a Fazenda Florestal funcionou como um Patronato Agrícola.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (2001), os patronatos seriam destinados aos menores pobres das regiões rurais e, pasmem, ao mundo urbano, desde que revelassem pendor para a agricultura. A lógica era implantar, em

cada zona agrícola, uma força de trabalho para o desenvolvimento agrícola, de maneira a transformar as “crianças indigentes em cidadãos prestimosos” (Ministério da Educação e Cultura, 2001, p. 05).

Quanto à formação de fazendeiros e trabalhadores do campo, pelos cursos rápidos e práticos, na Fazenda-Escola de Florestal, observamos que tal modelo de ensino aconteceu no período de 1943 a 1948. De acordo com documentação analisada, neste período, saíram capacitados capatazes, e administradores de fazendas, além daqueles que cursaram apenas o ensino elementar.

Consoante Vieira (2016), a escola não se limitou apenas a formação de mão de obra, mas esse projeto educacional e modelo de instituição estavam centrados na proposta da prática profissional dos técnicos agrícolas buscando inserir trabalhadores no mercado após a conclusão dos cursos na área rural.

No que concerne à organização da instituição, atualmente, no prédio da Escola Agrícola, funciona a parte administrativa, como o Registro Escolar de nível médio e superior. O prédio é conhecido como Prédio Principal, o seu auditório foi mantido, mas a secretaria escolar foi reorganizada para atender melhor o público.

A localização e a concentração dos setores mais importantes para atendimento ao aluno se encontram no Prédio, como o Setor de Assistência Estudantil, o Ambulatório, a Diretoria de Ensino, o Setor de informatização e Comunicação do Campus, o Setor Pedagógico, a Gráfica e outras secretarias dos cursos de pós-graduação.

Quanto à parte estrutural da escola, muitas edificações permanecem inalteradas quanto às características originais da arquitetura, mesmo tendo passado por várias reformas, como o Prédio Principal, a Fazenda Sede, o Centro Técnico de Agricultura e a placa de inauguração da escola ao lado do busto do Presidente Vargas, em frente ao jardim principal do internado.

A antiga entrada da fazenda, com acesso pela LMG-818, ainda preserva sua antiga e imponente estrutura de pedra, que faz frente a um dos bairros mais novos de Florestal, o Califórnia, e hoje permite apenas a passagem para pedestres. Mais adiante, nesta mesma BR, deparamos com a entrada principal, que - teoricamente -

divide o campus e a cidade.

A Usina das Lajes que fornecia energia na época foi reformada e tombada pelo Patrimônio Histórico do município, porém, não se encontra funcionando; mas guarda antigas características que ainda preservam e/ou revelam aspectos importantes da época em debate, face ás poucas pesquisas encontrados sobre a instituição até o momento presente.

O alojamento ou internato foi todo reformado e as janelas foram substituídas por outras, mantendo as características originais, como formato e tamanho. Decerto continua em pleno funcionamento, para atender os alunos/meninos que frequentam o ensino médio técnico no campus.

O pequeno refeitório foi substituído por outro maior, atendendo tanto o público médio como os alunos do ensino superior. O famoso Hotel dos fazendeiros ainda resiste, recebe alguns hóspedes no andar superior, principalmente quando acontece a tradicional festa do produtor rural em Florestal, pois o primeiro piso foi tomado por salas, secretarias da Diretoria de Extensão e Cultura do campus, que, anteriormente, funcionava como Centro Técnico de Agricultura.

A instituição continua com características de fazenda. Com o tempo, foi transformando-se, desenvolvendo-se e adequando-se às mudanças para oferecer novos cursos, recebendo novas instalações, assim como ampliou o número de salas e de laboratórios.

A casa sede funciona como Hotel experimental para o Curso Técnico de Hospedagem, assim como existem algumas casas que são utilizadas como residências para alguns funcionários e outras adaptadas para receber os diversos setores que se expandem dentro da instituição. A fazenda passou e vem passando por várias transformações, seja na parte estrutural ou no contexto organizacional, não perdendo suas raízes agrícolas no que toca ao modelo de ensino.

Algumas construções da época de sua fundação ainda resistem, como as casas de operários localizadas na Avenida Edson Poths, o edifício da Escola Agrícola, a Casa Sede, a Casa da Zootecnia e a edificação da Usina Hidrelétrica.

No setor da agropecuária, os silos de alvenaria permanecessem imponentes e os currais foram reformados recentemente, adequando-se de acordo com novas técnicas de criação. Algumas construções, no entanto, carecem de reforma, entretanto, muitas estruturas foram aproveitadas pela EMAF, a partir de 1948, e segue sendo utilizadas pela universidade atualmente.

O Setor de Fruticultura foi substituído por outro menor, sem a proposta das grandes culturas frutíferas, seguindo apenas atendendo às demandas das aulas experimentais e às pesquisas desenvolvidas. O Setor de Laticínios foi todo reformado, ajustando-se às mudanças do ensino e de higienização.

Assentado com Brandi (2010) a década de 1930 foi um período em que a educação no Brasil se tornou um instrumento do Estado, sobretudo o ensino rural. Seguindo neste trilho educacional, acredito que esta dissertação foi pensada de modo a se constituir como um arquivo informante, abordando, cruzando e organizando várias fontes, como disse Magalhães (2004), tentando obter um elevado índice de fidelidade, pragmatismo e significância na representação de uma instituição, neste caso, a Fazenda Florestal.

Cabe destacar que, após a revisão da literatura, encontramos apenas duas pesquisas que se referem ao objeto em estudo. Além do mais, ainda não existe uma tese de doutorado sobre a história da Fazenda Florestal. Portanto, dentro do campo da História da Educação, há muito que se explorar sobre essa instituição, visto que ainda há muitas perguntas sem respostas acerca de tal escola, não sendo possível explorar todo o seu potencial nesta dissertação.

Certamente outras questões precisam ser problematizadas, como a cultura escolar, o modelo pedagógico, as disciplinas lecionadas, os alunos, os professores, os egressos da Escola Agrícola, a Fazenda-Escola, como patronato agrícola no decorrer da década de 1940, o formato da escola, o apagamento das comunidades quilombolas pela história local, entre outras questões, que poderão ser pensadas para futuros trabalhos.

Nesta expectativa, é justo pontuar, que há um rico acervo documental produzido pela instituição a partir de 1948, arquivado no Registro Escolar e

desatinado para ser desvendado: Atas, relatórios, pastas de alunos, cadernetas, diários, testes de admissão, jornais, entre outros, caracterizando-se como fontes primárias que podem contribuir substancialmente em diferentes áreas e programas de pesquisas de graduação e pós-graduação.

Assim, a análise documental, como objeto interpretativo da história da Fazenda-Escola Florestal, propôs extrair as memórias, despir das roupagens, desmistificando seus significados aparentes, mesmo não existindo uma documentação completa, tentando reconhecer estes documentos como testemunhos de uma temporalidade (Le Goff, 2013).

Justifica-se a importância dessa dissertação pelo descobrimento de importantes fontes primárias, as quais contribuem para a produção do conhecimento científico nas áreas da educação profissional, da história da educação e do ensino agrícola além do mais, carrega representatividade e identidade e de um grupo específico e da própria instituição.

## AS FONTES

ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Decreto-Lei nº 105, de 30 de Maio de 1938**. Declara de Utilidade Pública a Desapropriação de Benfeitorias e Terrenos Contíguos à Fazenda Florestal. Coleção Dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1938, V. 1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 538. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEL/105/1938/>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 149, de 24 de Dezembro de 1938**. Abre um Crédito Especial de 359:181$100 para Pagamento de Obras Públicas, Realizadas em Exercícios Anteriores. Coleção Dos Decretos-Leis e Decretos de 1938, v. 1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 632. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEL/149/1938/>. Acesso em: 10 Mar. 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 233 de 20 de abril de 1939**. Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Rs. 426:186$200. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1939, v. 1. Caxambu. Imprensa Oficial, 1941, p. 227. Disponível em: < https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/233/1939/> Acesso em: 10 Mar. 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 275, de 11 de Maio de 1939**. Abre a Secretaria da Viação e Obras Públicas um Crédito Especial de Rs. 18:570$000. Coleção Dos Decretos-Leis E Decretos de 1939. v. 1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1941, p. 248. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEL/275/1939/>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 723 de 08 de Abril de 1939.** Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. 939. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942, p. 131. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4775>. Acesso em: 05 Dez. 2023.

_____. **Decreto de nº 2.025 de 20 de Março de 1941**. Aprova as plantas dos terrenos desapropriados para aumento da área da fazenda-Escola de Florestal. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942, p. 453-454. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4778> Acesso em: 15 Mar. 2023.

_____. **Lei nº. 41 de 03 de agosto de 1892**. Dá nova organização à instrução pública do Estado de  Minas Gerais. 1982.1. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/41/1892/>. Acesso em: 03 Mai. 2024.

_____. **Lei nº 93 de 02 de Outubro de 1936.** Autoriza o Poder Executivo a Adquirir, por compra, Terrenos Limítrofes à Fazenda do Florestal. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1938-1943), 1936. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1938, p. 17. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/93/1936/>. Acesso em: 05 Mai. 2024.

_____. **Lei nº 162, de 13 de Novembro de 1936.** Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1936. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1938. p. 158. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4762>. Acesso em: 05 Mai. 2024.

_____. **Lei n° 438, de 24 de setembro de 1906**. Autoriza o Presidente do Estado a estabelecer nas proximidades de estradas de ferro e de navegação fluvial até seis colônias agrícolas, e a fundar, em pontos convenientes, até seis fazendas modelo-agrícolas-pastoris e contém outras disposições. 1906. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/438/1906/>. Acesso em: 06 Dez. 2023.

_____. **Lei 556, de 30 de Agosto de 1911**. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado e contém outras disposições. Pelo Art. 2º, Inciso LXIV - De Florestal, no povoado do Guarda-Mor, município do Pará, com território desmembrado de Mateus Leme, no mesmo município. 1911. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/556/1911/>. Acesso em: 06 Dez. 2023.

ALSP. Assembleia Legislativa de São Paulo. **Decreto n°. 5.879, de 12 de Abril de 1933**: Institui a Comissão do Pão Misto e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. 1933. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5879-12.04.1933.html> Acesso em: 05 Jan. 2024.

ARQUIVO Público Mineiro. Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937, v. 1, p. 38-39. *In*: ALMG. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**: [sessão de 1937: 3º ano da 1ª legislatura]. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/19178> Acesso em: 03 Jul. 2023.

_____. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937,

v. 1, p. 44. *In*: ALMG. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**: [sessão de 1937: 3º ano da 1ª legislatura]. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/19178>. Acesso em: 04 Jul. 2023.

_____. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937, v. 1, p. 51. *In*: ALMG. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**: [sessão de 1937: 3º ano da 1ª legislatura]. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/19178>. Acesso em: 04 Jul. 2023.

_____. Anais da 3ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937, v. 2. *In*: ALMG. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**: [sessão de 1937: 3º ano da 1ª legislatura]. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/19178>. Acesso em: 05 Jul. 2023.

_____. **Estatuto da Fazenda Escola de Florestal, 1939. Mod. 2.** Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Belo Horizonte: 1939.

_____. **Memorando, (1939 IPS 3,1. Cx. 06. Doc. 01)**. Arquivo Público Mineiro. Inventário do Fundo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1935-1971.

ATO de Arbitramento. Minas Gerais. Juiz da 3ª Vara Cível e Privativo dos Feitos da Fazenda Estadual. Serviço do Contencioso e de Consultas Jurídicas do Estado de Minas Gerais. **"Autos de desapropriação dos bens pertencentes [...] Vila Florestal" versus Estado de Minas Gerais.** Juiz: Telêmaco Autran Dourado, Belo Horizonte. Ato Final de Arbitramento. Vila Florestal, município de Pará de Minas, 13-ago-1941. Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 08 de Abril de 1939**. Declarado ser de utilidade pública a desapropriação de terrenos limítrofes a Fazenda-Escola de Florestal Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942. p. 131. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 Fev. 2024.

BRASIL. [**Constituição** (**1988**)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Art. 207. § 1º. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Disponível em: <

https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/html/leginfra/ArtCF3370.htm > Acesso em: 22 Jan. 2024.

BRASIL. **Estudos dos solos da Fazenda Escola de Florestal**. Relatórios do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1930-1960, p. 126. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107670_03 & Pesq=comiss%c3%a3o%20do%20tabelamento&pagfis=3180>. Acesso em: 17 Mar. 2023.

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 11, fls. 45 a 49.** Registro em: 29 de Julho de 1935. Certidão de: 20 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 13, fls. 76 a 85.** Registro em: 03 de Junho de 1938. Certidão de: 17 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 13, fls. 90 a 92.** Registro em: 25 de Junho de 1938. Certidão de: 13 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 14, fls. 95 a 99.** Registro em: 29 de Julho de 1939. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 10 a 14.** Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 26 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 45 a 48.** Registro em: 11 de Fevereiro de 1939. Certidão de: 17 de dezembro de 1969. Florestal (MG).

CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 73 a 76.** Registro em: 30 de Outubro de 1940. Certidão de: 05 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 78 a 80.** Registro em: 15 de Fevereiro de 1940. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 84 a 86.** Registro em: 17 de Dezembro de 1940. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 15, fls. 92 a 94.** Registro em: 14 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 01 a 03.** Registro em: 18 de Fevereiro de 1941. Certidão de: Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO do Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 03 a 05.** Registro em: 22 de Fevereiro de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura Pública. Livro 16, fls. 07 a 95.** Registro em: 04 de Março de 1941. Certidão de: 04 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florestal. **Certidão de Escritura pública. Livro 16, fls. 20 a 21**. Registro em: 03 de Maio de 1941. Certidão de: 03 de Junho de 1975. Florestal (MG).

CARTÓRIO de Registro de Imóveis de Pará de Minas. **Certidão de Transcrição de teor**. Estado de Minas Gerais, circunscrição: Florestal. Denominação Vargem da Areia e proximidades de Florestal. Nº 8.062, livro 3-L, Registro em 20 de Novembro de 1942.

CARTÓRIO do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas. **Certidão de Escritura pública. Livro de notas nº 06, fls. 03**. Registro em: 09 de Julho de 1935. Certidão de: 11 de Maio de 1982.

CARTÓRIO do 3º Ofício, Judicial, Notas e Protestos de Pará de Minas. **Certidão de Escritura Pública. Livro nº 07. Fls. 71**. Registro em: 02 de Dezembro de 1936. Certidão de: 12 de Maio de 1982.

ESTADO de Minas Gerais. Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1938-1943). 1936. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1938, p. 15. *In*: ALMG. **06 Coleções dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1938-1946): [11]**. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4755>. Acesso em: 20 Fev. 2023.

_____. **Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais,** 1938, v. 1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1940, p. 556-557. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4755>. Acesso em: 20 Fev. 2023.

_____. **Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais,** 1939, v.1. Imprensa Oficial. 1941. p. 51-53. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4755>. Acesso em: 23 Fev. 2023.

_____. **Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais**, 1939, v.1. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1941, p. 540. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4755>. Acesso em: 24 Fev. 2023.

_____. **Coleção dos Decretos-Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais**, 1940. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1942, p. 366-368. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4755>. Acesso em: 03 Mar. 2023.

_____. **Decreto nº 2.740, de 26 de maio de 1948**. urn: lex: br; minas gerais: estadual: decreto: 1948- 05-26;2740. Publicação Original: 1948-05-27. Diário do Executivo. 27/05/1948. p.1_col 1. Disponível em: < https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/2740/1948/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ILDEU Alves. **Ofício nº 324**. Ofício de encaminhamento do pedido de interferência do Ildeu Alves ao secretário da Agricultura sobre as ações desapropriatórias na Fazenda Florestal a respeito de pagamento de indenização aos expropriados da Fazenda Florestal. Secretário da Agricultura Israel Pinheiro. Belo Horizonte: 16 set. 1941. Ildeu Alves: Representante legal dos expropriados da Vila Florestal, (advogado). Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal.

FLORESTAL. Leis Municipais (MG). Formação Administrativa. Lei n° 2764, de 30 de dezembro de 1962. Lei municipal que eleva o Distrito de Florestal à cidade. *In:* **Lei n° 885. Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/f/florestal/lei-ordinaria/2012/89/885/lei-ordinaria-n-885-2012-aprova-o-plano-municipal-de-saneamento-basico?q=Res%C3%ADduos>. Acesso em: 23 Ago. 2023.

O IMPARCIAL (RJ), 1935 a 1939**.** Cód. TRAB 00197.0171. Rótulo: 107670_03. Nome: **O Imparcial (RJ) - 1935 a 1939.** Total de pastas: 1.420. Total de páginas: 20.861. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107670_03 & Pesq=comiss%c3%a3o%20do%20 tabelamento & pagfis=225>. Acesso em: Jul. 2023 a 2024.

PASTAS dos alunos: **Documentação produzida pela instituição no período de 1943 a 1948, encontrada na instituição, no Registro Escolar do ensino médio, referente aos menores que frequentaram a Fazenda-Escola.** Arquivados na CEDAF-Campus UFV Florestal, disponível apenas para consulta presencial, mas

estão em processo de organização de acordo com a RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º Esta Resolução aprova a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV.
Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-no-5-2023-Gestao-de-documentos-e-Siarq.pdf> Acesso em: 13 Jul. 2024.

SARAIVA. Rui. **Desapropriações da Agricultura. Secretário de Agricultura. Fazenda-Escola Florestal, 1941**. Correspondência do Administrador da Fazenda-Escola de Florestal em resposta ao Secretário da Agricultura sobre os detalhes das desapropriações na Vila Florestal entre 1935 a 1943. Disponível para consulta presencial no Setor de Patrimônio da UFV-Florestal.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. Atas da Congregação (1938-1943). Atas da Congregação Geral, Livro 5. **Atas das Reuniões da Congregação Geral da Escola Superior de Agricultura Veterinária do Estado de Minas Gerais**. **Arquivo Central e Histórico**. Viçosa, 21 de Junho de 1938. Ata de 8 de Abril de 1939, p. 21 a 32. Disponível em: <http://atom.ufv.br/index.php/livro-de-atas-05>. Acesso em: 06 Dez. 2022.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Bruno Geraldo. **O ideário de Modernização e o Projeto para o Ensino Agrícola em Minas Gerais**: **de Fazenda-Escola a Escola Média de Agricultura de Florestal (1939- 1955).** 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014. Programa de Pós Graduação: Conhecimento e Inclusão Social. FAE-Faculdade de Educação.

BERGAMASCHI, Ana Carolina de Almeida. **Modernizar o Campo pelo Ensino Agrícola de Barbacena**: **(1933-1964).** 2017. 284f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2017. Programa de Pós Graduação: Conhecimento e Inclusão Social. FAE-Faculdade de Educação.

BRANDI. Paulo. **Biografia de Gustavo Capanema.** Disponível em:<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAPANEMA,%20Gustavo>.pdf Acesso em: 23 Dez. 2022.

BRANDI, Paulo. **Memória da Eletricidade. Energia elétrica no Brasil: Breve cronologia do setor elétrico brasileiro**. Setor elétrico. Postado em 06/09/22. Disponível em: < https://memoriadaeletricidade.com.br/artigos/119106/energia-eletrica-no-brasil-breve-cronologia-do-setor-eletrico-brasileiro> Acesso em: 09 Nov. 2023.

CAMARGO, Angélica Ricci. Memória da Administração Pública Brasileira, 2017. **Patronatos Agrícolas**. Disponível em: <http: //mapa.an.gov.br/index.php/dicionario primeira- republica/1106-patronatos-agricolas-3> Acesso em: 23 Jun. 2023.

CAPRIL SANRI: **Fazenda Santa Rita**. Disponível em: <https://www.sanri.com.br/> Acesso em: 05 Jan. 2024.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, Pesquisa e Extensão**: **origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa**. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2015. Programa de Pós-graduação em Educação. Departamento de Educação-UFV Viçosa.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A educação rural concebida por Renato Sêneca Fleury em meados da década de 1930.** Revista Educação em Questão, vol. 57, núm. 54, 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n53ID18235>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada** – CEPEA - Esalq/USP. 2023. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CHAMON. Carla Simone; Goodwin Jr, James William. **A Incorporação do Proletariado à Sociedade Moderna: a Escola de Aprendizes e Artífices de Minas Gerais (1910-1941).** A Formação do Trabalhador Nacional. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.319-340, jan/jun 2012. Disponível em: < https://www.academia.edu/44608746/A_incorpora%C3%A7%C3%A3o_do_proletariado_%C3%A0_sociedade_moderna_a_Escola_de_Aprendizes_Art%C3%ADfices_de_Minas_Gerais_1910_1941_> Acesso em: 19 Fev. 2023.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **A cultura do trigo.** (org.): Aroldo Antonio de Oliveira Neto e Candice Mello Romero Santos. Brasília: Conab, 2017. 218 p. Disponível também em: <http://www.conab.gov.br> ISBN: 978-85-62223-09-9 1. Trigo - Brasil. I. Título.

ECAR, Ariadne Lopes. Debates sobre Ensino Rural no Brasil e a Prática Pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no rupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943). 2017. 295 f. Tese. (História da Educação e Historiografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação.

EMBRAPA 50 Anos. **Embrapa Mandioca e Fruticultura.** Portal da Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca>. Acesso em: 04 Jan. 2024.

ESTADÃO On-line. **Conheça a História da criação de frango no Brasil**. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/conheca-a-historia-da-criacao-de-frango-no-brasil/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FARIA. Maria Auxiliadora de. **Diálogo com o tempo**: **170 anos do Legislativo Mineiro.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005, p. 390. 1. Poder Legislativo. História. Minas Gerais. 2. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). I. Dulci. Otavio Soares. II. Título, p. 207-208.

FONSECA, André Azevedo da; GOMES, Ângela de Castro (org.) **Minas e os Fundamentos do Brasil moderno**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Resenha recebida em setembro de 2007 e aprovada para publicação em novembro de 2007. Doutorando em História Cultural pela UNESP/Franca. *E-mail*: azevedodafonseca@gmail.com.

GATTI JÙNIOR, Décio. GUIMARÃES, Rosângela Mª Castro. **As reformas educacionais em Minas Gerais: dos ambiciosos ideais formativos em âmbito**

**estadual à preparação para o trabalho nas políticas nacionais (1892-1976)**. O contexto histórico-educacional no Brasil e em Minas Gerais (1892-1976). EDUFU 2019. 416 p. (vol. 3): il. ISBN: 978-85-7078-492-6: obra completa ISBN: 978-85-7078-488-9: vol. 3.

GENTIL DE OLIVEIRA, Murilo Luiz. **A análise documental do projeto interdisciplinar**: dimensões da sustentabilidade da Fazenda Modelo da UFMG. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2012. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Departamento de Arquitetura da UFMG.

GLOBO Rural On-line. Mathias, João. **O agro de ponta a ponta: como criar pombo**. Matéria orginalmente publicada na edição 381 em julho de 2017. **Globo Rural Digital.** 2017-2018. Texto: João Mathias. Consultor: Valmir Guedes Vieira. Ribeirão Preto. Disponível em: <https://globorural.globo.com/vida-na-fazenda/como-criar/noticia/2018/07/como-criar-pombo.html> .Acesso em: 12 dez. 2023.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: Práticas e Produção dos Grupos Escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)**. 2004. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004. Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação. Faculdade de Educação-FAE.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais.** Volume 1: Congresso Legislativo Mineiro e Educação Profissional. 2012, p. 13. Organizador: Irlen Antônio Gonçalves – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 232 p. ISBN: 978-85-7160-585-5.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **A educação no período republicano em Minas Gerais**: promessa por décadas acalentada e não cumprida. 2016, p. 08. História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República: volume 3: República / organizadora do volume 3, Wenceslau Gonçalves Neto, Carlos Henrique de Carvalho; coordenadores da coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho. – EDUFU – 2019. 416 p. (vol. 3): il.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Agropecuária Brasileira: evolução, resiliência e oportunidades.** Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro (Organizador); Gasques, José Garcia (Organizador). 2023. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12242> Acesso em: 23 Dez. 2023.

LAGES, Elizabeth Dias Munaier. **A Construção do diálogo com a Educação Rural no Brasil a partir dos textos e propostas de Helena Antipoff e Paulo Freire**. 2011. f. 173. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais

UFMG), 2011. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação-FAE

LE Goff, Jacques. **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão *et al*. 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas Unicamp, 2013. ISBN 978-85-268-1008-2 CDD 907.2

LIMA, Aristela Aristides. **Aprender a fazer e fazer para aprender**: configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986). 2021. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Programa de Pós-graduação em Educação. Departamento: Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. 2003. III Colóquio do Museu Pedagógico. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 17 nov. 2003.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. 1-Educação. 2-História da Educação. 3-Instituição Educativa. *In:* Justino Pereira de Magalhães. **Tecendo Nexos**: **história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. 178p. (Estudos CDAPH Série Historiografia). ISBN 85-86965-72-3

MEC. Ministério da Educação. **Educação do Campo**. **Parecer CNE/CEB n° 36/2001**, aprovado em 04 de dezembro de 2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2001. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/90931-educacao-do-campo>. Acesso em: 07 Jul. 2023.

MESSENBERG, Cyntia Grizzo. 9 - Renato Fleury (1895-1980) e o ensino da leitura nas escolas rurais paulistas. SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros MESSENBERG, CG. Renato Fleury (1895-1980) **e o ensino da leitura nas escolas rurais paulistas.** *In*: MORTATTI, MRL., et al., orgs. **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 153-167. ISBN 978-85-68334-36-2. Available from SciELO Books.

NEVES, Leonardo dos Santos. Sentido Novo da Vida Rural: a formação de professoras na escola normal regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963). 2015. 246 f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação-FAE.

NOGUEIRA, Eliana Vasconcelos Vieira. **Projeto de Estágio Curricular Supervisionado na Escola Estadual Serafim Ribeiro de Rezende. Florestal-MG. Período de 07/08/1995 a 07/10/1995**. Curso de Licenciatura em Letras. Regime

Parcelado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Salinas/MG. Disponível em: Biblioteca Municipal de Florestal MG.

PAES, Ernani Barbosa. **A identidade do esaviano**: **práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira (1926-1948)** 2017. 164 f. Dissertação (Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG), 2017. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Departamento de História.

PESSOA, Fernanda. **Cedaf completa 83 anos de história**. Divulgação Institucional/ UFV - Florestal. Disponível em: <https: //dgf.caf.ufv.br/informativo/cedaf-completa-83-anos-de historia/>. Acesso em: jan. 2022.

PINHO, Larissa Assis. **"Civilizar o Campo": Educação e Saúde nos Cursos de Aperfeiçoamento para Professores Rurais - Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947- 1956)**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação-FAE.

PREFEITURA Municipal de Florestal. **Nossa História**. Disponível em: <HTTPS://www.florestal.mg.gov.br/portal/servicos/1001/nossa-historia/>. Acesso em 05 fev. 2024.

PREFEITURA Municipal de Pará de Minas. **Conheça Pará de Minas**. Disponível em: <https: //portal-novo.parademinas.mg.gov.br/sobre>. Acesso em: 02 Mar. 2024.

RESOLUÇÂO CONSU Nº 5, de 15 de Maio de 2023. Art. 1º **Esta Resolução aprova a Política de estão de Documentos e Arquivos e dispõe sobre o sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa – Siarq-UFV**. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-no-5-2023-Gestao-de-documentos-e-Siarq.pdf>. Acesso em: 09 Jul. 2024.

ROBOAGRO - Suinocultura de precisão. **Suinocultura no Brasil**: **o que é suinocultura e qual a sua importância para a economia**. Disponível em: <https://www.roboagro.com.br/noticias/importacao/suinocultura-no-brasil-tudo-que-voce-precisa-saber>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SER. **Sociedade Rural Brasileira**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=sociedade+rural+brasileira+1936&oq=sociedade+rural+brasileira+1936&aqs=chrome.69i57j0i512i546l2.23848j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#ip=1>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, Eliana Aparecida. **A cultura do trigo em Minas Gerais.** Eliana Aparecida Silva: Técnica agrícola. Superintendência Regional da Conab em Minas Gerais.

Disponível em:< https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40123/2/A%20cultura%20do%20Trigo%20em%20Minas%20Gerais.pdf> Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVEIRA, Tania Cristina da. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG, 1934 a 1953)**, 2008 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação-FACED.

UAIAGRO. **Pecuária**. Disponível em: <https://uaiagro.com.br/associacao-dos-suinocultores-do-centro-oeste-mineiro-e-criada/> Acesso em: 23 Abr. 2024.

VERSIEUX, Daniela Pereira. **A Fazenda Escola de Florestal: Apontamentos Sobre a Inserção de Minas Gerais na Modernidade Capitalista. Hist. R**., Goiânia, v. 17, n. 2, p. 141160. jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/ 23573>. Acesso em: 21 nov. 2022.

VERSIEUX, Daniela Pereira. **Modernização e Escolarização do Trabalho Agrícola: as Fazendas-Modelo em Minas Gerais (1906-1915) 2010.** 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET), Belo Horizonte, 2010. Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica. Departamento de Educação-NG.

VERSIEUX, Daniela. Pereira; GONÇALVES, Irlen. Antônio. **Entre enxadas e máquinas: ensino agrícola, trabalho, tradição e modernização na agricultura**. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 45, p. 223–240, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45.8640146. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640146>. Acesso em: 29 dez. 2022.

VERSIEUX, Daniela. Pereira; GONÇALVES, Irlen. Antônio. **A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914).** Revista de História Regional. 18(1): 125-151, 2013. ISSN. 1410055. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.18i1.0006. Disponível em: Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr > Acesso em: 09 Dez. 2023.

VET Profissional. **Incubação de ovos de galinha**: como é feito esse procedimento? Disponível em: <https://www.vetprofissional.com.br/formacao-profissional> Acesso em: 05 mar. 2024.

VIEIRA, Lívia Carolina. **História da educação agrícola do sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985).** 2016. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2016.

Programa de Pós-graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSC.

ANEXO 01: PRÉDIO PRINCIPAL = ESCOLA AGRÍCOLA NA ÉPOCA DE FAZENDA-ESCOLA (1939-1948)

https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=20941

Como Escola Agrícola, foi o local onde os alunos assistiam às aulas teóricas no período investigado. Prédio Principal: Local que concentra todas as atividades administrativas para atendimento dos alunos, principalmente dos cursos técnicos, como os Setores de Registro Escolar, a Diretoria de Ensino, Setor Gráfico, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Assistência Estudantil, Setor Pedagógico. Para ver a disposição do espaço, consultar Alves (2014).

# ANEXO 02: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE FLORESTAL-MG

https://spr.caf.ufv.br/wp-content/uploads/2016/04/mapa_campi_florestal.jpg

Mapa de localização da cidade de Florestal-Mg em relação à Belo Horizonte, à sede, UFV- Viçosa e UFV *Campus*-Rio Paranaíba. Distância da capital Federal e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. [166]

166 Considerar a quilometragem de Rio Paranaíba, partindo da cidade de Viçosa.

# ANEXO 03: CAMPUS UFV-FLORESTAL CEDAF

https://www.facebook.com/groups/236073856411067/

*Campus* UFV-Florestal: Expansão do *Campus* a partir da última década com a construção de novos pavilhões de aulas, Laboratórios de Ensino, Biblioteca, Refeitório, de modo que diversas reformas vêm sendo realizadas.

Mas ainda preserva o internato para alunos do ensino médio (meninos), o Centro de Ensino Técnico foi adaptado para outros setores e o Hotel dos Fazendeiros funciona parcialmente.

ANEXO 04: ALUNOS DA FAZENDA-ESCOLA FLORESTAL (OS MENINOS MENORES).

Disponível na Diretoria de Extensão e Cultura do *Campus* UFV Florestal

Fotografia disponibilizada pela Diretoria de Extensão e Cultura do Campus UFV-Florestal. Encontra-se sem identificação do ano de origem. Provavelmente são os alunos menores da Escola Agrícola em trabalho de campo no período pesquisado. Mais imagens do Campus UFV-Florestal visitar a página indicada: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1568795233273977&set=a.524310924389085 >